

# O Bairro do Cerco do Porto: cenário de pertencas, de afectividades e de simbologias <sup>1</sup>

Paula Guerra\*

## Resumo:

O presente artigo aborda fundamentalmente um eixo de abordagem teórico-empírico: a reconstrução de um bairro de habitação de natureza social por via do seu accionamento pelos agentes sociais através do recurso a práticas, gostos, referências e formas de sociabilidade quotidianas. Assim, e baseando-nos numa pesquisa empírica de natureza intensiva e extensiva em torno do Bairro do Cerco do Porto, procuramos demonstrar a concretização de estratégias identitárias dentro do espaço-Bairro, tentando simultaneamente, inscrever o Bairro, do ponto de vista representacional, na cidade do Porto. A nossa análise situa-se na evidenciação das reconstruções sociais do espaço através da dilucidação da trama das relações sociais que compõem o tecido social do Bairro, nomeadamente, as relações de vizinhança, as de amizade e as associativas que cimentam a identidade intra e extra-Bairro, procurando desmontar uma imagem pública e mediaticamente assumida do Bairro enquanto mero fragmento do espaço urbano portuense.

---

<sup>1</sup> O presente texto reproduz, parcialmente, uma das partes da dissertação apresentada pela autora no âmbito da realização das Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica defendidas em Julho de 2002 na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. A referida dissertação, intitulada *A Cidade na Encruzilhada do Urbano. Algumas modalidades de relação e um estudo de caso acerca do processo de recomposição do tecido urbano portuense na década de 90*, foi desenvolvida sob a orientação do Professor Doutor António Teixeira Fernandes.

\* Docente do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e investigadora do Instituto de Sociologia. Contacto: Via Panorâmica, 4100 PORTO. Tel. 22 6077190, ext. 3250, Fax 22 6091610, E-mail [pguerra@letras.up.pt](mailto:pguerra@letras.up.pt). e [paula-guerra@netcabo.pt](mailto:paula-guerra@netcabo.pt).

### 1. Questões Introdutórias

O território nacional na década de noventa é caracterizado pela presença de duas concentrações metropolitanas: a de Lisboa com cerca de dois milhões de habitantes e a do Porto, com cerca de um milhão e duzentos mil habitantes. Assinale-se que estas duas áreas constituem territórios que integram as zonas que configuram em Portugal os maiores índices de degradação urbana nos anos noventa<sup>2</sup>. Prefigura-se nestes espaços um quadro de vida precarizado em virtude da uma fragilização progressiva dos níveis de actividade económica, decorrente de uma profunda recomposição do tecido empresarial, que colocou novas exigências ao nível da formação técnica e profissional, com efeitos no acréscimo dos níveis de desemprego e na crescente fragmentação social da população activa. Estas dinâmicas não podem ser dissociadas da degradação física e social das condições de habitabilidade e de vivência nesses contextos urbanos. Uma das principais diferenças entre estas duas áreas metropolitanas em termos de problemas sociais e urbanos prende-se com o facto de na Área Metropolitana do Porto, a questão da habitação social se revestir de uma particular acuidade. Enquanto que na Área Metropolitana de Lisboa, essa questão estava mais associada ao chamado «mundo desordenado das barracas», ainda que, a problemática inerente aos bairros sociais tenha também, neste contexto, um certo grau de importância, no caso portuense, a habitação social assume-se como um problema cada vez mais premente, fazendo-a associar a *ghettos* de degradação urbana e social.

Inserindo-se a análise que empreendemos no contexto da Área Metropolitana do Porto, mais concretamente, no concelho do Porto, adoptamos como referente empírico de análise, o Vale de Campanhã. Este território inscreve-se na Zona Oriental da cidade do Porto, sendo representativo das dinâmicas acima referenciadas, assumindo-se como uma zona periférica e subalternizada no quadro do desenvolvimento social e urbano da Região Metropolitana do Porto. Sendo a freguesia de Campanhã, uma freguesia de implantação de bairros de habitação social, elegemos o Bairro do Cerco do Porto como contexto privilegiado de pesquisa. De acordo com os discursos produzidos pelos *media*, o Bairro do Cerco do Porto constitui, juntamente com outros bairros camarários e integrantes da freguesia de Campanhã, como o Bairro do Lagarteiro e o Bairro de S. João de Deus, os edificados sócio-espaciais onde mais se trafica droga no Porto: "o corropio de

---

<sup>2</sup> Cf. Eduardo Vilaça e Isabel Guerra, "Degradação do parque habitacional", in *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 15, 1994.

compradores de estupefacientes é constante durante praticamente as 24 horas do dia e as redes do Bairro são conhecidas por afrontarem regularmente a autoridade policial que, não raramente, é recebida com violência. As malhas que a droga tece - entre consumidores, traficantes e receptadores - cimentou também aqui as cumplicidades entre muitos vizinhos, o que, como em outros bairros, dificulta cada vez mais a acção repressiva da polícia."<sup>3</sup> À luz desta imagem social mediaticamente construída, o Bairro do Cerco do Porto configura-se como um dos principais «bairros-problemas», pois é tido como um dos «bairros maus» gerando sentimentos de medo e de receio na população da cidade e em toda a Região Metropolitana envolvente.

Dado o contexto escolhido, o objecto de partida desta investigação sociológica prendeu-se com a análise da recomposição social e espacial do tecido urbano portuense, tomando como enfoque o espaço físico e social do referido Bairro. O estudo do processo de recomposição social e espacial do tecido urbano portuense na década de 90, toma como referencial de análise este espaço bem delimitado, em virtude de se antever para aquela zona da cidade importantes transformações sócio-urbanísticas por via da entrada em cena de uma política de requalificação das áreas urbanas degradadas com finalidades inovadoras. Assim, com a implementação da Iniciativa Comunitária URBAN sob impulso da autarquia municipal, pretendeu-se levar a cabo um conjunto de acções com impacto nesta área urbana caracterizada por situações de depressão económica e de degradação social no sentido de desenvolver esforços para, de uma forma integrada e incentivando o papel dos agentes locais, requalificar esta zona periférica.

Esta análise insere-se num quadro analítico que pretende elucidar a progressiva transformação dos tradicionais «problemas sociais» associados à vivência do operariado na sociedade industrial em «problemas urbanos» vivenciados pelos cidadãos e inerentes à vivência numa cidade cada vez mais urbanizada. Esta transmutação tem reflexos mais vastos, pois a segregação sócio-espacial substituiu a exploração, a exclusão urbana relegou para segundo plano os conflitos de trabalho e a luta de classes é hoje em dia confrontada com problemáticas inerentes à integração e à marginalidade sociais. Obviamente que a condição operária e os modos de vida do operariado não desapareceram, antes deixaram de se assumir como o foco difusor dos problemas sociais. Hoje em dia, a cidade depara-se com outros problemas

---

<sup>3</sup> Alfredo Leite e David Pontes, "Investimentos da Câmara do Porto dificilmente evitam insegurança. O medo dos bairros maus", in *Público Local*, 12 de Outubro de 1997.

como a exclusão e a desqualificação sociais, a relegação, a segregação, a insegurança e a violência urbanas, associadas às zonas e às populações que habitam espaços e zonas periféricas e desvalorizadas. Na actualidade, a sociedade é cada vez mais dual, acentuando-se o desnível entre a sociedade integrada e a sociedade fragmentada.

Esta investigação, ainda que empírica, é "teoricamente orientada"<sup>4</sup>, pois atribuímos à teoria uma função de comando nesta análise, pressupondo-se a construção do objecto a partir de uma permanente interacção entre teoria e empiria.<sup>5</sup> O problema que desencadeou este estudo remete para a análise das vivências e representações dos actores sociais que residem em territórios classificados como *territórios de exclusão*. A assunção de rótulos e de estigmas por parte de uma população residente num bairro dito «problemático» condiciona certamente as suas práticas de sociabilidade, as suas formas de apropriação do espaço, bem como, as suas estratégias face aos centros de poder e ao planeamento urbano e territorial. Situando-nos numa vertente de abordagem sociológica de pendor relacional e construtivista, damos primado à análise da tessitura de relações sociais desenvolvidas no espaço social, assumindo o espaço como «accionado» pelos agentes.

A pesquisa realizada focalizou-se num registo tridimensional, conjugando o passado, o presente e o futuro. Com efeito, ao estudarmos a situação actual do Bairro, tornou-se imperioso numa perspectiva recursiva, fazer apelo à diacronia dos processos sociais que têm como palco o Bairro e em simultâneo, com base no passado e no presente, tornou-se possível esboçar algumas linhas de evolução prospectiva desse micro-espaço e do próprio Vale de Campanhã. A operacionalização destas questões de análise, condicionou as opções metodológicas. Optamos assim, por articular procedimentos de investigação extensiva e intensiva, por forma a aproveitar as potencialidades heurísticas proporcionadas pelo cruzamento destas estratégias de investigação. Ao nível operativo, usamos como técnica principal de recolha de informação o inquérito por questionário, coadjuvado com o recurso à entrevista semi-directiva e à observação directa<sup>6</sup>.

---

<sup>4</sup> A Firmino da Costa, *A Sociedade de Bairro. Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Oeiras, Celta Editora, 1999, p. 7.

<sup>5</sup> Cfr. A. Santos Silva e J. Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento, 1996.

<sup>6</sup> A este propósito valerá a pena referir que a conciliação de um conjunto variado de técnicas de investigação possibilitou o cruzamento entre diferentes níveis e tipos de informação, possibilitando a aquisição de uma variedade de dados sobre uma mesma realidade, sendo, então, possível estabelecer comparações entre as informações recolhidas. Atendendo à sequência lógica de utilização dos vários recursos técnicos, numa primeira fase, que podemos por designar como

No texto que aqui patenteamos, iremos dar particular enfoque à estruturação do espaço-Bairro como palco de sentimentos de pertença, de representações, de afectividades e de estratégias dos moradores desse *locus*. Assim, a nossa análise situa-se na evidenciação das reconstruções sociais do espaço através da dilucidação da trama das relações sociais que compõem o tecido social do Bairro, nomeadamente, as relações de vizinhança, as de amizade e as associativas que cimentam a identidade intra e extra-Bairro.

## **2. A prefiguração de um objecto de análise**

A década de 90, em termos de recomposição sócio-espacial do espaço urbano portuense, configura, por parte do poder local portuense, uma estratégia assumida de intervenção apostada na reestruturação da Zona Oriental da cidade, compreendendo, em termos geográficos, a freguesia de Campanhã e, de forma circunscrita, o Vale de Campanhã. Assim, o nosso interesse primordial prendeu-se com a análise das opções de política e de ordenamento urbano programadas e assumidas para a cidade e sobretudo nos seus impactos perante a população e actores locais que pretendem abranger. O grande desafio analítico que aqui se patenteia está estreitamente relacionado com um facto «novo» que se prefigurou no início da década de 90. Esse facto prende-se com a tomada de consciência de uma área urbana até essa época objecto de um certo «esquecimento» e com a assunção de que uma estratégia de desenvolvimento integrado e sustentável passaria pela requalificação e

uma fase qualitativa, realizamos um conjunto de entrevistas de carácter semi-estruturado e com finalidades de índole exploratória aos actores políticos locais, aos actores institucionais/serviços locais, aos actores associativos com intervenção na freguesia e no Bairro e a alguns moradores do Bairro. No total efectuamos 23 entrevistas distribuídas numericamente pela seguinte tipologia: actores políticos autárquicos (3); actores associativos locais (6); actores institucionais/serviços locais (6); moradores (8). A informação recolhida destinou-se a contextualizar o espaço social e geográfico em análise e ajudou a interpretar os resultados do inquérito por questionário. Enfim, a realização das entrevistas permitiu-nos aceder aos universos de significação dos actores a fim de apreender as suas representações, conhecimentos e vivências sobre o Bairro. Recorremos ainda a título complementar à análise documental de dados secundários oriundos fundamentalmente de cinco tipos de fontes de informação: INE, Câmara Municipal do Porto, Fundação Para o Desenvolvimento do Vale de Campanhã, documentos de estratégia política e de planeamento territorial oriundos de fontes diversificadas e imprensa. Nesta pesquisa, o inquérito por questionário foi assumido como técnica central de análise. O inquérito por questionário foi realizado no Bairro do Cerco do Porto, nomeadamente a 136 indivíduos que se assumiram como representantes de grupos domésticos aí residentes. O objectivo primordial deste instrumento prendeu-se com a recolha de informação sobre o posicionamento dos habitantes no espaço Bairro quanto à sua condição e vivência de moradores neste espaço específico e numa zona peculiar da cidade. De referir que os objectivos subjacentes à operacionalização deste recurso técnico passam em grande medida pela compreensão de processos e acções sociais.

integração desse espaço no tecido urbano portuense. Foi, pois, uma concepção de pesquisa sociológica alicerçada no estudo e análise desta *mudança de rumo* ou, por outras palavras, de re-alinhamento de orientações políticas que nos suscitou um interesse inicial.

Percorrendo as iniciativas e documentação veiculadas pelo poder autárquico podemos localizar esse novo entendimento face à cidade no ano de 1993<sup>7</sup>. Nessa altura o grande desafio colocado por parte do poder político autárquico adveio da necessidade de controlar as tendências de uma cada vez maior segregação sócio-espacial tendo como objectivo a reconstituição de uma unidade urbana integrada e coesa. Neste sentido, as representações dos actores políticos urbanos são marcadas por uma forte inquietação perante uma cidade fragmentada, pois as fórmulas tradicionais de intervenção política pareciam só dar resposta eficaz a referenciais e arquétipos da cidade tradicional.

Assim, o poder local aparece apostado na defesa de uma cidade moderna e dotada de qualidade de vida através da renovação e ampliação das infra-estruturas e da qualificação do espaço urbano, tal como podemos constatar nas expressões a seguir apresentadas: "Para além da importante vertente da modernização do sistema viário e de transportes (...), importa hoje dar início a planos e obras que, para além do seu valor funcional, marquem a renovação da imagem da cidade. O Porto está perante o desafio de encontrar a face simbólica da sua renovação e modernidade. Há, assim, que destacar como pontos nevrálgicos de uma acção urbanística coerente, os planos e as obras que incidirão em algumas áreas fundamentais."<sup>8</sup> Acompanhando ainda o posicionamento do poder local, podemos constatar que a área Oriental da cidade é, neste quadro, o cenário primordial de intervenção: "É para a parte oriental da cidade que se abrem as perspectivas mais radicais de transformação, tendo em conta o atraso endémico que sempre a caracterizou, agravado pelo sucessivo desaparecimento das indústrias que outrora aí se localizavam"<sup>9</sup>, para além de se ter transformado em área-depósito de bairros de índole social e/ou camarária.

No caso do Porto, e assumindo cada vez mais a condição de cidade-metrópole, será importante contrariar, com efeito, a acentuação de tendências segregativas; quer pelo reforço de movimentos de *emburguesamento* que

---

<sup>7</sup> Cf. Partido Socialista, *Porto, pensar a cidade - candidatura de Fernando Gomes à Câmara Municipal do Porto*, Porto, Partido Socialista, 1993.

<sup>8</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>9</sup> Idem, *Ibidem*, p. 42.

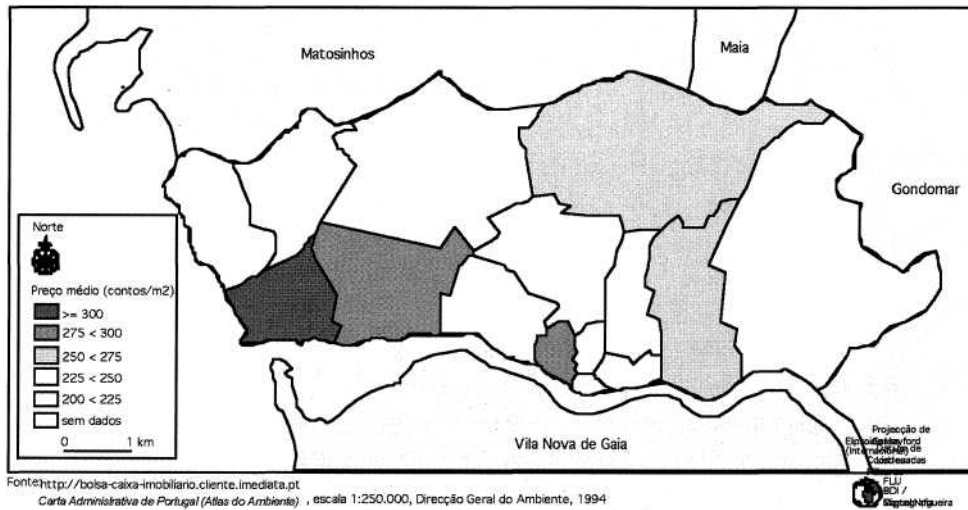
tendem a concentrar estratos sociais da população mais favorecidos em termos económicos em espaços qualificados do ponto de vista social e urbanístico<sup>10</sup>, excluindo outros segmentos da população pelas fortes tendências de especulação imobiliária e fundiária que fraccionam a cidade; quer pela concentração de pessoas de *status* social intermédio em outras cidades periféricas da Área Metropolitana pela razoabilidade de preços imobiliários aí praticados, ocasionando, não obstante sentimentos de desenraizamento sociais e espaciais; e ainda, pelo avolumar da concentração e da visibilidade de espaços urbanos altamente degradados e em relação aos quais existe uma representação cada vez mais pública e colectiva de serem espaços *perigosos*, de *miséria*, de *violência* e de *não cidade*.

Prosseguindo a nossa análise, foi-nos aliás, possível, dar corpo a uma das principais preocupações políticas: a forte especulação imobiliária e fundiária existente na cidade do Porto.<sup>11</sup> Tal como podemos observar no Mapa 1, e de forma exemplificativa, a freguesia de Campanhã destaca-se como uma das freguesias da cidade em que o preço médio do solo por metro quadrado é mais baixo. Neste sentido, podemos aferir que a procura para a freguesia de Campanhã do ponto de vista habitacional é tendencialmente mais baixa do que para outras freguesias da cidade, tais como e exemplificadamente, Paranhos e Bonfim, ambas freguesias de fronteira face a Campanhã. Esta situação também nos remete para uma diminuição ou limitação do próprio investimento mobiliário realizado ou a realizar nessa freguesia, com as possíveis consequências económicas e sociais para a zona em termos de desenvolvimento do mercado imobiliário e fundiário.

---

<sup>10</sup> A este respeito, são observáveis tendências a nível nacional e internacional como se pode constatar em: António Fonseca Ferreira, "A febre imobiliária 'ataca' em Lisboa e noutras zonas", in *Sociedade e Território*, nº 10/11, 1989; Cf. Edmund Preteceille, *La Ségrégation Sociale dans les Grands Villes*, Paris, La Documentation Française, 1992; Michel Pinçon e Outros, *Ségrégation Urbaine. Classes et Équipements Collectifs en Région Parisienne*, Paris, Éd. Anthropos, 1986; Michel Pinçon e M. Pinçon-Charlot, *Dans les Beaux Quartiers*, Paris, Ed. Le Seuil, 1989.

<sup>11</sup> Maria José Azevedo deixou patente no artigo a seguir citado a importância das leis do mercado na estruturação do espaço urbano portuense. Cf. Maria José Azevedo, "Renovação urbana - Contributos para uma reflexão sobre práticas de intervenção na requalificação urbana da cidade do Porto", in *Colóquio A Política das Cidades*, Lisboa, Conselho Económico e Social, 1997, pp. 351-363.

MAPA 1. Preço médio do solo (m<sup>2</sup>) no concelho do Porto, por freguesia, em 2001

Estas preocupações políticas vão adquirir consistência através da elaboração do Plano Estratégico para o Vale de Campanhã.<sup>12</sup> Este Plano assume vários objectivos prioritários de intervenção estratégica. Primeiramente, importa controlar o impacto urbano decorrente da construção da Ponte do Freixo e subsequente reestruturação da rede viária que articula a Via de Cintura Interna, o Itinerário Principal 1 e a Auto Estrada do Norte, o que possibilitará um elevado grau de acessibilidade a esta zona da cidade. O segundo objectivo pretende promover a requalificação do ambiente urbano construído e natural, perspectivando o Vale de Campanhã como uma hipótese alternativa para a localização de actividades de animação cultural e lúdica cujo alcance seja supra-

<sup>12</sup> Cf. Câmara Municipal do Porto/Gabinete de Planeamento Urbanístico, *Plano Estratégico do Vale de Campanhã*, Porto, Câmara Municipal do Porto e Gabinete de Planeamento Urbanístico, 1993. Aliás, as orientações incluídas neste Plano surgem também de outros documentos complementares, dentre os quais, destacamos: Câmara Municipal do Porto, *Programa MED-URBS AEDIFICARE Bordeaux-Casablanca-Porto - Terceiro Seminário Técnico Internacional*, Casablanca, Câmara Municipal do Porto, 1993 e Câmara Municipal do Porto/Gabinete de Planeamento Urbanístico, *Porto - Projecto Cidade Nova. Ratificação do Plano Director Municipal*, Porto, Câmara Municipal do Porto e Gabinete de Planeamento Urbanístico, 1993.

\* Estes dados resultaram de uma consulta feita em *sites* imobiliários durante o mês de Março de 2001



municipal (lançamento do Plano de recuperação da envolvente do Palácio do Freixo, lançamento do Projecto do Parque Lúdico-Tecnológico e lançamento do Projecto do Parque Oriental). O terceiro objectivo liga-se ao fomento de uma nova centralidade urbana através da requalificação de alguns espaços sujeitos a fortes pressões e em que o nível de equipamentos, imagem e qualidade urbana são muito deficitários. Com o último, pretende-se densificar a fixação da população residente, inserindo-a social e economicamente. No quadro da realização deste Plano Estratégico, os actores políticos vão dando cada vez maior ênfase à necessidade de travar tendências de crescimento urbano assentes num acentuar de uma maior polarização social. Desta forma, a desqualificação social e a sua espacialização cada vez mais visível começam a fazer parte das lógicas e estratégias de actuação política e assumem lugar dianteiro na estruturação da política urbana portuense.<sup>13</sup> Claro que, neste contexto e de forma complementar, não podemos deixar de fazer referência a uma dinâmica emergente em torno de um discurso do combate à exclusão social, situada também nesta cronologia. Podemos dizer que a exclusão social e o seu combate entraram correntemente e massivamente nos discursos políticos, técnicos e mediáticos acerca da cidade<sup>14</sup>. É dentro deste cenário de orientações e acções políticas que Campanhã e o Vale de Campanhã vão ser eleitos como lugares onde a recom-posição social e espacial da cidade tem particular incidência e, por conseguinte, vão ser assumidos como espaços prioritários de intervenção.

Deste modo, é possível, desenhar um perfil de caracterização assumido plenamente em 1994 para Campanhã em geral, e para o Vale de Campanhã, em particular.<sup>15</sup> Ora, em termos de representação, a zona é vista pela autarquia como:

- uma das zonas urbanas mais desfavorecidas quer da cidade quer da Área Metropolitana do Porto;
- zona periférica pautada por uma forte degradação sócio-urbanística e ecológica;
- zona de declínio industrial;
- zona onde existem reminiscências de uma agricultura de subsistência feita de forma informal e desordenada;
- zona possuidora de uma estrutura demográfica relativamente jovem face ao cômputo geral;

---

<sup>B</sup> Refira-se a este propósito a criação, em 1994, do Pelouro de Acção Social na Câmara Municipal do Porto.

<sup>H</sup> Cf. A. Teixeira Fernandes, "Etnicização e racização no processo de exclusão social", in *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras do Porto*, vol. 5, série 1, 1995, p. 15.

<sup>F</sup> Recorremos ao diagnóstico feito no âmbito da Candidatura ao Programa URBAN. Cf. Câmara Municipal do Porto/Pelouro da Habitação, Acção Social e Protecção Civil, *Intervenção URBAN-Vale de Campanhã*, Porto, Câmara Municipal do Porto, 1994.

- zona caracterizada por uma forte desintegração dos activos residentes do mercado de trabalho;
- zona afectada por programas consecutivos de realojamento, sem articulação com políticas urbanas mais globais o que a tem transformado em «zona-depósito» de Bairros sociais e de problemas sociais;
- zona de forte concentração espacial de pessoas carenciadas o que se traduz em efeitos perversos ao nível da produção e da reprodução de determinados problemas sociais, de que são exemplo, certos comportamentos desviantes;
- zona onde as populações (nomeadamente oriundas de bairros) se vão afirmando pela negativa, acentuando estigmas sociais; inadaptação à escola e dificuldades de integração laboral da população juvenil.

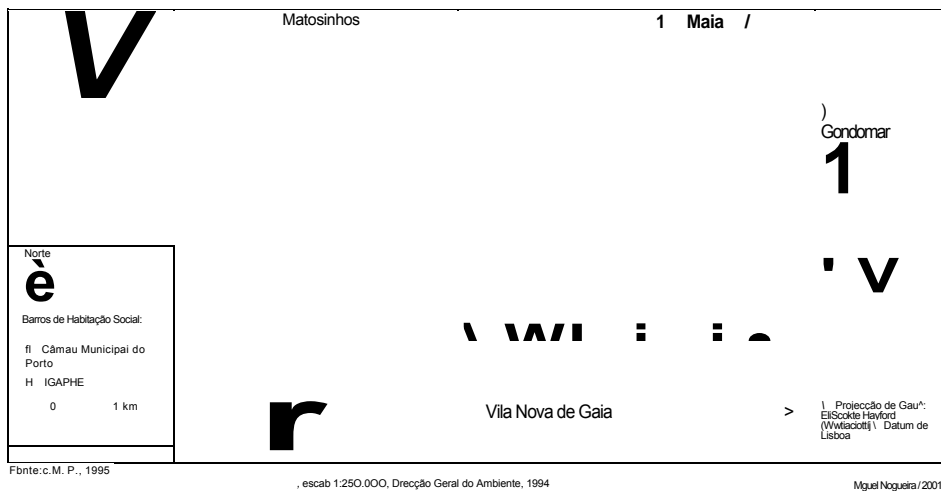
A localização periférica da freguesia de Campanhã, a política de construção de habitação social e a inexistência de investimentos localizados nesta freguesia durante muitas décadas contribuíram para a existência de uma situação actual de desqualificação urbana e de degradação habitacional muito notórias. A debilidade ou mesmo inexistência de infra-estruturas básicas (saneamento básico e rede de água), a degradação dos espaços de uso público, a poluição dos rios e as precárias condições do parque habitacional são indicadores desta situação, que assume contornos particularmente graves nos bairros sociais. A questão da habitação é uma questão nuclear nesta freguesia, sendo identificada pelos actores locais contactados como um problema essencial, que acentua uma multiplicidade de outras situações de carácter social muito problemáticas. Em alguns casos, como o do Bairro do Cerco do Porto<sup>16</sup>, o estado de conservação dos edifícios e dos espaços de utilização comum é manifestamente degradado. Os bairros de construção antiga, sem obras de manutenção e com uma ocupação humana essencialmente de fracos rendimentos económicos, que excede significativamente a capacidade dos alojamentos, representam focos de degradação urbana e social. Há que salientar que a população que reside nestes bairros foi objecto de sucessivos processos de realojamento sem quaisquer preocupações concernentes à integração social, física e cultural destes actores sociais no tecido urbano.<sup>17</sup>

---

<sup>16</sup> Vd. Câmara Municipal do Porto, *Programa MED-URBS AEDIFICARE Bordeaux-Casablanca-Porto - Terceiro Seminário Técnico Internacional*.

<sup>17</sup> Cf. Virginia Sousa, "A Intervenção URBAN na cidade do Porto", in *Fórum de Projectos Educativos do Vale de Campanhã, Pensar a Escola, Construir Projectos*, Porto, Fundação Para o Desenvolvimento do Vale de Campanhã, 1998.

MAPA 2. Bairros sociais no Porto, por freguesia, em 1995



Dentro desta linha de análise, em termos de políticas urbanas com incidência particularizada no Vale de Campanhã, toda a estratégia formulada irá ganhar consistência com a efectivação do Projecto URBAN para o Vale de Campanhã.<sup>18</sup> O URBAN é um programa comunitário destinado a requalificar zonas urbanas carenciadas social, económica e urbanisticamente. Enquadra-se dentro de uma lógica de políticas urbanas intensivas e territorializadas, pressupõe ainda uma abordagem e uma intervenção multi-sectorial e pluri-facetada. Enquadra-se dentro de uma resposta «à explosão do social nas periferias e Bairros em crise» das grandes cidades europeias<sup>19</sup>. A lógica do

<sup>18</sup> O Programa URBAN é financiado pelo FEDER e pelo FSE e integra em Portugal seis sub-programas específicos correspondendo às áreas do Vale de Campanhã (Porto), S. Pedro da Cova (Gondomar), Casal Ventoso (Lisboa), Venda Nova/Damaia de Baixo (Amadora), Odivelas (Loures) e Outorela/Portela (Oeiras). A Comissão Europeia lançou esta iniciativa com o objectivo de apoiar a revitalização e a requalificação de áreas urbanas pautadas por fortes indícios de degradação social e urbana, visualizáveis através da presença elevada de grupos vulneráveis ao desemprego e à acumulação de fenómenos de marginalidade e de exclusão social. Cf. A. Mendes Baptista e M. Albina Martinho, *Programas URBAN e REABILITAÇÃO URBANA - revitalização de áreas urbanas em crise*, Lisboa, Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional, 1997. Refira-se ainda que o URBAN do Vale de Campanhã corresponde a um investimento de 160,0 (1000 escudos) per capita pelos 23 471 habitantes residentes na área, Cf. Centro de Estudos de Desenvolvimento Regional e Urbano, *Estudo de Avaliação Intercalar do Programa de Iniciativa Comunitária URBAN - Relatório Final*, Lisboa, Direcção Geral do Desenvolvimento Regional, 1998.

<sup>19</sup> Vd. Thomas Angotti, *Metropolis 2000, Planning, Poverty and Politics*, Nova Iorque, Routledge, 1993.

URBAN assenta essencialmente na mobilização e participação das próprias populações, pois só assim se conseguirá uma estratégia de desenvolvimento integrada. Implica sobretudo a emergência de projectos identitários comuns nas próprias populações. Consequentemente, pode inclusivamente assumir-se como veículo promotor de cidadania local no sentido em que a "(...) liberdade ganha com o adensamento de redes de relações sociais espontâneas, sendo tanto mais forte a democracia quanto mais também se afirma e intensifica a vida associativa e o pluralismo social."<sup>20</sup>

No caso concreto do URBAN do Vale de Campanhã importa referir brevemente as suas áreas e linhas estratégicas de intervenção que se centram nos seguintes eixos<sup>21</sup>: dinamização local; valorização de actividades económicas locais; criação e diversificação do emprego local; dinamização de equipamentos polivalentes e de recorte inovador; promoção de equipamentos multi-valências e multi-objectivos; requalificação urbana e ambiental e gestão, estudos locais, comunicação e visibilidade local. A dinamização local é assumida como central face às demais áreas estratégicas de intervenção. E neste contexto, é aferida fundamentalmente à dinamização do *associativismo de base local* quer nas vertentes de animação sócio-desportiva, quer nas suas ligações à escola, quer na promoção de iniciativas de educação ambiental. Em termos de valorização de actividades económicas locais e da criação e diversificação do emprego local, a grande aposta é feita em torno da promoção de *iniciativas locais de emprego* para o grande número de activos residentes em situação de desemprego nos bairros. A promoção de equipamentos polivalentes e de recorte inovador com multi-valências e multi-objectivos implica a emergência de um centro comunitário animado por diferentes serviços e temas, sendo *frequentado intergeracionalmente*. A requalificação urbana e ambiental implica a emergência de espaços públicos locais qualificados do ponto de vista estético e ambiental a serem preservados pelas populações locais enquanto *espaços de pertença comum*. Em síntese, estas áreas estratégicas de intervenção do URBAN assentam na emergência de sinergias locais de participação e de intervenção nos actuais espaços desqualificados social e espacialmente, tornando os moradores destes bairros mais autónomos e independentes face às instituições de apoio e capazes de sair de situações de atomização social em que se encontram normalmente mergulhados.

---

<sup>20</sup> A. Teixeira Fernandes, "Poder autárquico e poderes difusos", in *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras do Porto*, Vol. 3, série I, 1993, p. 9.

<sup>21</sup> Câmara Municipal do Porto/Pelouro da Habitação, Acção Social e Protecção Civil, *Intervenção URBAN-Vale de Campanhã*, Porto, Câmara Municipal do Porto, 1994.

A efectivação do URBAN<sup>22</sup> continua a traduzir na actualidade as grandes preocupações da Comunidade Europeia<sup>23</sup> com vista ao alcance de um desenvolvimento urbano sustentável, na medida em que as cidades são cada vez mais atravessadas por dinâmicas de fragmentação e de desintegração social, devendo as cidades assumir-se como locais onde todos os actores sociais encontrem possibilidades de realização, alcançando um pleno acesso à cidadania.

**QUADRO I. Cronologia dos principais marcos de assunção do Vale de Campanhã como área estratégica de intervenção autárquica**

1991-93	• Elaboração do Plano Estratégico do Vale de Campanhã
1994	• Criação da Fundação Para o Desenvolvimento do Vale de Campanhã
1994	• Candidatura ao Programa URBAN
1995	• Início da concretização do URBAN-Vale de Campanhã
1996	• Programa Metropolis
1997	• Criação da APOR, SA (Agência para a Modernização do Porto - Zona Oriental)
1999	• Contrato com o BEI (Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu)

Fonte: Câmara Municipal do Porto, *Porto de Encontro*, n.º 9, 2000.

Por conseguinte, e depois de apresentados os principais eixos de análise prévia, a nossa opção em termos analíticos circunscreve-se à particularidade que o processo em análise assume nessa Zona da cidade e concretamente no Bairro Cerco do Porto, quer pela sua actualidade, quer pela busca de uma maior delimitação analítica de abordagem tendo presente que "as cidades, ou quem actua em nome delas, tratam de eleger e fixar a sua imagem mais conveniente, expurgando-a de conteúdos indesejáveis e potenciando os aspectos sobre os quais desejam enraizar-se ou chamar a atenção."<sup>24</sup> Assim, o

<sup>22</sup> Neste sentido, o Vale de Campanhã deverá vir a ser beneficiado por uma outra Iniciativa Comunitária, URBAN II.

<sup>23</sup> Comissão das Comunidades Europeias, *Para uma Agenda Urbana da União Europeia*, Bruxelas, Comissão das Comunidades Europeias, 1997; *Desenvolvimento Urbano Sustentável na União Europeia. Um Quadro de Acção*, Bruxelas, Comissão das Comunidades Europeias, 1998 e European Union, *Regional Policy, Urban Success Stories - Building a better tomorrow in deprived neighbours*, Bruxelas, European Commission, 2000.

<sup>24</sup> Maria-Angéls Durán, *La Ciudad Compartida. Conocimiento, Afecto y Uso*, Madrid, Consejo Superior de los Colégios de Arquitectos de Espana, 1998, p. 53.

nosso horizonte analítico também deve focalizar-se na potencial importância da desmontagem ou desconstrução dos mecanismos que permitem a formação unimodal de uma imagem urbana. Esse enfoque é tanto mais importante se considerarmos com Bill Hillier que nos encontramos numa "conjuntura onde questões fundamentais acerca do futuro das nossas cidades - devem os tecidos ser densos ou esparsos, nucleados ou dispersos, monocêntricos ou policêntricos, ou uma mistura de todos estes tipos? - foram levantadas pela questão da sustentabilidade." Implicitamente estamos também num momento, continua Hillier, onde se reconhece unanimemente que "para fazer as cidades sustentáveis devemos basear as nossas decisões acerca delas sobre uma compreensão mais segura delas do que aquela que temos agora."<sup>25</sup> E compreender a cidade passou para nós por uma análise desmultiplicada de uma imagem colectiva reconhecível, mas também nas leituras, opções e práticas da população que se apropria quotidianamente do urbano.

Como abordagem eminentemente relacional, a análise ancorou-se nos desfasamentos e tensões existentes entre os discursos e acções dos actores políticos urbanos - eles próprios actuando interactivamente e de uma forma conflitual - e os discursos e práticas sociais localizadas e territorialmente enraizadas nos habitantes (e não só) do Bairro Cerco do Porto. Desta forma, partiremos da hipótese de que entre estes dois conjuntos de actores responsáveis pela recomposição sócio-espacial da cidade se jogam interesses, recursos, cálculos, estratégias e lógicas diferentes, fazendo emergir a estrutura urbana portuense como uma ordem virtual de relações transformadas e em transformação, tendo presente que o trabalho científico é "um esforço de descoberta, de penetração aprofundante, de forma a atingir o que está para além do aparente."<sup>26</sup>

Tendo em atenção as precauções anteriores, iremos tentar evidenciar, através de alguns dados, os critérios que presidiram à escolha do Bairro do Cerco do Porto dentro do conjunto geral dos bairros que se integram na zona de intervenção URBAN - Vale de Campanhã<sup>27</sup>. Assim, e como primeiro

---

<sup>25</sup> Bill Hillier, *Space is the Machine*, Cambridge, Cambridge University Press, s. d., p.149.

<sup>26</sup> A. Teixeira Fernandes, *O Conhecimento Sociológico - a espiral teórica*, Porto, Basilica Editora, 1983, p. 15.

<sup>27</sup> Convém referir que esta escolha foi fundamentada tendo na base a recolha de informação proveniente de entrevistas exploratórias realizadas junto da assistente social da Junta de Freguesia de Campanhã, de técnicos dos Serviços de Habitação e Acção Social da Câmara Municipal do Porto e de técnicos do Gabinete de Planeamento Urbanístico da Câmara Municipal do Porto (1994), de entrevistas realizadas aos actores políticos autárquicos, (1994 e 1995) e de informações recolhidas em alguns documentos, dentre os quais, referimos, Câmara Municipal do Porto/Pelouro da Habitação, Acção Social e Protecção Civil, *Intervenção URBAN-Vale de Campanhã*, Porto,

critério de escolha, podemos dizer que o Bairro do Cerco do Porto apresenta uma maior densidade ao nível do edificado (37,1%) e da população aí residente (38,0%), comparativamente à situação observada nos restantes bairros do Vale de Campanhã.

**QUADRO II. Distribuição dos fogos e da população residente por bairros camarários, integrados na zona de intervenção URBAN - Vale de Campanhã em 1994**

Designação	n.º fogos	n.º fogos (%)	n.º residentes	residentes (%)
<b>Bairro do Cerco</b>	903	37,1	3610	38,0
<b>Bairro do Falcão</b>	396	16,3	1493	15,7
<b>Bairro do Freixo</b>	27	1,1	-	-
<b>Bairro do Lagarteiro</b>	441	18,1	2071	21,8
<b>Bairro de S. Roque da Lameira</b>	445	18,3	1505	15,8
<b>Bairro de S. Vicente de Paulo</b>	219	9,1	833	8,8
<b>Total</b>	2431	100,0	9512	100,0

Fonte: Câmara Municipal do Porto/Pelouro da Habitação, Acção Social e Protecção Civil, *Intervenção URBAN - Vale de Campanhã*, Porto, Câmara Municipal do Porto, 1994.

Estas características deixam antever desde já a pertinência analítica do *locus* de análise. Contudo, a escolha foi fundamentada em razões de outra ordem e que se prendem com o objecto de estudo e com os objectivos subjacentes a esta análise.<sup>28</sup> De facto, o Bairro do Cerco do Porto acumula um conjunto de potencialidades analíticas que passamos a assinalar: é um local marcado por uma forte legibilidade social tanto interna como externa à zona, sendo lido pelo imaginário colectivo como local de concentração de problemas ditos sociais, sendo um desafio a sua desmontagem para a análise sociológica. De realçar que é uma evidência neste Bairro, a centralidade da função habitar, o que possibilita de certo modo uma maior eficácia analítica. Sendo a habitação uma das manifestações ou "marcas significativas" da ocupação social no espaço, torna-se possível encarar o espaço habitado como local por excelência de reconstrução social. Nesta linha de justificações, poderemos também considerar que a habitação é o retraio mais visível de uma

Câmara Municipal do Porto, 1994, Câmara Municipal do Porto, *Programa MED-URBS AEDIFICARE Bordeaux-Casablanca-Porto - Terceiro Seminário Técnico Internacional*, Casablanca, Câmara Municipal do Porto, 1993 e Câmara Municipal do Porto/Gabinete de Planeamento Urbanístico, *Plano Estratégico do Vale de Campanhã*, Porto, Câmara Municipal do Porto e Gabinete de Planeamento Urbanístico, 1993.

<sup>28</sup> Dentro da linha de alguns estudos desenvolvidos em Portugal, dos quais, salientamos, Isabel Guerra e Walter Rodrigues, "Impacto social da operação integrada de desenvolvimento da Península de Setúbal - 1988 a 1992", in *Sociologia - Problemas e Práticas*, n.º 22, 1996, pp. 109-135.

determinada condição social, pois, é um bem de consumo, estando como tal relacionada com o nível de rendimentos possuídos, atestando espacialmente a materialização das diferentes condições sociais e económicas. Tal pressuposto não descarta também a importância analítica das mudanças que a habitação tem sofrido tornando-se cada vez mais estandardizada e fragmentada e diferentemente representada socialmente.

Por outro lado, este Bairro demonstra uma maximização dos efeitos das políticas sociais e intervenções sócio-urbanísticas na cidade do Porto, tendo em linha de conta que o impacto visual do Bairro reflecte de forma clara a lógica de desenho urbanístico dos anos 50 e 60, profundamente arraigada nos princípios da Carta de Atenas<sup>29</sup> que seriam os da racionalidade, da sensibilidade e da tecnologia. Dadas as suas dimensões enquanto aglomerado habitacional no quadro da cidade do Porto, é possível dizer que esse conjunto possui hoje uma legibilidade urbana espartilhada pela existência de espaços públicos mal definidos e mal tratados, apresentando claros sinais de intervenções dos moradores na apropriação do alojamento através da colocação de marquises.

Concomitantemente, o Bairro testemunha também e no momento presente, uma optimização dos efeitos das políticas sociais e intervenções sócio-urbanísticas, por proximidade e por arrastamento, no quadro das intervenções do Plano Estratégico do Vale de Campanhã e da aplicabilidade da Iniciativa URBAN, sendo assumido, no quadro deste Programa, como um dos três bairros prioritários de intervenção, juntamente com o Bairro de S. Roque da Lameira e o Bairro do Lagarteiro. Podemos pois considerar que o Bairro se configura como uma zona de forte visibilidade de problemas sociais tais como a concentração de comportamentos desviantes ligados ao consumo e tráfico de droga, a desintegração da população residente activa face ao mercado de trabalho, a sobre ocupação dos alojamentos e a degradação arquitectónica e ambiental. Funciona no mapeamento mental da cidade como um espaço «acossado», «desviante» e de «perigo».

### **3. O «gosto» e o «desgosto» face ao Bairro**

Defendemos, tal como o fazem Jean Rémy e Lilianne Voyé, que a habitação tem vindo a ganhar cada vez mais importância como local de identificação da família e como local a partir do qual esta organiza a

---

<sup>29</sup> Câmara Municipal do Porto, *Programa MED-URBS AEDIFICARE Bordeaux-Casablanca-Porto - Terceiro Seminário Técnico Internacional*, Casablanca, Câmara Municipal do Porto, 1993.



complexidade da vida quotidiana.<sup>30</sup> O ser humano transformou a habitação num prolongamento do seu ser e do seu existir. O espaço habitado por excelência sendo lugar de intimidade, é um espaço de sedimentação da experiência. A casa evoca uma história e, por isso, "desperta sentimentos de alegria e de tristeza, de felicidade e de dor"; assim, "esta anamnese oferece ao homem a ilusão do repouso, da estabilidade e da segurança."<sup>31</sup> A casa assume-se como «objecto de afectos» em que os actores transferem para o espaço doméstico as suas emoções, valores, costumes, símbolos e gostos. Nesta sequência, o indivíduo acciona os seus processos cognitivos e emotivos, apropriando-se e reapropriando-se do espaço-casa manifestando sentimentos de satisfação ou insatisfação face ao espaço habitado. Assim, e quando analisamos o «gosto» por parte dos habitantes face à vivência no Bairro do Cerco do Porto, constatamos que os inquiridos<sup>32</sup> na sua grande parte (88 respostas,

---

<sup>30</sup> Jean Rémy e Lilianne Voyé, *Ville, Ordre et Violence*, p. 89.

<sup>31</sup> A. Teixeira Fernandes, "Espaço social e suas representações", p. 72.

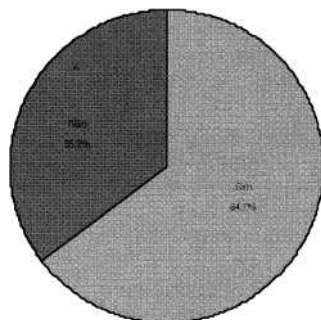
<sup>32</sup> Partindo da confluência de alguns dos indicadores tipificados no âmbito do inquérito por questionário, torna-se possível esboçar alguns elementos que configuram uma espécie de perfil-síntese sociográfico dos moradores residentes no Bairro do Cerco do Porto:

- são do sexo feminino (77,2%);
- têm 60 e mais anos (44,8%);
- são casados/vivem em união de facto (68,4%);
- têm 1-2 filhos (58,1%);
- pertencem a grupos domésticos constituídos por 2-4 elementos (50,7%);
- pertencem a famílias com um núcleo, casal com filhos e sem outras pessoas (27,9%) ou a famílias com 2 núcleos e com outras pessoas (27,2%);
- são naturais do concelho do Porto (73,5%);
- residem no Bairro há pelo menos 20 anos (66,2%);
- têm na sua maioria o 1º Ciclo do Ensino Básico (60,3%);
- abandonaram o sistema de ensino quando tinham entre 9-12 anos (50,7%), porque era necessário a sua colaboração no orçamento doméstico (63,9%);
- subsistem com uma pensão de reforma (50,0%);
- são reformados (47,8%) ou ainda exercem profissão (27,9%);
- na sua maioria foram e são operários, artífices e trabalhadores similares (40,0%), ou trabalhadores não qualificados (30,4%);
- mais de metade exerce ou exercia profissão no concelho do Porto (55,8%);
- inserem-se no lugar de classe modal do operariado industrial (63,4%);
- auferem mensalmente um rendimento que não ultrapassa os 49 mil escudos (61,1%).

Neste perfil, é de ressaltar, ainda que sumariamente, o elevado grau de localismo dos residentes que foram inquiridos, porque naturais do concelho do Porto, com residência sedimentada no Bairro e exercendo a sua actividade profissional no concelho; a baixa taxa de qualificação escolar; a predominância de categorias sócio-profissionais pouco qualificadas e socialmente desvalorizadas; a sua localização maioritária em posições sociais que se situam na base da escala social; uma dinâmica de vida marcada desde muito cedo por dificuldades e constrangimentos e que se reiteram no actual ciclo de vida, e que se traduziram no passado pelo abandono prematuro do sistema de ensino e conseqüente inserção precoce no mercado de trabalho,

64,7%) apresentam um elevado índice de adesão ao Bairro como *espaço de vivência*, em contraposição a 48 respondentes (35,3%) que não partilham dessa mesma opinião. Não deixa de ser oportuno salientar que este posicionamento de resposta é parcialmente contrário ao verificado em estudos similares desenvolvidos em Portugal e em bairros de natureza social<sup>33</sup>, em que foi constatado um sentimento maioritário de «desgosto» face ao bairro, o que pode estar relacionado com o facto de nestes últimos, o processo de realojamento das populações se ter verificado num período mais recente, materializando hipoteticamente, a concretização de projectos ligados à existência de mais e de melhores condições habitacionais, o que não se traduz num sentimento de agrado face ao aglomerado residencial onde as pessoas são colocadas, uma vez que a satisfação é projectada somente no espaço doméstico, ao contrário do que acontece no nosso contexto de análise. Esta questão poderá ser importante, na medida em que contradiz, relativamente, a representação comum que associa e vincula o Bairro a um espaço de total evitamento e desgosto experiencial e cognitivo.

GRÁFICO 1. Gosta de viver no Bairro



Perante este balanço marcado por manifestações de adesão à residência no Bairro, interessou-nos ainda perceber quais seriam as justificações que estariam na base de tal posicionamento. Não deixa de ser relevante, no quadro

designadamente em profissões desqualificadas e mal remuneradas, este percurso de vida tem na actualidade reflexos notórios nas condições de vida dos inquiridos, nomeadamente nos baixos valores da pensão de reforma, propiciando a emergência e a acumulação duma diversidade de traços propiciadores a situações de exclusão social ou de vulnerabilidade a essas mesmas. Por último, não podemos deixar de referir que estamos perante um perfil sociográfico, na generalidade, marcado por uma situação de exclusão, porque conjuga e congrega um cumulativo de situações objectivas de carência (emprego, rendimentos, recursos escolares, etc), mas também, um conjunto de constrangimentos simbólicos de existência (aspirações escolares e aspirações profissionais, fechamento e reprodução das condições sociais, fechamento e imobilismo geográfico, etc).

<sup>33</sup> Teresa Costa Pinto, "A apropriação do espaço em bairros sociais: o «gosto» pela casa e o «desgosto» pelo bairro», in *Sociedade e Território*, n.º 20, 1994.

deste Estudo, observar que 39 dos inquiridos (44,3%) reduzam o «gosto» em viver no Bairro a uma questão de «habituação». Tal justificação parece sublinhar a valoração do Bairro como um sítio onde se gosta de morar, mas por questões de hábito, de rotina e de algum comodismo. Aliás, e nesta linha, ainda que imbuídas de algum radicalismo, encontramos posições alicerçadas numa espécie de fatalismo, pois 6 sujeitos (6,8%) consideram que gostam de morar no Bairro pelo facto de «ser a única alternativa possível». No entanto, e por uma espécie de efeito compensatório, 13 pessoas (14,8%) declaram gostar de forma efectiva da sua casa e do bloco onde moram e 11 respondentes (12,5%) justificam a sua opção pelo o facto de gostarem do Bairro. Claro que não podemos deixar de ressaltar, mesmo no quadro da terceira ordem de justificações mais percentuada, a prevalência de razões explicativas alicerçadas num perfil de resposta de carácter generalista («gosto» pelo Bairro). Apontando para razões mais comunitárias fruto de uma hipotética vivência mais intensa do Bairro, os restantes inquiridos, referem as relações de amizade e as de vizinhança, como elementos fundamentais que estão na génese do seu «gosto» pelo Bairro, 6 respostas (6,8%). Os factores invocados pelos residentes prendem-se, essencialmente, com razões de ordem identitária, dito de outra forma, porque remetem para sentimentos de identificação e de pertença afectiva e cognitiva com o Bairro, o que condiciona a sua apropriação e percepção do espaço-Bairro. Não nos parece, deste modo, dispiciendo referir que estamos perante um quadro de justificações de adesão ao Bairro assente numa certa inevitabilidade sentida e vivenciada face a esse mesmo espaço, levando-nos a subscrever Maria-Angéls Dúran quando refere que "os grupos dominados têm de aceitar o lugar s outros lhe outorgam, quer isso lhes agrade ou não, e usá-lo como se fosse seu"<sup>34</sup>.

Outro eixo da questão em discussão, e muito significativo do ponto de vista da análise, entronca-se no facto de 39 (81,3%) dos 48 indivíduos que afirmaram não gostar de morar no Bairro do Cerco, apontarem razões que se ligam ao «mau ambiente» social generalizado existente no local. Seguidamente, 5 inquiridos (3,7%) apontam a «inexistência de relações de vizinhança». Evidentemente, que a referida justificação do «mau ambiente» social generalizado encontra eco também nesta segunda ordem de alegações, sendo, de certo modo, a inexistência de relações de vizinhança mais um indicador desse «mau ambiente» referido. Aliás, não se trata evidentemente da «inexistência de relações de vizinhança», *strictu sensu*, mas antes, de uma discursividade assente numa percepção negativa das redes de vizinhança.

---

<sup>34</sup> Maria-Angéls Durán, *Op. cit.* p. 117.

## QUADRO III. Razões pelas quais gosta ou não de morar no Bairro

Razões pelas quais gosta de viver no Bairro	N.º de respostas	% do total da amostra
Pela «habituação»	39	44,3
Por gostar da casa e do bloco	13	14,8
Pelas razões de amizade e de vizinhança	6	6,8
Por ser a única alternativa possível	6	6,8
Por gostar do Bairro	11	12,5
Não específica	6	6,8
Outra	7	8,0
<b>Total</b>	<b>88</b>	<b>100,0</b>
Razões pelas quais não gosta de viver no Bairro	N.º de respostas	% do total da amostra
Pelo «mau ambiente» social generalizado	39	28,7
Pela inexistência de relações de vizinhança	5	3,7
Por questão de resignação	4	2,9
<b>Total</b>	<b>48</b>	<b>100,0</b>

As entrevistas realizadas junto dos moradores corroboram um certo sentimento de desagrado face ao Bairro, consolidando as tendências de resposta supra enunciadas, alegando como principal razão a degradação das relações sociais estabelecidas neste quadro de interacção essencialmente resultantes da densificação de comportamentos desviantes ligados ao florescimento de uma economia e de uma sociedade paralelas e subterrâneas decorrentes do tráfico de drogas. Estamos perante uma paisagem de transgressão em que se concentram situações-problema, ou seja, populações marginalizadas e actividades incómodas. Tendo em conta os discursos dos entrevistados e também dos inquiridos, o «mau ambiente social» resulta do facto de o Bairro se ter tornado uma espécie de «território psicotrópico», espaço intersticial<sup>35</sup> de práticas não normativas, sendo essa mesma realidade também objecto de vivência, mas também de recusa por parte dos habitantes. Assim, não será de estranhar a existência de ambivalências discursivas tal como podemos observar abaixo.

*"Já estou cheia de morar aqui no Bairro. Eu já disse ao homem, o meu homem é que não quer sair por causa das obras que eu fiz aqui em casa, porque eu já estou cheia de estar aqui a morar. (...) e agora é que eu estou assim muito aborrecida por causa disto, por causa desta coisa da droga, que a gente quer dormir e não pode, a gente está ali na janela noites e noites que a gente quer dormir e não pode..."* (Moradora, 56 anos, casada, analfabeta, operária, reformada por invalidez)

<sup>35</sup> Vd. Yves Grafmeyer e Issac Joseph (orgs.), *L'École de Chicago. Naissance de l'Écologie Urbaine*, Paris, Editions Aubier Montaigne, 1979 e Martin Bulmer, *The Chicago School of Sociology. Institutionalization, Diversity, and the Rise of Sociological Research*, Chicago, The University of Chicago Press, 1984.

*"Gostava de mudar porque já estou cheio daqui do bairro porque o Falcão não tem muita droga, o Contumil também não, preferia ir para o Falcão do que estar aqui no Cerco. "* (Morador, 18 anos, 3ª classe do ensino básico primário, solteiro, inactivo)

*"É só droga aqui neste bairro. Quem me dera sair daqui. "* (Morador, 13 anos, solteiro, 3ª classe do ensino básico primário, estudante)

O «gosto» face à vivência no Bairro aparece associado a algumas determinações sociográficas. Desta feita, uma característica sócio-demográfica se revelou pertinente, a idade dos inquiridos. Face a esta condicionante tivemos a possibilidade de ver que à medida que a idade dos indivíduos aumenta, o «gosto» de viver no Bairro se consolida, demonstrando que eventualmente que as gerações mais idosas têm uma maior grau de conformidade ao Bairro, mas também, que o seu universo de referências habitacionais é mais limitado do que o das gerações mais jovens. O número de filhos do inquirido por grupo doméstico revelou-se, de alguma forma, importante na análise do «gosto» demonstrado pelas pessoas em viver no Bairro. Esta importância traduz-se no facto de que 4 inquiridos (80,0%) que têm mais de 5 filhos afirmarem que não gostam de viver no Bairro. O mesmo já não acontece nos grupos domésticos que possuem menos filhos ou até nenhum, pois todos eles disseram que gostavam de aqui viver. No grupo dos que manifestam claramente o seu «gosto» por viver no Bairro, é de destacar os que não têm filhos, com 23 respostas (67,6%) e aqueles que possuem 3-4 filhos, com 10 respostas (55,6%). Entre os que não gostam de viver no Bairro é ainda significativo o número dos que detêm 3-4 filhos, com 8 respostas (44,4%). De facto, o «mau ambiente» do Bairro e a imagem negativa do Bairro poderão influenciar a opinião dos grupos domésticos com um maior número de filhos. Antes de mais, podemos dizer que esta posição não se prende com a insatisfação perante o Bairro enquanto espaço edificado, mas com a denegação face ao «ambiente social» do Bairro; assim "não se trata simplesmente de sítios onde se vive pior ou onde se concentram comportamentos desviantes; trata-se sim, de lugares em corte com o consenso dominante sobre o que é um bom habitat, uma boa socialização, as regras, a ordem social..."<sup>36</sup>. Uma possível interpretação deste posicionamento ficará a dever-se aos constantes receios e sentimentos de medo nutridos pelos progenitores face à trajectória futura dos seus filhos numa sociedade e economia marcadas pela delinquência e pela economia subterrânea.

<sup>36</sup> A. Bourdin e M. Hirschhonn, *Figures de la Ville: autour de Max Weber*, Paris, Ed. Aubier, 1985, p. 77.

*"Os moradores denunciam, mas indirectamente porque as pessoas também têm medo. Aqui as pessoas não estão organizadas como os moradores de Francelos. Mas se calhar os traficantes são capazes de ter algum entendimento entre eles, porque se eu disser alguma coisa contra depois levantam-se 4 ou 5 vezes contra mim, por isso as pessoas têm medo."* (Morador, 65 anos, viúvo, 4ª classe do ensino básico primário, operário, reformado)

*"É o medo é, que eu já tenho ouvido aqui que aqui há um amigo nosso que se manifesta muito, e a dona tem sempre a preocupação, "ó pá não vale a pena fazer muito barulho que eles vêm já cá dar cabo do carro durante a madrugada ". Eles conhecem os carros das pessoas e por vingança dão cabo do carro das pessoas. "* (Moradora, 46 anos, casada, doméstica, 4ª classe do ensino básico primário)

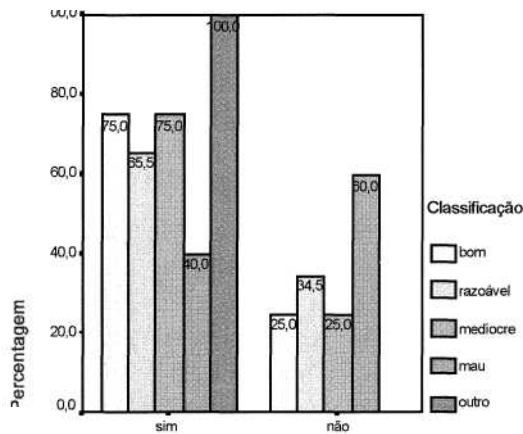
*"Receosa, pois quem é que não há-de ter medo? Eles são todos bons rapazes, que nós conhecemos, de boas famílias. Rapazes que se tivessem tido outra orientação na vida, se calhar eram uma jóia de rapazes, e estão ali que as pessoas têm medo deles até da cara deles, esqueléticos e se calhar alguns com hepatite, e as pessoas têm medo."* (Morador, 31 anos, solteiro, 8º ano de escolaridade, pintor de automóveis)

*"Eu interrogava-me se viesse aqui um tipo e dissesse: "Eu dou-lhe 200 contos por mês para tomar conta disto ", se eu tivesse problemas familiares, se não tivesse que dar de comer aos meus filhos à noite, se calhar eu - não estou a dizer que sou eu porque de certeza absoluta que a mim não me levavam - até caía. Eu acredito que a maior parte das pessoas caíam nisso com muita facilidade. Eu conheço lá pessoas que criticam as pessoas que se drogam, não os que se drogam mas os que vendem, a outra diz: "Matem-se os drogados", "Matem essa gente toda ", mas eu tenho a impressão que muitos desses se lhes chegasse a ocasião que eles se calhar também caíam nessa vida. "* (Morador 7, 39 anos, casado, 2º ano do antigo curso comercial, chefe de armazém, desempregado)

Nesta óptica de análise, tornou-se ainda pertinente averiguar se o «desgosto» pelo Bairro condiciona de algum modo a avaliação que os inquiridos realizam a propósito do estado de conservação físico da sua habitação. Verificamos que, entre aqueles que gostam de viver no Bairro, 33 pessoas (75,0%) classificaram as suas casas como estando «boas», 38 (65,5%) apelidaram o estado de conservação das mesmas, como razoável e 6 (75,0%) como medíocre. A classificação de mau, foi atribuída por 15 pessoas (60,0%) que declararam também não gostar de viver no Bairro. De entre os descontentes com a sua vivência no Bairro 2 (25,0%) apreciam o estado de conservação da sua habitação como «medíocre» e apenas 11 (25,0%) atribuíram a classificação de «bom». De facto, é no conjunto dos que não gostam de viver no Bairro que é mais perceptível a negatividade das suas apreciações a propósito do estado de conservação das suas habitações. Hipoteticamente um maior «desgosto» face ao Bairro anda a par de um maior

«desgosto» face à casa, como já salientamos. Estes sentimentos remetem-nos directamente para um vector, o da apropriação social e simbólica do espaço<sup>37</sup>. Socialmente, os residentes no Bairro demonstram uma imbricação directa entre os sentimentos de pertença identitários e o meio físico e social envolvente. Simbolicamente, deixam transparecer a sua relação face ao estado de conservação e de degradação do espaço habitado e elegem territórios mais desqualificados dentro deste mesmo espaço.

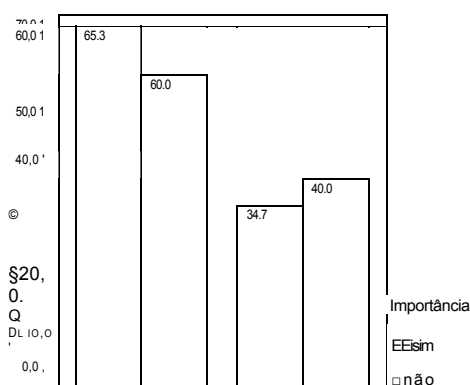
**GRÁFICO 2. O «gosto» pela vivência no Bairro segundo a classificação do estado de conservação físico da casa**



A existência de associações na vida do Bairro é uma variável importante quando analisamos o sentimento de pertença e de afectividade, desta população, ao local onde moram. Ao tentar perceber a importância que elas adquirem na vida destas pessoas e relacionando-a com o «gosto» demonstrado em viver no Bairro, percebemos que 66 indivíduos (65,3%) atribuem importância às associações existentes, gostando de aí morar. Entre os que não gostam de viver no Bairro, a opinião preponderante vai no sentido de não atribuir importância ao associativismo local 10 (40,0%).

<sup>37</sup> Paul-Henri Chombart de Lauwe, "Appropriation de l'espace et changement social", in *Cahiers Internationaux de Sociologie*, Vol. LXVI, 1979.

**GRÁFICO 3. O «gosto» pela vivência no Bairro segundo a importância das associações na vida do Bairro**



Uma outra observação dá conta da correlação entre o «gosto» de viver no Bairro e a classificação da imagem socialmente construída pelo exterior em torno do Bairro. Entre os que gostam do Bairro, 29 inquiridos (33,7%) consideram que a imagem do Bairro no exterior provoca sentimentos de medo perante quem o percebe do exterior, 10 inquiridos (11,6%) são de opinião que o Bairro exibe uma má imagem mas sem razão alguma; já 43 indivíduos (50%) pensam que a imagem transmitida é má e com razão, enquanto que apenas 2 sujeitos (2,3%) consideram essa imagem positiva, («boa imagem»). De referir que entre os que não gostam de viver no Bairro, não se detecta qualquer opinião reveladora de uma imagem positiva do Bairro no exterior. Porventura, os inquiridos que não gostam de viver no Bairro, reforçam essa «desafeição» ao assumir com alguma acuidade o estigma de aí residir. Pelo facto de estes inquiridos assumirem o espaço de residência como um «espaço marginal» perante a cidade, por isso, estigmatizado socialmente pelos outros e por si próprio, é assim, um espaço de auto e de hetero-rejeição.<sup>38</sup>

<sup>38</sup> Cf. Erving Goffman, *Estigma. Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.



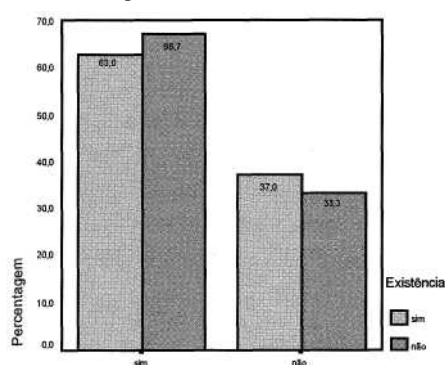
**QUADRO V. O «gosto» pela vivência no Bairro segundo a classificação da imagem exterior do Bairro**

Classificação da imagem exterior do bairro	Gosta de viver no Bairro					
	Sim		Não		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
«Medo do Bairro»	29	33,7	19	40,4	48	36,1
«Má imagem sem razão»	10	11,6	5	10,6	15	11,3
«Má imagem com razão»	43	50,0	23	48,9	66	49,6
«Boa imagem»	2	2,3	-	-	2	1,5
«Outra»	2	2,3	-	-	2	1,5
<b>Total</b>	<b>86</b>	<b>100,0</b>	<b>47</b>	<b>100,0</b>	<b>133</b>	<b>100,0</b>

Mais uma vez se constata que o «gosto» pelo Bairro condiciona a espacialização das relações sociais, aqueles que gostam de residir no Bairro tendem a concentrar a sua rede de relações de amizade no Bairro; em contraposição, os que não gostam de aí residir, tendem a ultrapassar as fronteiras físicas do Bairro no que concerne à espacialização das suas relações de amizade.

Neste Bairro, as redes sociais locais são marcadas pela densidade de existência de famílias aparentadas. São, por vezes, famílias alargadas que sofrem processos de realojamento, outras vezes, são os próprios filhos que adquirem uma casa no Bairro, ou noutros casos, este parentesco surge dos próprios laços matrimoniais que se vão sedimentando entre os moradores do Bairro. Nesta sequência, procuramos conhecer em que medida a existência ou não de famílias aparentadas condiciona o «gosto» face à vivência no Bairro e ficamos a saber que apesar da existência ou não destas, a maioria dos sujeitos gosta de viver no Bairro. Disto são testemunho, os 46 sujeitos (63,0%) dos que revelaram ter famílias aparentadas no Bairro e 42 sujeitos (66,7%) dos que afirmaram não as ter, mas que no entanto, gostam de aí viver.

**GRÁFICO 4. O «gosto» pela vivência no Bairro segundo a existência de famílias aparentadas no Bairro**



#### 4. Sentimentos de pertença face ao Bairro

Quando interrogados acerca das suas ligações afectivas ao Bairro, medidas através dos seus sentimentos de pertença face ao Bairro, os inquiridos manifestam na sua maioria uma tendência de resposta dual; assim, 49 sujeitos (37,4%) expressaram que sentem pertencer ao Bairro, mas não atribuem muita importância a esse facto, em contrapartida, 47 indivíduos (35,9%) exprimiram que consideram que pertencem ao Bairro e isso é importante. Existem ainda duas outras posturas assumidas pela população inquirida dignas de referência, embora com uma menor expressão quantitativa: por um lado, encontramos 26 pessoas (19,8%) que revelaram não sentir que pertencem ao Bairro, e 9 respondentes (6,9%), por seu turno, revelam que pertencem ao Bairro e isso é fundamental.

Não é negligenciável o facto de 105 respondentes (77,2%) revelarem sentimentos de pertença face ao Bairro; estaremos certamente perante aquilo que A. Firmino da Costa designa como «identidade de Bairro» da qual a população é produtora e portadora, afigurando-se como uma identidade colectiva que pode ser lida de duas formas, a primeira, como identidade cultural e atributo identitário de cada indivíduo de um conjunto de residentes e a segunda, enquanto perfil identitário pessoal partilhado por um colectivo de indivíduos.<sup>39</sup>

QUADRO VI. Sentimentos de pertença face ao Bairro por parte dos inquiridos

Sentimentos de pertença face ao Bairro	N.º de Respostas	% do Total da Amostra
Não pertence ao Bairro	26	19,8
Pertence ao Bairro mas não atribui importância	49	37,4
Pertence ao Bairro e isso é importante	47	35,9
Pertence ao Bairro e isso é fundamental	9	6,9
Total	131	100,0

Face ao exposto, de imediato uma questão se coloca, quais serão as razões que estarão na base da existência diferenciada de sentimentos de pertença face ao Bairro? Da parte dos inquiridos que consideram pertencer ao Bairro mas não atribuem grande importância a essa situação, as razões que estão na base do seu posicionamento prendem-se com a existência da sua parte de sentimentos de resignação (17 inquiridos, 34,7%) ou de sentimentos de estigmatização pelo facto de morarem nesse local (11 inquiridos, 22,4%). Quanto aos inquiridos que declaram que pertencem ao Bairro e assumem essa condicionante como importante, as suas justificações centram-se sobretudo nos

<sup>39</sup> Vd. António Firmino da Costa, *Op. Cit.* p. 110.

laços de afectividade estabelecidos com o local (18 inquiridos, 38,3%), em sentimentos de identificação com este espaço (12 inquiridos, 25,5%), e curiosamente, também em razões que se prendem com o hábito e a rotina (10 inquiridos, 21,3%). Esta mesma ordem de justificações é também apresentada pelos que consideram pertencer ao Bairro invocando esse facto fundamental, registando-se os seguintes valores: 3 inquiridos (33,3%) respectivamente, para as duas primeiras razões e 2 inquiridos (22,2%) optam pela terceira justificativa. Por fim, se atentarmos aos indivíduos que declaram não pertencer ao Bairro, detectamos, não obstante essa postura, uma ordem de razões interessante: 7 inquiridos (26,9%) assinalam razões afectivas, 10 (38,5%) por razões de identificação, 3 (11,5%) por motivos ligados a processos de estigmatização, e 2 (7,7%) respectivamente, por rotina e ainda por uma atitude de resignação.

Os dados empíricos evidenciam ainda que a justificação dos sentimentos de pertença derivam prevalentemente de processos como a resignação e a estigmatização no caso dos indivíduos que manifestam pertencer ao Bairro mas que não atribuem importância a esse facto; no caso daqueles que declaram pertencer ao Bairro, atribuindo a esse facto importância e até mesmo considerando fundamental essa pertença, a justificação radica em sentimentos afectivos e em processos de identificação. Estes factores são ainda invocados pelos actores sociais que afirmam não pertencer ao Bairro embora prevaleça o processo de identificação «negativa», mas enquanto recusa e rejeição desse lugar e em segundo plano, emergem os sentimentos de afectividade, desvendando uma posição de repulsa para com as redes sociais no Bairro e os seus próprios protagonistas. Neste contexto, e assumindo o espaço residencial como um cenário de produção e de reprodução de sentimentos identitários, socorrendo-nos, mais uma vez, de A. Firmino da Costa, salientamos que: "os espaços territoriais de relacionamento social e, em particular, certas marcas físicas que neles vão sendo destacadas, constituindo elementos fundamentais de ancoragem simbólica e relacional desta triangulação entre as identidades culturais, as memórias colectivas e os grupos sociais que as elaboram e transmitem, ao mesmo tempo que, através delas, se produzem e reproduzem enquanto tais".<sup>40</sup>

---

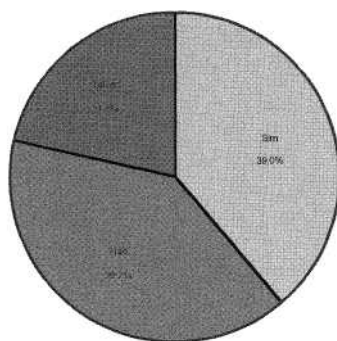
<sup>40</sup> *Idem, Ibidem*, p. 47.

**QUADRO VII. Justificação do sentimento de pertença face ao Bairro segundo os sentimentos de pertença ao Bairro**

Justificação do sentimento de pertença face ao Bairro	Não pertence ao Bairro		Pertence ao Bairro mas não atribui importância		Pertence ao Bairro e isso é importante		Pertence ao Bairro e isso é fundamental	
	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º
<b>N.º</b>								
<b>Por afectividade</b>	7	26,9	4	8,2	18	38,3	3	33,3
<b>Por identificação</b>	10	38,5	4	8,2	12	25,5	3	33,3
<b>Por hábito e rotina</b>	2	7,7	3	6,1	10	21,3	2	22,2
<b>Por resignação</b>	2	7,7	17	34,7	3	6,4	-	-
<b>Por estigmatização</b>	3	11,5	11	22,4	-	-	-	-
<b>Não específica</b>	1	3,8	8	16,3	4	8,5	1	11,1
<b>Outra</b>	1	3,8	2	4,1	-	-	-	-
<b>Total</b>	26	100,0	49	100,0	47	100,0	9	100,0

### 5. Estratégias identitárias face ao Bairro

Quando inquiridos acerca da existência de vantagens derivadas do facto dos inquiridos e o seu grupo doméstico residirem no Bairro do Cerco do Porto, obtivemos um perfil de respostas dominante que subdivide a opinião dos indivíduos em dois eixos de análise. De um lado, 53 inquiridos (39,0%) consideram que a residência no Bairro é uma situação favorável, e do outro, 54 inquiridos (39,7%) evidenciam uma opinião completamente oposta. Para além deste perfil maioritário de resposta, encontramos ainda um conjunto de inquiridos (29, ou seja, 21,3%) que afirmam que a residência no Bairro talvez lhes seja favorável para si e para o seu grupo doméstico.

**GRÁFICO 5. Existência de vantagens na residência no Bairro para o inquirido e sua família**

Solicitados a posicionarem-se sobre a existência de vantagens em viver no Bairro e quais as justificativas apontadas, 13 inquiridos (24,5%), que pensam usufruir dessas vantagens, fundamentam a sua opinião em *razões económicas, ou, no facto de ocuparem casas com rendas monetariamente pouco elevadas*. Todavia, 41 sujeitos (75,9%) não concordam que existam vantagens para aí residirem, alegando como motivo ponderoso o «ambiente» negativo que envolve o Bairro. Os mais indecisos, ou seja, os 10 indivíduos (34,5%) que responderam que talvez haja vantagens em residir no Bairro, fundamentaram a sua opinião num sentimento de resignação cultivado ao longo dos seus trajectos quotidianos de vivência neste local.

**QUADRO VIII. Justificações segundo a existência de vantagens na residência no Bairro**

Justificações	Existência de vantagens na residência no Bairro para o inquirido e seu grupo doméstico					
	Sim		Não		Talvez	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
<b>Razões económicas</b>	13	24,5	-	-	50	17,2
<b>Razões afectivas</b>	12	22,6	-	-	-	-
<b>Económicas e afectivas</b>	6	11,3	-	-	-	-
<b>Hábito e rotina</b>	6	11,3	1	1,9	4	13,8
<b>Resignação</b>	9	17,0	-	-	10	34,5
<b>Desvantagens (gerais)</b>	-	-	11	20,4	-	-
<b>«Ambiente negativo»</b>	-	-	41	75,9	4	13,8
<b>Não específica</b>	1	1,9	-	-	4	13,8
<b>Outra</b>	6	11,3	1	1,9	2	6,9
<b>Total</b>	53	100,0	54	100,0	29	100,0

Tendo em linha de conta o posicionamento geracional dos respondentes, constata-se que os inquiridos situados em faixas etárias mais jovens, à excepção do grupo de moradores cujas idades oscilam entre os 18 e os 29 anos, tendem a defender mais veementemente a não existência de vantagens na residência no Bairro; exemplificadamente, os indivíduos com idades compreendidas entre os 30 a 39 anos assumem essa posição num total de 15 respostas (62,5%), assim como os inquiridos situados nos grupos etários entre os 40 e os 49 anos com um total de 10 respostas (55,6%) e, ainda, os sujeitos com idades compreendidas entre os 50 e os 59 anos, com 10 ocorrências (43,5%). Inversamente, os indivíduos situados entre os 60 e os 69 anos e os 70 e os 79 anos, tendem mais frequentemente a associar vantagens à residência neste Bairro, com 17 respostas (48,6%) e 14 respostas (58,3%), respectivamente. Curiosamente, e como já tínhamos referido, metade dos efectivos do grupo etário mais jovem (18-29 anos), consideram vantajoso o facto de

residirem no Bairro com a sua família (5 inquiridos, 50,0%); este posicionamento poderá estar associado a um processo recente de ocupação do Bairro, resultante de uma deslocação de outro bairro de habitação social ou de outra situação habitacional mais precária e desvantajosa face à actual.

Outra variável que parece condicionar a opinião sobre a existência de vantagens com a residência no Bairro é o grau de escolaridade do inquirido. Com efeito, 15 inquiridos (60,0%) dos que não sabem ler nem escrever, consideram que existem vantagens na residência no Bairro quer para o inquirido, quer para o seu grupo doméstico. Compartilhando a mesma opinião, encontramos os indivíduos que sabem ler e escrever (6 respostas, 54,5%). O cenário parece alterar-se à medida que aumenta o grau de escolaridade dos habitantes do Bairro. De facto, as opiniões começam a inverter-se já no conjunto dos inquiridos que detêm o ensino básico primário e o ensino secundário unificado, assim 37 inquiridos (45,1%) não encontram qualquer vantagem no facto de residirem no Bairro e 6 inquiridos (46,2%), respectivamente.

**QUADRO IX. Existência de vantagens na residência no Bairro segundo o grupo etário e o grau de escolaridade do inquirido**

Existência de vantagens na residência no Bairro	Grupos etários													
	18-29 anos		30-39 anos		40-49 anos		50-59 anos		60-69 anos		70-79 anos		80 e mais anos	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Sim	5	50,0	4	16,7	4	22,2	8	34,8	17	48,6	14	58,3	1	50,0
Não	3	30,0	15	62,5	10	55,6	10	43,5	10	28,6	5	20,8	1	50,0
Talvez	2	20,0	5	20,8	4	22,2	5	21,7	8	22,9	5	20,8		
Total	10	100,0	24	100,0	18	100,0	23	100,0	35	100,0	24	100,0	2	100,0

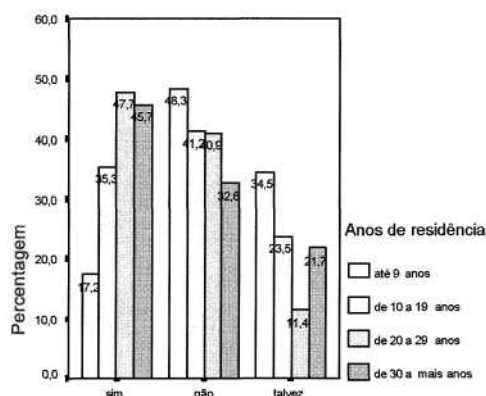
  

Existência de vantagens na residência no Bairro	Grau de escolaridade													
	Não sabe ler/escreve		Sabe ler/escreve		Básico primário		Secundário unificado		Secundário complementa		Médio		Superior	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Sim	15	60,0	6	54,5	27	32,9	4	30,8	1	33,3	-	-	-	-
Não	5	20,0	3	27,3	37	45,1	6	46,2	1	33,3	1	100,0	1	100,0
Talvez	5	20,0	2	18,2	18	22,0	3	23,1	1	33,3	-	-	-	-
Total	25	100,0	11	100,0	82	100,0	13	100,0	3	100,0	1	100,0	1	100,0

Ao introduzirmos a variável antiguidade de residência no Bairro, verificamos que os residentes mais recentes (há menos de 9 anos) defendem a existência de vantagens (14 respostas, 48,3%), bem como aqueles que aí moram num período que medeia entre os 10-19 anos (7 respostas, 41,2%). Ainda, entre os que antevêm vantagens em residir no Bairro, destacam-se os que residem nesse espaço há mais anos, nomeadamente entre os 20-29 anos

(21 respostas e 47,7%) e há mais de 30 anos (21 respostas, 45,7%). Relativamente aos que afirmam não existir vantagens em residir no Bairro, ressaltam o grupo dos residentes mais recentes, ou seja, há 9 ou menos anos, 14 (48,3%). É neste grupo que encontramos, também, um maior número de indecisos quanto às vantagens existentes em sedear residência no Bairro, 10 (34,5%).

**GRÁFICO 6. Existência de vantagens na residência no Bairro segundo o número de anos de residência**



Na sequência desta análise, afigurou-se-nos como oportuno indagar se os inquiridos teriam ou não vontade de preservar a residência dos seus descendentes no Bairro. As respostas obtidas oscilam entre os indivíduos que se mostram favoráveis à continuidade dos filhos no Bairro, 57 (44,2%) e os que não se mostram favoráveis a essa permanência, 64 (49,6%).

**QUADRO X. Desejo de permanência dos filhos no Bairro**

Desejo de permanência dos filhos no Bairro	N.º de Respostas	% do Total da Amostra
Sim	57	44,2
Não	64	49,6
Não tem filhos	6	4,7
Indiferença	2	1,6
Total	129	100,0

Para os indivíduos que anseiam pela permanência dos filhos no Bairro, as principais razões para tal posicionamento centram-se, predominantemente, na existência de relações intra-familiares e de fortes laços de afectividade (31 respostas, 54,4%), no facto de a permanência no Bairro constituir uma via de

acesso a uma casa (10 respostas, 17,5%) e ainda no facto de os filhos serem já «filhos do Bairro» (8 respostas, 14,0%).

*"Agora se a Câmara tivesse metido os filhos dos moradores a ocupar as casas que se vão dando de vago isto não estaria assim." (Morador, 18 anos, 3ª classe do ensino básico primário, solteiro, inactivo)*

Em oposição, a permanência da descendência no Bairro não é desejada, por motivos tão diversos como o «mau ambiente social» do Bairro (41 respostas, 64,1%), o tipo de vinculação jurídica que liga o indivíduo à casa (10 respostas, 15,6%) e as más condições de habitabilidade (9 respostas, 14,1%).

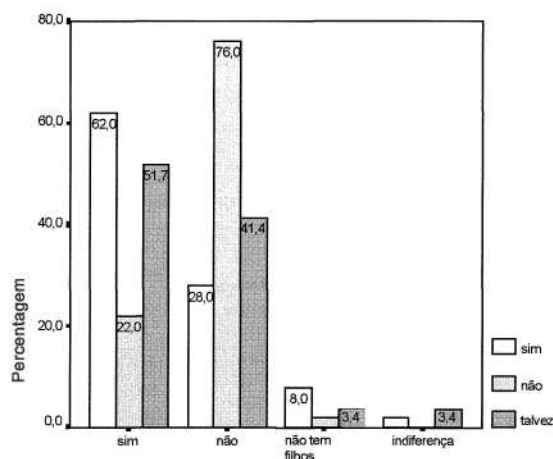
**QUADRO XI. Razões pelas quais se deseja ou não a permanência dos filhos no Bairro**

<b>Razões pelas quais se deseja a permanência dos filhos no Bairro</b>	<b>N.º de Respostas</b>	<b>% do Total da Amostra</b>
Por razões de afectividade e de proximidade	<b>31</b>	54,4
Por razões de pertença à casa e ao Bairro	<b>8</b>	14,0
Por razões de hábito e rotina	<b>2</b>	3,5
Por razões de garantia de segurança no acesso a uma casa	<b>10</b>	17,5
Por razões ligadas à crença na melhoria da vida no Bairro	<b>3</b>	5,3
Outras razões	<b>3</b>	5,3
Total	<b>57</b>	100,0
<b>Razões pelas quais não se deseja a permanência dos filhos no Bairro</b>	<b>N.º de Respostas</b>	<b>% do Total da Amostra</b>
Mau «ambiente social» dos Bairros camarários	<b>41</b>	64,1
Vinculação jurídica face à casa	<b>10</b>	15,6
Condições de habitabilidade das casas	<b>9</b>	14,1
Outras razões	<b>4</b>	<b>6,3</b>
Total	<b>64</b>	100,0

Interessou-nos apurar se a existência ou não de vantagens em residir no Bairro condicionavam a opinião dos pais quanto à fixação de residência no Bairro por parte dos filhos. Nesta sequência, 31 inquiridos (62,0%) vêem vantagens para si e para o grupo doméstico em morar no Bairro e como tal também desejam que os filhos aí residam no futuro. Diferentemente se posicionam, 38 sujeitos (76,0%) que afirmam não desfrutar de qualquer vantagem pelo facto de residirem no Bairro, assim sendo não pretendem que futuramente os filhos fiquem nesse local.



Poder-se-á deduzir que quando os pais desejam que os filhos  
**GRÁFICO 7. Desejo de permanência dos filhos no Bairro segundo a existência de vantagens na residência no Bairro**



permaneçam no Bairro isso significa num outro plano, nomeadamente no campo das representações que os pais esboçam, porventura de forma inconsciente, um processo de reprodução social, ou seja, que os pais desejam que o futuro dos filhos seja semelhante ao deles. Este posicionamento poderá ser demonstrativo do processo de dominação que perpassa a vida e a trama de relações sociais no Bairro, tal como é descrito por Pierre Bourdieu: "quando os dominados aplicam aos que dominam esquemas que são o produto da dominação, ou noutros termos, quando os seus pensamentos e as suas acções se estruturam em conformidade com as próprias estruturas da relação de dominação que lhes é imposta, os seus actos de conhecimento são, inevitavelmente, actos de reconhecimento, de submissão"<sup>41</sup>.

Analisando agora o número de filhos do inquirido por grupo doméstico conjugado com o desejo de permanência dos filhos no Bairro, concluímos que os inquiridos cujos grupos domésticos são constituídos por 3 ou mais filhos, afirmam que não pretendem que estes permaneçam no Bairro. Uma opinião diferente, foi manifestada por 39 inquiridos (53,4%) cujos grupo doméstico se caracteriza por 1-2 filhos, ao expressarem o seu o desejo em que haja alguma continuidade intergeracional de residência no espaço-Bairro.

Se atendermos ao tempo de residência dos inquiridos no Bairro, é possível detectar que entre aqueles que aí vivem há mais de 30 anos, o desejo

<sup>41</sup> Pierre Bourdieu, *A Dominação Masculina*, Oeiras, Celta Editora, 1999, p. 12.

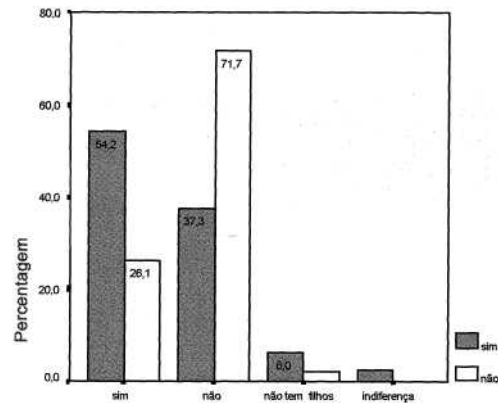
que os filhos também continuem a viver nesse local atinge valores significativos (22 inquiridos, 50,0%). Entre os que residem há menos de 9 anos no Bairro (17 inquiridos, 60,7%) a opinião dominante é o não desejo de continuidade, a mesma tendência é observável entre os residentes há 10-19 anos (8 indivíduos, 57,1%) e há 20-29 anos (20 inquiridos, 46,5%). Do exposto, foi possível constatar que o desejo de permanência e de continuidade intergeracional no local de residência é mais intenso à medida que inserção dos inquiridos no Bairro se torna mais longa (há mais de 20 anos).

**QUADRO XII. Desejo de permanência dos filhos no Bairro segundo o número de filhos por grupo doméstico e os anos de residência no Bairro**

Desejo de permanência dos filhos no Bairro	Número de filhos por grupo doméstico							
	De 1 a 2		De 3 a 4		Mais de 4		Não tem filhos	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
<b>Sim</b>	39	53,4	5	27,8	1	20,0	12	36,4
<b>Não</b>	34	46,6	11	61,1	4	80,0	15	45,5
<b>Não tem filhos</b>	-	-	-	-	6	18,2	-	-
<b>Indiferença</b>	-	-	2	11,1	-	-	-	-
<b>Total</b>	73	100,0	18	100,0	5	100,0	33	100,0
Desejo de permanência dos filhos no Bairro	Anos de residência							
	Até 9 anos anos		De 10 a 19 anos		De 20 a 29 a mais anos		De 30 a mais anos	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
<b>Sim</b>	11	39,3	5	35,7	19	44,2	22	50,0
<b>Não</b>	17	60,7	8	57,1	20	46,5	19	43,2
<b>Não tem filhos</b>	-	-	1	7,1	3	7,0	2	4,5
<b>Indiferença</b>	-	-	-	-	1	2,3	1	2,3
<b>Total</b>	28	100,0	14	100,0	43	100,0	44	100,0

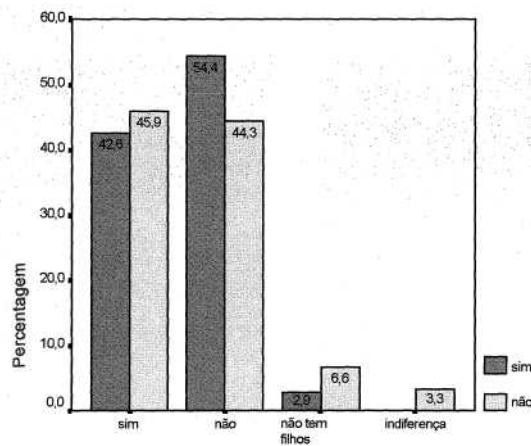
Aparentemente, o facto de se gostar de viver num local poderá influenciar a opinião dos pais no tocante ao desejo de os filhos, no futuro, fixarem também a sua residência no Bairro. Logo de imediato, evidencia-se a existência de uma relação de associação entre esses dois factores, com efeito, que 45 sujeitos (54,2%) afirmaram gostar de viver no Bairro e concomitantemente desejam que os filhos aí permaneçam; enquanto que, 33 sujeitos (71,7%) disseram que não gostavam de viver nesse local e como tal também não desejavam que os filhos aí permanecessem.

**GRÁFICO 8. Desejo de permanência dos filhos no Bairro segundo o «gosto» de viver no Bairro**



A nosso ver, a existência de famílias aparentadas no Bairro poderá ser encarada como um factor importante a introduzir na análise das sociabilidades, vivências e quotidianos da população e estruturação das identidades de Bairro. Nesta linha de análise, procedemos à análise cruzada das variáveis existência de famílias aparentadas no Bairro e desejo de permanência dos filhos no mesmo. Efectuando uma análise detalhada, concluímos que existe uma estreita relação de associação entre as duas variáveis. Esta tendência de resposta, justifica-se na medida de em que, certamente, que estes indivíduos dispõem e podem mobilizar uma rede relacional intra-familiar mais densa e alargada, daí que na sua grande parte manifestem interesse no sedoamento da residência no Bairro por parte dos filhos.

**GRÁFICO 9. Desejo de permanência dos filhos no Bairro segundo a existência de famílias aparentadas no Bairro**



### 6. A inevitabilidade do Bairro

A política de realojamento da Câmara - 85 casos (62,5%) e a existência de ligações familiares no Bairro - 22 casos (16,2%) são os factores que estão na origem da vinda dos respondentes para o Bairro do Cerco do Porto. Essa mesma tendência também é confirmada pela generalidade dos discursos dos entrevistados, dos quais apresentamos abaixo alguns excertos.

QUADRO XIII. Razão principal de residência no Bairro

Razão principal pela qual reside no Bairro	N.º de Respostas	% do Total da Amostra
<b>Política de realojamento da Câmara</b>	<b>85</b>	<b>62,5</b>
<b>Más condições de habitabilidade anterior</b>	<b>3</b>	<b>2,2</b>
<b>Pedido à Câmara</b>	<b>7</b>	<b>5,1</b>
<b>Melhor alternativa habitacional</b>	<b>4</b>	<b>2,9</b>
<b>Acessibilidade económico</b>	<b>2</b>	<b>1,5</b>
<b>Ligações familiares</b>	<b>22</b>	<b>16,2</b>
<b>Sempre morou no Bairro</b>	<b>4</b>	<b>2,9</b>
<b>Outra</b>	<b>9</b>	<b>6,6</b>
<b>Total</b>	<b>136</b>	<b>100,0</b>

*"Na altura foi o 1º bairro que se fez aqui, penso que o 1º na cidade, pelo menos o 1º aqui na área. O sítio onde vivia foi demolido e nós fomos obrigados a transitar para o bairro. (...) Onde eu vivia não era uma ilha, porque nós morávamos de frente uns para os outros; era mais um bairro, um pátio comum. E nós fomos obrigados a ir para aquela área, felizmente que era uma área perto." (Morador 1, 65 anos, viúvo, 4ª classe do ensino básico primário, operário, reformado)*

*"Viemos da ilha de Anselmo Braancamp. A maior parte das pessoas que viviam ali - não posso precisar quantas eram - mas não sei se seriam, quê? 12 famílias, 12 casas, mais ou menos, a maior parte estão aqui(...). Não foram todas para o mesmo bloco.(...) Nesse aspecto não, dispersaram-se, até porque havia a hipótese de escolha..." (Morador 7, 39 anos, casado, chefe de armazém, 2º ano do antigo curso comercial, desempregado)*

*"Os bairros camarários são uma resposta ao contrato que toda a gente conhece ao nível da habitação para acabar com as ilhas, só que isso traz e creio que, hoje vive-se isso e muito mais do que se vivia há alguns anos atrás. Vive-se o problema da inserção social que não é completa, não é real." (Morador 8, 49 anos, casado, 4ª classe do ensino básico primário, motorista)*

Efectivamente, a deslocação desta população para este Bairro decorre do «Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto» lançado em 1956. Neste processo de «realojamento constrangido» e «burocraticamente gerido»<sup>42</sup>,

<sup>42</sup> Maria Rodrigues, *Pelo Direito à Cidade*, Porto, Campo das Letras Editores, 1999, p. 22.

podemos remeter-nos à problematização bourdiana quando se considera que o *habitus* se constrói numa dada situação social<sup>43</sup>, permitindo aos agentes uma adaptabilidade, ainda que não desejada, às situações e a novas condições. O *habitus* não é algo que se mantenha inalterável, assumindo-se, antes, como algo que é reestruturado ao longo da trajectória percorrida pelos actores sociais, incluindo-se aqui o trajecto residencial protagonizado pelo indivíduo. Podemos assim dizer que a espacialização dos *habitus* se ancora em torno de dois eixos: o da *inevitabilidade* e o do conformismo. Indo mais longe, poderíamos mesmo considerar que o facto dessa população não participar e ser excluída do processo de realojamento irá matizar um *habitus* marcado por um sentimento de inevitabilidade face ao Bairro.

No sentido de aferir mais profundamente a causalidade da escolha do Bairro como local de residência, iremos aqui explorar as razões que levam os inquiridos a *continuar a morar* no Bairro do Cerco do Porto.<sup>44</sup> No caso vertente, a acessibilidade económica afigura-se como a motivação mais importante com cerca de 110 respostas (81,5%), seguida de motivações ligadas às dificuldades na obtenção de outra casa similar, com 94 ocorrências (69,6%). Por seu turno, 58 respostas (43,0%) centram-se na importância das relações familiares existentes neste espaço como justificação para aí manterem a sua residência; 55 respostas (40,7%) orientam-se para razões ligadas à rotina e hábito de residência no Bairro, 29 (21,5%) sugerem motivações ligadas ao facto de se gostar de estar no Bairro; e 13 respostas (9,6%) argumentam com a permanência dos filhos nas escolas do Bairro.

Aliás, se considerarmos o *espaço urbano como uma espécie de objectivação do social*, podemos asseverar que a acessibilidade económica das habitações será e continuará a ser principal determinante apontada pelos residentes para a justificação da continuidade da sua estadia, pois que se trata de um espaço habitacional socialmente produzido, onde não será despidendo observar, com Luís Baptista, o seguinte: "a decisão estatal de intervir no campo da habitação tende a fazer-se no limite da sua inevitabilidade devido aos elevados custos económicos. Só perante a evidência da insolubilidade, dentro da lógica de funcionamento do mercado, os poderes públicos são levados a agir a propósito do problema do alojamento operário condigno"<sup>45</sup>.

---

<sup>43</sup> Patrice Bonnewitz, *Premières Leçons sur la Sociologie de R Bourdieu*, Paris, PUF, 1998.

<sup>44</sup> Trata-se de uma questão de resposta múltipla, em que se agruparam e contabilizaram, as respostas afirmativas dos inquiridos em relação a cada uma das categorias assumidas pela variável. Utilizando o *package* estatístico referido, procedemos à operação, "define set".

<sup>45</sup> Luís V. Baptista, *Cidade e Habitação Social*, Oeiras, Celta Editora, 1999, p. 9.

QUADRO XIV. Razões que levam as pessoas a *continuar* a morar no Bairro

Razões que levam as pessoas a <i>continuar</i> a morar no Bairro	N.º de casos	% do total da amostra (n = 135)
Acessibilidade económica	110	81,5
Rotina e hábito	55	40,7
Relações familiares	58	43,0
Dificuldades na obtenção de outra casa	94	69,6
Permanência dos filhos nas escolas	13	9,6
Gostar de estar no Bairro	29	21,5
Outra	20	14,8

Se atendermos ao cruzamento entre as razões que levam as pessoas a continuar no Bairro e a pertença de classe do grupo doméstico do inquirido, observam-se algumas diversidades: a acessibilidade económica é apontada como motivo dominante pela pequena burguesia de execução, 13 respostas (86,7%), pela pequena burguesia independente e proprietária, 12 respostas (85,7%) e pela pequena burguesia proprietária e agrícola, 5 respostas (62,5%), e ainda pelo operariado industrial, 63 respostas (90,0%). As dificuldades face à obtenção de uma outra casa são assinaladas como razão preponderante também pela pequena burguesia proprietária e agrícola, 5 respostas (62,5%) e pelo operariado parcial, 7 respostas (87,5%).

Facto esperado, dado o historial de ocupação e realojamento do próprio Bairro tal como vimos anteriormente, advém de mais de metade da população inquirida declarar que tem famílias aparentadas no Bairro, 73 respostas (53,7%); desenhando-se um certo perfil de "reagrupamento familiar" em torno deste espaço o que vai a par com uma «lógica de herança geracional» em que se processa a transmissão de um estatuto social e de destinos sociais. A este título, parece ter cabimento a afirmação de P. Bourdieu quando salienta que: "os herdeiros que, aceitando herdar, portanto serem herdados pela herança, conseguem apropriar-se dela (...), escapam às antinomias da sucessão."<sup>46</sup>

*"Eu vim para aqui desde pequenina. A minha mãe veio para aqui tinha trinta e tal anos, as minhas tias também. Depois casei e fiquei aqui a morar no bairro, onde morava e mora a minha sogra e as minhas cunhadas, primas, irmãs... (...)." (Moradora, 56 anos, casada, analfabeta, operária têxtil, reformada por invalidez)*

<sup>46</sup> Pierre Bourdieu, "As contradições da herança", in Daniel Liins (org.), *Cultura e Subjetividade: saberes nómades*, S. Paulo, Papirus, p. 9.

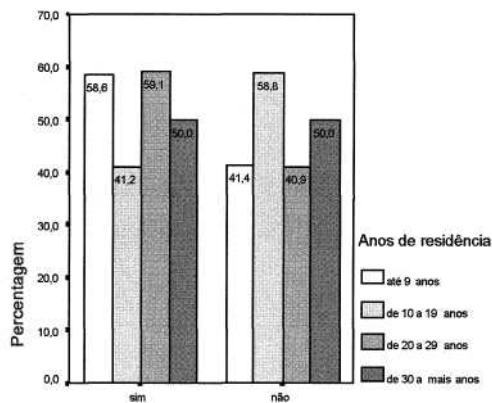
De complementar importância, pareceu-nos a relação entre a antiguidade

**GRÁFICO 10. Existência de famílias aparentadas ao inquirido no Bairro**



de residência dos inquiridos no Bairro e a existência de famílias aparentadas. De destacar que 17 sujeitos (58,6%) apesar de residirem nestas casas há menos de nove anos já têm famílias aparentadas também a residir no Bairro. Por seu turno, a maioria dos sujeitos que aqui residem num intervalo de tempo que vai dos 10 aos 19 anos, afirmaram não possuir família aparentada no Bairro, 10 indivíduos (58,8%). Efectivamente, parece-nos que se trata de um fenómeno marcante na própria lógica de ocupação do Bairro, exceptuando a situação dos inquiridos que residem aí há 10-19 anos, tendo vindo a acentuar-se para o caso dos indivíduos que moram no Bairro há menos anos, dando corpo, possivelmente, a aspirações da população face à (re)colocação em alojamentos marcados pela existência de famílias comuns, evitando o seu realojamento em Bairros onde não subsistem relações e solidariedades familiares.

**GRÁFICO 11. Existência de famílias aparentadas segundo os anos de residência no Bairro**

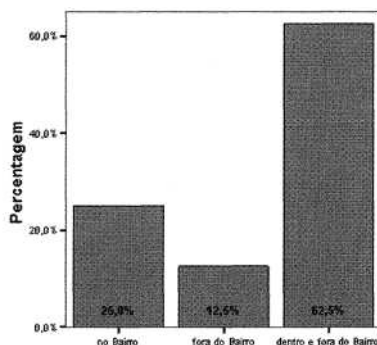


### 7. O Bairro como contexto relacional

Sublinhe-se que o Bairro é cenário e território de uma variedade de relacionamentos sociais, é um lugar de experiências partilhadas, tendo-se como referencial a identidade colectiva do Bairro. Neste contexto, "as práticas de sociabilidade são, de certa forma, o motor da história do bairro. Da sua maior intensidade depende a existência do bairro enquanto meio social com vida própria ou tão só de um conjunto de edifícios e ruas organizadas num espaço."<sup>47</sup> Vários factores podem contribuir articuladamente para a análise deste Bairro como contexto eminentemente relacional.

Ao atentarmos, primeiramente, às espacializações das relações de amizade da população em análise, constatamos que a maior parte das pessoas declaram que as suas relações de amizade se situam dentro e fora do Bairro, 85 respostas (62,5%). Não deixa de ser curioso constatar que uma percentagem relevante de indivíduos centram as suas relações de amizade só no interior do Bairro, 34 respostas (25,0%); paralelamente, um conjunto menos significativo de pessoas declaram só desenvolver relações de amizade fora do espaço do Bairro, 17 respostas (12,5%). O facto de o Bairro, por si só, não ser o referencial único de estabelecimento de relações de amizade para \_ dos inquiridos, atesta bem a importância das relações afectivas desenvolvidas em espaços exteriores ao Bairro, deixando antever alguma permeabilidade e abertura face ao exterior como espaço potencialmente relacional (*lógica de abertura relacional*).

GRÁFICO 12. Localização territorial das relações de amizade do inquirido



<sup>47</sup> Fernando Luís Machado, "As práticas de sociabilidade em Queluz Ocidental", in *Sociedade e Território*, n.º 3, 1985, p. 99.



Note-se que, se tivermos em conta as preferências de amizade estabelecidas pelos inquiridos no interior do seu espaço residencial<sup>48</sup>, obtemos um padrão de preferências maioritariamente orientado para os vizinhos próximos, 84 respostas (69,4%) e para os familiares residentes neste espaço, 61 respostas (50,4%). A estas preferências maioritárias, emergem também ancoradas, por ordem decrescente de importância, preferências relacionadas com amigos feitos no Bairro (46 respostas 38,0%), as pessoas educadas que moram no Bairro (45 respostas, 37,4%) e as pessoas simpáticas que aí residem (38 respostas, 31,4%). Claramente mais desvalorizadas, aparecem as relações de amizade com velhos amigos e vizinhos, 28 respostas (23,1%), com quase ninguém, 22 respostas (18,2%), e com toda a gente, 7 respostas (5,8%). Evidentemente que as interpretações sobre as escolhas afectivas se afiguram como muito complexas, contudo, não podemos deixar de adiantar que as afectividades da população em estudo passam, sobretudo, pela proximidade espacial e familiar no momento presente, descurando, de certa forma, preferências de amizade que apontem para uma certa "desterritorialização" das amizades no espaço quotidiano de existência. Este comportamento está associado a lógicas de auto-centramento e auto-fechamento sociais espacializadas cujo centro nodal é o Bairro do Cerco; esta situação adquire maior acuidade junto dos indivíduos mais idosos não sendo de desprezar a importância da sua posição no ciclo de vida e a sua maior «sedentarização» no Bairro.

A importância dos vizinhos próximos é consubstanciada pelo facto de surgir como uma rede de relações sociais primárias e informais associada a uma habitação e a uma moradia. A vizinhança é, no entender de R. Ledrut um "agrupamento de indivíduos, cujas residências estão próximas umas das outras e que mantêm um certo número de relações de auxílio mútuo e de visitas."<sup>49</sup> Trata-se da valorização de um «nós» que denota uma satisfação residencial porque assente em vinculações afectivas que surgem como uma espécie de suporte face a situações de «risco» ou de desconhecimento<sup>50</sup>.

---

<sup>48</sup> Trata-se de uma questão de resposta múltipla, em que se agruparam e contabilizaram, as respostas afirmativas dos inquiridos em relação a cada uma das categorias assumidas pela variável. Utilizando o *package* estatístico referido, procedemos à operação, "define set".

<sup>49</sup> Raymond Ledrut, *Sociologia Urbana*, Rio de Janeiro/São Paulo, Forense, 1971, p. 103.

<sup>50</sup> Cf. Maria João Freitas, *Satisfação Residencial e Atitudes face ao Realojamento - Estudo de uma amostra de indivíduos residentes no bairro do Relógio*, Lisboa, LNEC, 1990.

**QUADRO XV. Preferências em termos de relações de amizade no interior do Bairro por parte do inquirido**

<b>Preferência em termos de amizade no interior do Bairro</b>	<b>N.º de casos</b>	<b>% do total da amostra (n = 121)</b>
Familiares	<b>61</b>	50,4
«velhos» amigos / vizinhos	<b>28</b>	23,1
Amigos «feitos» no Bairro	<b>46</b>	38,0
Pessoas simpáticas	<b>38</b>	31,4
Pessoas educadas	<b>45</b>	37,2
Quase ninguém	<b>22</b>	18,2
Vizinhos próximos	<b>84</b>	69,4
Toda a gente	<b>7</b>	<b>5,8</b>
Outros	<b>3</b>	<b>2,5</b>

Quando procedemos à análise das justificações avançadas por estes actores sociais face à pertinência em termos de escolha de amizades no interior do Bairro, evidenciam-se motivações ligadas às suas necessidades de convivialidade e de distração, 27 respostas (28,4%), mas também, e numa situação de paridade, razões ligadas a necessidades de distanciamento e sentimentos de desconfiança face ao próximo, com um total de 24 respostas (25,3%). Interessa salientar que estamos perante um contexto de interacção crescentemente marcado pela insegurança e também desconfiança entre as próprias pessoas. O discurso dos entrevistados remete-nos também para essa constatação. Na análise das relações de vizinhança não podemos descurar o contraponto feito pelos entrevistados face às relações desenvolvidas e vividas no passado e no presente, aquelas percebidas de forma mais favorável e positiva e estas representadas de forma menos auspiciosa e mais negativa.

*"Aqui tive as minhas coisas bonitas, tive as minhas coisas más, mas também já moro aqui há muitos anos, tenho 31 anos, vim para aqui com 6 anos, é aqui que estão os meus amigos, é aqui que estão os meus colegas, enfim, estão aqui as pessoas com quem eu convivo no dia a dia. " (Morador, 31 anos, solteiro, pintor de automóveis, 8º ano de escolaridade)*

*"Ainda agora, quando às vezes estou doente, as minhas vizinhas deitam uma mão e ajudam no que podem. " (Moradora, 56 anos, casada, analfabeta, operária têxtil, reformada por invalidez)*

*"Antes podiam-se ver pessoas aí na varanda a conviver, podia-se estar aí na varanda a ver o jardim, a olhar para o jardim, à vontade porque ali o jardim tinha onde tem as mesas tinha aquelas, não sei como é que aquilo, aplica-se um nome, aquele arvoredo...(...) e tivemos de tirar isso, porque de noite iam para lá os gajos injectar-se e tudo e um gajo tinha que andar aí à porrada com os gajos e então decidiu-se tirar aquilo. (...) Havia conversa e convívio sem medo, hoje sou mais selectivo." (Morador, 39 anos, casado, 2º ano do antigo curso comercial, chefe de armazém, desempregado)*

*"Fizeram-se coisas mesmo bonitas, só que o fenómeno da droga trouxe àquele bairro e a outros bairros camarários um modo de vida completamente diferente. Hoje vive-se nesses bairros..., as pessoas quase que não falam umas com as outras, as pessoas desconfiam quase todas umas das outras por causa da droga."* (Morador, 49 anos, casado, 4ª classe do ensino básico primário, motorista)

Contrariando a tese defendida por L. Wirth<sup>51</sup> em que o modo de vida urbano implicava necessariamente o desaparecimento das relações de vizinhança, o enfraquecimento dos laços de parentesco, a substituição das relações primárias pelas relações secundárias, o declínio da importância social da família e a ruína da base tradicional da solidariedade social, podemos afirmar que no Bairro em análise se evidencia uma significativa «identidade de lugar» e uma forte teia de relações sociais, nomeadamente familiares e de vizinhança.

Apesar de existir uma imagem comum que associa estes espaços a formas de desorganização social e de anomia, não nos parece errado afirmar, que este espaço se encontra organizado numa rede de relações estruturadas tendo por base a proximidade de residência, mas também um sentir comum. Aqui está patente uma organização informal estruturada<sup>52</sup> segundo um mapa de posições sociais fundado num jogo recíproco de símbolos e de lugares que conjugam a normalidade e a desviância, exemplificadamente, alguns dos indivíduos que se dedicam ao pequeno tráfico de estupefacientes são muitas vezes desculpabilizados e encarados com «normalidade» e alvo de aceitação social naquele contexto.<sup>53</sup> Estamos assim, na expressão de Paulo Machado e Outros perante uma «vizinhança de porta»<sup>54</sup> assumida como fundamental em termos de segurança ontológica quotidiana destes agentes sociais.

---

<sup>51</sup> Louis Wirth, "Urbanismo como modo de vida", in Carlos Fortuna (org.), *Cidade, Cultura e Globalização: Ensaio de Sociologia*, Oeiras, Celta Editora, 1997, p. 60.

<sup>52</sup> Seguindo de perto a perspectiva de William Foote Whyte, *Street Corner Society - La structure sociale d'un quartier italo-américain*, Paris, Éd. La Découverte, 1996.

<sup>53</sup> Também Luís Fernandes no estudo de comportamentos desviantes situados em bairros da cidade do Porto verificou esse mesmo posicionamento, *O Sítio das Drogas - Etnografia das drogas numa periferia urbana*, Porto, Editorial Notícias, 1998.

<sup>54</sup> Cf. Paulo Machado e Outros, *Ecologia Social da Musgueira 3 - Análise sociológica e da evolução sociodemográfica e habitacional na Musgueira Sul [1981-1987]*, Lisboa, LNEC, 1991.

**QUADRO XVI. Justificações relativas às escolhas em termos de relações de amizade no interior do Bairro por parte do inquirido**

Justificações relativas às escolhas em termos de relações de amizade	N.º de respostas	% do total da amostra (n=95)
Convivialidade e distração	27	28,4
Proximidade física	20	21,1
Simpatia e respeito	17	17,9
Distanciamento e desconfiança	24	25,3
Individualismo e egoísmo	3	3,2
Outro	4	4,2
Total	95	100,0

Ainda no caso das preferências em termos de relações de amizade no interior do Bairro, podemos aferir que os inquiridos mais jovens (18-29 anos) e os mais idosos (80 e mais anos) assinalam preferencialmente as relações de amizade com familiares que moram no Bairro, 6 respostas (85,7%) e 2 respostas (100,0%), respectivamente, demonstrando, por parte destes grupos etários uma vinculação mais forte à família como unidade de preferência afectiva. A situação retratada poderá reflectir, por um lado, uma maior dependência afectiva face à família e, por outro lado, uma menor autonomia, não só afectiva, mas também económica e até física no caso dos idosos face ao grupo familiar.

**QUADRO XVII. Preferências de amizade do inquirido no Bairro segundo o grupo etário do inquirido**

Preferências de amizade no Bairro	Grupos etários (n = 121)													
	18-29 anos		30-39 anos		40-49 anos		50-59 anos		60-69 anos		70-79 anos		80 e mais anos	
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
Familiares	6	85,7	9	40,9	6	46,2	13	59,1	19	57,6	6	27,3	2	100,0
«velhos amigos» / vizinhos	1	14,3	3	13,6	3	23,1	9	40,9	10	30,3	8	36,4	-	-
Amigos «feitos» no Bairro	5	71,4	11	50,0	3	23,1	9	40,9	10	30,3	8	36,4	-	-
«pessoas simpáticas»	1	14,3	7	31,8	6	46,2	7	31,8	7	21,2	10	45,0	-	-
«pessoas educadas»	-	-	8	36,4	6	46,2	11	54,5	11	33,3	6	27,3	2	100,0
«quase ninguém»	2	28,6	3	13,6	1	7,7	4	18,2	5	15,2	6	27,3	1	50,0
Vizinhos próximos	5	71,4	11	50,0	9	69,2	14	63,6	28	84,8	16	72,7	1	50,0
Toda a gente	-	-	1	4,5	3	23,1	-	-	1	3,0	2	9,1	-	-
Outros	-	-	1	4,5	1	7,7	-	-	-	-	1	4,5	-	-

Outrossim as relações de amizade dentro do Bairro se estruturam segundo duas variantes de preferências se atendermos ao número de anos de residência no Bairro por parte do inquirido. Aqueles que residem há menos

tempo na casa (entre 9 e 19 anos) assinalam como relacionamentos preferenciais as relações de amizade desenvolvidas com os vizinhos mais próximos e as interações sociais com as pessoas que se mostram simpáticas. Por seu turno, os residentes há mais tempo no Bairro interagem preferencialmente com os vizinhos mais próximos e com familiares que moram também no Bairro. Num registo complementar acerca da centralidade relacional do Bairro, e dentro da aferição de uma lógica avaliativa por parte dos moradores, interessou ainda saber qual seria o seu posicionamento face a um conjunto de vivências no Bairro, tais como, relações entre os vizinhos, realização de festas e de convívios e actividades de apoio à juventude.

**QUADRO XVIII. Avaliação de algumas variáveis relativas à vivência no Bairro por parte do inquirido**

Vivências no Bairro	Muito bom		Bom		Razoável		Mau		Total	
Relações entre vizinhos	4	3,1	40	30,5	62	47,3	25	19,1	131	100,0
Realização de festas e de convívios	4	3,2	23	18,4	35	28,0	63	50,4	125	100,0
Actividade de apoio à juventude	-	-	11	8,7	42	33,3	73	57,9	126	100,0

Quando tivemos o propósito de analisar as vivências existentes *no efaco* ao Bairro, partimos do pressuposto que as relações de vizinhança teriam que ser objecto de um necessário posicionamento por parte dos sujeitos, dada a sua centralidade na estruturação dos quotidianos existenciais deste espaço, como vimos precedentemente. Adquire uma relevância inegável o facto de as evidências empíricas nos demonstrem que as relações entre vizinhos são qualificadas sobretudo como *razoáveis* por 62 pessoas (47,3%) e como «boas» por 40 pessoas (30,5%). Somente 25 pessoas (19,1%) da população as qualifica de más, e 4 indivíduos (3,1%) como «muito boas». Esta elencação de qualificativos é tendencialmente comprovadora da existência dum quadro de interacção pautado por determinadas formas de relacionamento simbólico ocasionadas num contexto de co-presença proximal onde os quotidianos e as suas «alegrias» e «tristezas» são objecto de uma partilha constante e onde a comunicação oral e a gestualidade desempenham especial preponderância.<sup>55</sup>

As relações de sociabilidade são, neste contexto, fortemente marcadas pelo inter-conhecimento e pela entreaajuda. As condições materiais de

<sup>55</sup> José Madureira Pinto, "Solidariedade de vizinhança e oposições de classe em colectividades rurais", in *Análise Social*, n.º 66, 1991, p. 199 e p. 206 *cit in* António Firmino da Costa, *Sociedade de Bairro ...*, p. 298.

existência, vivenciadas por dificuldades de natureza diversa, principalmente pela degradação habitacional e pela memória de um passado de «dificuldades», reforça o espírito de solidariedade e activa as ajudas mesmo sob um pano de fundo de intensa conflitualidade.<sup>56</sup> Mesmo admitindo que existem comportamentos desviantes ligados ao narcotráfico, os vizinhos assumem uma postura que poderíamos apelidar de «desviâneia tolerada», assente na salvaguarda de um «nós» que em situação de emergência permanece unido. Aliás, o próprio toxicodependente é visto com uma certa benevolência<sup>57</sup> e quase que «naturalizado» no contexto vivencial do Bairro.

*"Sabe que é a mulher que lida com a casa, a mulher é que faz as contas, ela é que vai à mercearia, não è, ela se vai à mercearia, compra uma lata de atum depois vê a vizinha compra 5 Kg de bife, e depois elas sabe como é, as alcoviteirices, falam daqui, falam dali, uma pede à outra para guardar, isso passa-se aqui muito, uma pede à outra para guardar, a outra guarda, quando tal rouba à outra, isto de vez em quando andam aqui aos tiros, a outra rouba ou pede-lhe alguma coisa e começam-se a comprometer lentamente e tomam parte nisso, também aí, ou com os filhos que é o que se passa aqui. Andam aí miúdos com 14 anos, com 12 anos que andam a vender pacotes, com 12 anos. "* (Morador, 65 anos, viúvo, 4ª classe do ensino básico primário, operário, reformado)

*"Não há vizinhos como dantes (...). Antes eram bons vizinhos, falavam todos bem para nós. Agora se a gente for falar de droga, falar disto, falar naquilo, são umas «leas» em cima de nós, as que estão fora da droga. Ainda há pessoas que ajudam..., agora essas pessoas de droga, Deus me livre não ajudam nadai"* (Moradora, 46 anos, casada, 4ª classe do ensino básico primário, doméstica)

*"Tenho amigos poucos porque infelizmente esses muitos caíram, caíram na toxicodependência. "* (Morador, 31 anos, solteiro, pintor de automóveis, 8º ano de escolaridade)

*"Eu acho que há em todos os blocos, em todos os blocos há uma casa que tem, está ligada, porque aqui moram muitas famílias inteiras, não é (?), e há muitas famílias metidas nisso. Aqui por exemplo um vizinho, que eu nem o conheço, vi-o 2 vezes, no outro dia, portanto quando ele veio para aqui morar, vi o indivíduo a passar por mim 2 vezes, no outro dia a minha mãe disse, olha aquele vizinho novo já foi preso. Eu fiquei parvo..."* (Morador, 13 anos, solteiro, 3ª classe do ensino básico primário, estudante)

---

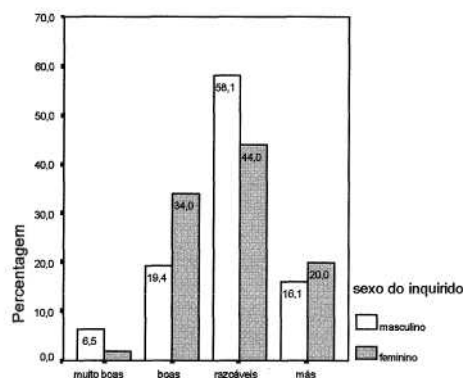
<sup>56</sup> Cf. David Tavares e Graça Joaquim, "Identidade e relações de sociabilidade na área do Castelo", in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, Actas do II Congresso Português de Sociologia, Vol. II, Lisboa, Ed. Fragmentos, 1993.

<sup>57</sup> Esses mesmos posicionamentos são atestados nos trabalhos de Luís Fernandes e Cândido da Agra, *Uma Topografia Urbana das Drogas*, Lisboa, Edição do Gabinete de Planeamento e Coordenação do Combate à Droga/Centro de Ciências do Comportamento Desviante, 1991, p. 71 e Marluce Menezes e Outros, *Bairro Casal Ventoso — Elementos para uma Caracterização Sócio-ecológica*, Lisboa, LNEC, 1992, p. 107.

*"Acho que eram bastante boas, bastante boas. E eu, por exemplo, falando do bloco onde moro, foi sempre um bloco muito sossegado, muito impecável. Houve sempre muito boas relações entre a vizinhança. Nunca notei... não há falta de solidariedade por parte dos vizinhos. Isso não! Havia bastante solidariedade, uns com os outros."* (Morador, 39 anos, casado, chefe de armazém, 2º ano do antigo curso comercial, desempregado)

Ainda no que se refere à relação entre vizinhos, as distribuições estatísticas confirmam-nos, tendencialmente, que as mulheres qualificam as relações entre vizinhos como «boas», 34 casos (34,0%), comparativamente à situação observada nos inquiridos do sexo masculino (6 casos, 19,4%). Inversamente, os homens tendem a considerar mais intensamente as relações entre vizinhos como razoáveis, 18 casos (58,1%), enquanto que nas mulheres, essa tendência de resposta tem uma relativa menor expressão, 44 casos (44,0%). Tal posicionamento poderá relacionar-se com a maior omnipresença da mulher no contexto relacional deste território.

**GRÁFICO 13. Avaliação das relações de vizinhança segundo o sexo do inquirido**



Outro eixo importante de avaliação da vida no Bairro prende-se com as próprias representações os habitantes do Bairro constróem acerca da realização de festas e de convívios nesse espaço habitacional. A avaliação deste sector de vivência por parte da população é representada maioritariamente como «má», registando-se 63 respostas (50,4%) neste sentido, na medida em que são uma ocasião de rixas e disputas violentas entre os moradores, dando expressividade a comportamentos transgressores e excessivos. Esta apreciação decorre de um sentimento de manifesta rejeição face a essas manifestações de cultura popular, não pelo seu conteúdo em si, mas pela conflitualidade que suscitam entre moradores. A esta qualificação

negativa, segue-se rótulo de «razoável» assinalado por 35 inquiridos (28,0%). Uma avaliação positiva, «boa», é indicada por 23 inquiridos (18,4%) e «muito boa» é assinalada apenas por 4 inquiridos (3,2%).

Numa abordagem classista, podemos considerar que as apreciações acerca da realização de festas e de convívios no Bairro geram alguma controvérsia entre os inquiridos. Num primeiro nível de análise, podemos aferir que os indivíduos cujo grupo doméstico se situa nas fracções de classe da pequena burguesia intelectual e científica, da pequena burguesia de execução, no operariado, na pequena burguesia proprietária assalariada e no operariado agrícola avaliam mais intensamente (ou mesmo na totalidade) como «más» as festas e convívios existentes no seu local de residência. Num segundo nível de análise, os inquiridos cujos grupos domésticos se localizam na pequena burguesia independente e proprietária apelidam mais frequentemente de «razoáveis», as festas e convívios realizados no Bairro. Num terceiro nível analítico, somente os inquiridos situados na pequena burguesia de execução pluriactiva e os situados no operariado parcial qualificam de forma mais veemente, a realização de festas e de convívios no Bairro, como «boa».

**QUADRO XIX. Avaliação da realização de festas e convívios segundo o lugar de classe do grupo doméstico do inquirido**

Avaliação da realização de festas e convívios	BP		PBIC		PBTEI		PBF		PBEP		PRIP		OI		PBPA		OP		OA	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
«Muito boas»							1	7,7					1	1,5	1	12,5	1	14,3		
«Boas»							15,4	42,9	4	28,6	1	14,9	1	12,5	3	42,9				
«Razoáveis»	1	100,0			1	50,0	4	30,8	2	28,6	6	42,9	1	26,9			1	14,3		
«Más»			1	100,0	1	50,0	6	46,2	2	28,6	4	28,6	3	56,7	6	75,0	2	28,6	1	100,0
Total	1	100,0	1	100,0	2	100,0	1	100,0	2	100,0	6	100,0	1	100,0	8	100,0	7	100,0	1	100,0

Se entrarmos em linha de conta na análise da realização de festas e de convívios com o desejo de mudança de residência, podemos constatar que de facto, para os inquiridos que expressam um desejo de mudança de residência, a realização de festas e de convívios nesse espaço é avaliada de forma mais negativa, ou seja como «má»; assim, a vontade de sair do Bairro parece também matizar as apreciações mais críticas dos inquiridos face a qualquer evento que tenha como espaço esse *habitat* que se quer esquecer.

Analisando agora as actividades de apoio à juventude, um sector maioritário da população, considera-as «más» (73 inquiridos, 57,9%), enquanto que somente 42 inquiridos (30,9%) as consideram «razoáveis» e 11



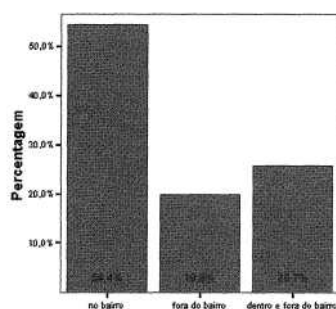
inquiridos (8,7%) classificam-nas como «boas». Note-se que a população considera que as actividades destinadas à fruição dos tempos livres dos jovens são, na maior parte dos casos, percebidas como mais uma oportunidade para a prática de actos transgressivos e desviantes.

*"Sabe como é, depois se calhar não chamaram os jovens para dar continuidade, e agora as pessoas já têm 60 anos, estão cansadas, andam a cavar e isso faz doer as costas. Se passar à frente do Cerco há lá um jardim que ainda está muito bonito que é no bloco 7, mas esse senhor já tem 70 anos...(...) Não sei se os jovens não se interessam. Ninguém fez, os jovens se interessarem, isto é que é verdade. Os moradores se calhar não conseguiram motivar os jovens, eles também têm tantas solicitações. Não há lá nada em termos culturais..." (Morador, 65 anos, viúvo, 4ª classe do ensino básico primário, operário, reformado)*

Outra variável importante na análise do Bairro como espaço relacional prende-se com a análise da localização dos tempos livres dos seus habitantes. Podemos aferir que a maioria dos inquiridos, 74 pessoas (54,4%), passa os seus tempos livres no Bairro, 35 pessoas (25,7%) declaram contextualizar os seus tempos livres dentro e fora do espaço do Bairro e 27 pessoas (19,9%) localizam os seus tempos livres fora do Bairro.

Este espaço residencial assume-se como referência incontornável da fruição dos tempos livres dos actores sociais em presença, assumindo-se uma geografia endógena de ocupação dos tempos de não trabalho, acentuando por isso, dinâmicas de fechamento desta população face à cidade e ao espaço envolvente ao Bairro. Esta «geografia» justifica-se, ainda, dada a restrição de contactos sociais que ultrapassam a esfera do Bairro, o que não deixa de reflectir o processo de auto e de hetero-estigmatização aqui patenteado<sup>58</sup>.

**GRÁFICO 14. Localização preferencial dos tempos livres do inquirido**



<sup>58</sup> Cf. Paulo Machado e Outros, *Op. CU.*

Em termos de lugares de usufruto de tempos livres dentro do Bairro, não podemos deixar de ter em consideração que o domicílio do inquirido é enunciado pela maioria dos respondentes como local privilegiado para passar os seus tempos livres, 70 respostas (64,2%). Tal como podemos observar, as preferências desta população em termos de espaço de concretização dos seus tempos livres centram-se no espaço doméstico indo de encontro a uma cultura marcadamente domiciliar. A importância de que se revestem as chamadas práticas *indoors* vai de encontro a uma tendência generalizada das sociedades actuais e comprovada por diversos estudos.<sup>59</sup> Esta orientação traduz uma tendência para a privatização dos tempos livres, assumindo-se, neste contexto, a casa como princípio organizador dos espaços e tempos quotidianos. Este perfil de preferência não nos poderá fazer esquecer que hipoteticamente esta população, em virtude de constrangimentos diversos, dispõe de uma mobilidade geográfica e relacional reduzida. Ainda de forma relativamente representativa, a residência em conjunto com as casas comerciais existentes no Bairro é o local preferencial de ocupação do tempo livre para um conjunto de 17 pessoas (15,6%). Numa posição minoritária, localizam-se 7 inquiridos (6,4%) que assinalam as associações existentes no Bairro.

Se considerarmos os lugares de ocorrência dos tempos livres fora do Bairro, as preferências canalizam-se sobretudo para a baixa da cidade (21 inquiridos, 33,9%). Acrescente-se ainda que, 10 inquiridos (16,1%) passam os seus tempos livres nas proximidades do Bairro (targo da Gomjeira, S: Roque da Lameira, etc), ou então, na Foz (perto do mar e da praia). De registar que a cidade parece ser o referencial privilegiado em termos territoriais na ocupação dos tempos livres dos habitantes do Bairro quando não se encontram no Bairro, podendo tal levar-nos a equacionar se se tratará de uma população pautada por um confinamento espacial com raízes nas suas próprias limitações recursivas.

---

<sup>59</sup> Idalina Conde, "Cenários de práticas culturais em Portugal", in *Sociologia - Problemas e Práticas*, n.º 23, 1997.

QUADRO XX. Lugares de usufruto dos tempos livres no Bairro e fora do Bairro por parte do inquirido

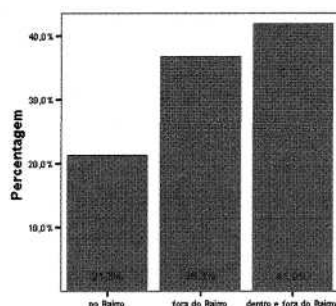
Lugares de usufruto dos tempos livres no Bairro	N.º de Respostas da Amostra	% do Total
Residência	70	64,2
Casas comerciais do Bairro	2	1,8
Residência e casas comerciais	17	15,6
Residência e as escadas	4	3,7
Residência e a dos familiares e vizinhos	4	3,7
Associações do Bairro	7	6,4
Residência e associações do Bairro	3	2,8
Residência e outro	2	1,8
Total	109	100,0
Lugares de usufruto dos tempos livres fora Bairro	N.º de Respostas da Amostra	% do Total
Proximidades do Bairro	10	16,1
Baixa da cidade	21	33,9
Foz	10	16,1
Cidade em geral	6	9,7
Outros locais fora da cidade	15	24,2
Total	62	100,0

Olhando mais atentamente para os dados, e do ponto de vista etário, os locais preferenciais na ocupação dos tempos livres, localizam-se entre os mais jovens, prevalentemente no exterior do Bairro, o que constitui um traço de distintividade entre os jovens e as gerações mais velhas. À medida que se sobe no escalão etário, maior é a tendência para circunscrever os tempos livres ao espaço Bairro. Podemos inferir, neste caso, a importância que o factor idade assume nas escolhas e práticas dos tempos livres, demonstrando que os mais jovens optam por uma estratégia de manifesta abertura e exogeneidade face ao Bairro. A variação provocada pela influência da variável grau de escolaridade vem confirmar a tendência estruturada nas disposições dos actores; assim, a posse de capitais escolares mais elevados propicia orientações de «saída» em termos de tempos livres centradas em espaços exteriores ao Bairro. Mais uma vez, esta variável evidencia a presença de dicotomias, entre os que não possuem credenciais escolares e que cumpriram a escolaridade básica e aqueles que possuem capitais escolares que excedem o limiar do ensino básico primário.

Também as configurações distributivas das preferências espaciais de tempos livres assumidas pelos respondentes segundo a localização do seu local de trabalho merecem alguma atenção. Exceptuando o caso dos inquiridos que trabalham nos concelhos do Grande Porto, os restantes declaram unanimemente que os locais preferenciais na/para ocupação dos tempos livres se localizam no interior do Bairro.

Analisando agora os locais preferenciais de realização de compras por parte dos habitantes deste Bairro, verificamos que 57 pessoas (41,9%) manifestam as suas práticas aquisitivas dentro e fora do Bairro, 50 indivíduos fazem as suas compras preferencialmente fora do Bairro (36,8%) e 29 pessoas (21,3%) adquirem os seus produtos quotidianos exclusivamente dentro do Bairro. Destaque-se que um grupo considerável de inquiridos centram as suas práticas, nomeadamente, aquisitivas, ainda que não apenas estas, no espaço do Bairro. Neste caso, estamos perante uma lógica aquisitiva que depende hipoteticamente de duas ordens explicativas. Em primeira mão, tratam-se de práticas que aparecem estreitamente associadas às disponibilidades de deslocação espacial das pessoas, e em segunda mão, a sua frequência parece também depender dum quadro vivencial fortemente enraizado no espaço onde as práticas aquisitivas aparecem como um prolongamento inerente de relações de sociabilidade e de hábitos quotidianos instalados.

**GRÁFICO 15. Local preferencial de realização de compras por parte do inquirido**



Se atentarmos aos locais utilizados para efeitos de consumo dentro do Bairro, a mercearia/minimercado emerge como o local de aquisição mais importante para a grande parte dos sujeitos, 54 inquiridos, 62,8%. As outras escolhas combinam a mercearia/ minimercado com o talho (7 inquiridos, 8,1%) e a mercearia/minimercado e a padaria (4 inquiridos, 4,7%). Quanto aos restantes inquiridos que circunscrevem as suas compras ao território do Bairro, 21 indivíduos (24,4%) não especificam detalhadamente os seus locais de aquisição de bens de consumo. Se nos detivermos na centralidade do minimercado/mercearia local como quadro de fidelização das escolhas dos habitantes em termos de compras, podemos adiantar que se trata de uma centralidade explicável por um lado, pela antiguidade da permanência desse estabelecimento no local e por outro, pela forte solidariedade estabelecida pelos seus proprietários com a população local. Nesta medida este espaço é muito mais do que simplesmente um local de abastecimento, mas é um cenário

## O Bairro do Cerco do Porto: cenário de pertenças, de afectividades e simbologias

chave de dinamização das relações de sociabilidade e de vizinhança, um ponto de encontro e uma espécie de «centro difusor» de novidades e acontecimentos que marcam o quotidiano do Bairro<sup>60</sup>.

*"Eu acima de mim, aqui, ainda tem a minha mãe, que é uma senhora já de 60 anos, é uma pessoa que, quer dizer agora já há muita gente que não a conhece, mas ela era respeitada por toda a gente, que, quando lhes falam nela põem-se em sentido, porque ela conhece toda a gente, ela, toda a gente lhe tem respeito, carinho, aquela interdependência que os anos todos e os favores, não é, obrigam a isso. Agora quer dizer, nós para além do aspecto económico, há a amizade, é evidente. (...) conhecemos toda a gente e damo-nos bem com a maioria das pessoas, não é(?), há uma certa afectividade." (Loja de comércio local)*

Estando perante um contexto de dinâmicas sócio-espaciais pautadas pela proximidade social, pareceu-nos importante aferir acerca das formas de pagamento utilizadas nos locais de compra de produtos dentro do Bairro. Neste âmbito, grande parte dos inquiridos (43 respondentes, 79,6%) declaram que utilizam como modalidade de pagamento, o «pronto pagamento» face a uma reduzida, mas não substimável, proporção de indivíduos que assumem como forma de pagamento mais frequente o «fiado», 11 inquiridos, 20,4%. A este respeito, poderemos ainda afirmar que existe uma relação entre as formas de pagamento efectuadas pelos habitantes e a antiguidade de residência dos indivíduos no Bairro, nomeadamente no tocante ao conjunto de moradores que declaram morar no Bairro há 30 ou mais anos, na medida em que estes últimos, utilizam com mais intensidade o pagamento «a fiado» nos locais de compra do Bairro. Esta relação atesta uma vez mais a importância da variável «anos de residência no Bairro» como configuradora de muitos dos códigos e práticas de condutas existentes.

*"Talvez o fiado esteja a acabar, a pessoas de confiança fiam. Já não se fia tanto como antigamente. Já não é o livro, antigamente era uma verdade." (Associação Local)*

**QUADRO XXI. Tipo de pagamento efectuado pelo inquirido nos locais de compras do Bairro segundo os anos de residência na casa**

Tipo de pagamento efectuado nos locais de compras no Bairro	Anos de residência na casa							
	até 9 anos		de 10 a 19 anos		de 20 a 29 anos		de 30 a mais anos	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
«A pronto» pagamento	17	85,0	4	80,0	10	90,9	12	66,7
«Fiado»	3	15,0	1	20,0	1	9,1	6	33,3
Total	20	100,0	5	100,0	11	100,0	18	100,0

<sup>60</sup> Cf. Maria João Freitas, *Op. CU.*, p. 26.

A intersecção entre o local preferencial de realização de compras por parte da população inquirida e algumas variáveis sócio-demográficas, pode, ainda, balizar com um maior grau de profundidade alguns dos comportamentos de consumo da população em análise. A análise da relação entre o local preferencial de realização de compras e a idade dos inquiridos permitiu identificar uma diferença geracional significativa entre os mais jovens (com idades entre os 18 e os 29 anos) que preferem realizar compras em espaços exteriores ao Bairro (7 indivíduos, 70,0%) e os idosos com idades compreendidas entre os 70 e os 79 anos, que preferem realizar as suas compras no Bairro. No que se refere a este subgrupo, hipoteticamente, as suas preferências prendem-se com o facto os seus membros vivenciarem maiores dificuldades de deslocação, nomeadamente em virtude de um decréscimo das suas capacidades de locomoção e em virtude de configurarem de uma forma mais consolidada redes relacionais auto-centradas no espaço Bairro.

A qualificação escolar tem também um efeito assinalável na escolha dos locais preferenciais para a realização de compras. À medida que sobe o grau de instrução torna-se menos recorrente a preferência pela realização de compras no Bairro. Os indivíduos que não sabem ler nem escrever e os que sabem ler e escrever, mas que não possuem diploma escolar, são os que realizam, preferencialmente as suas compras no interior do Bairro. Entre os indivíduos detentores de credenciais escolares mais elevadas, é notória a preponderância dos espaços exteriores ao Bairro.

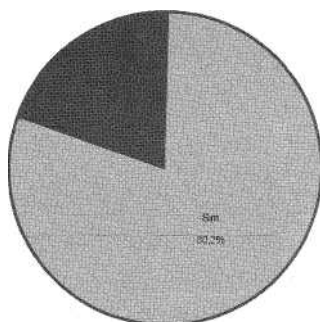
Quando observamos os mesmos dados mas agora cruzados com o local de trabalho do próprio, sobressaem algumas variabilidades que importa dar conta. No conjunto dos que trabalham na freguesia onde está sediado o Bairro, verifica-se que as preferências em termos de locais de realização de compras tendem a restringir-se ao espaço Bairro; enquanto que, os que trabalham no concelho do Porto e Grande Porto repartem as suas preferências de forma relativamente uniforme entre os espaços exteriores ao Bairro e em simultâneo, os espaços intra Bairro e exteriores a este. Não deixa de ser interessante constatar que entre os que trabalham no seu local de residência se desenham algumas preferências em torno dos espaços exteriores ao Bairro, contudo, não é possível extrair daqui ilações relevantes dado o baixo número de inquiridos que trabalham no seu domicílio.

#### **7. Dinamismos associativos: a face formalizada da vivência relacional intra-Bairro**

Antes de mais, parece-nos importante relembrar algumas das funções que o tecido associativo de base local pode desempenhar em determinado tipo de

contextos vivenciais. Assim, é de referir que as colectividades "são sedes de estruturação e afirmação de grupos locais, dinamizam actividades lúdicas e/ou desportivas, constituem-se como interlocutoras privilegiadas do poder autárquico, apropriam-se e definem elementos importantes da memória colectiva local."<sup>61</sup> Dando corpo às teorizações que defendem que o tecido associativo consubstancia as dinâmicas de afirmação identitárias de um território e a vitalidade e dinamismo de uma comunidade, e contrariamente aos índices de participação associativa existentes como veremos, a esmagadora maioria da população considera que as associações são muito importantes para o Bairro (101 inquiridos, 80,2%). Esta perspectiva corrobora a consideração de que o associativismo é entendido como uma via de participação social e cívica, assumindo-se como uma das vias possíveis de reestruturação das redes de cooperação e de cidadania e na sua eventual reconversão em estruturas solidárias.<sup>62</sup>

**GRÁFICO 16; Importância das associações na vida do Bairro**



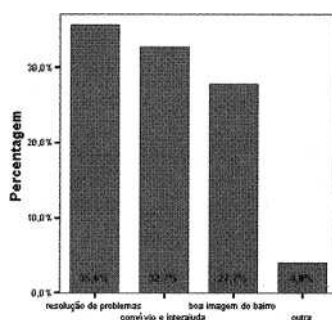
Interessante é constatar que no entender dos inquiridos, as associações ajudam (ou deveriam ajudar) na resolução dos problemas das pessoas (36 respostas, 35,6%), fomentam (ou deveriam fomentar) o convívio e a interajuda entre as pessoas (33 respostas, 32,7%) e proporcionam (ou proporcionariam) uma «boa imagem» do Bairro face ao exterior (28 respostas, 27,7%). Neste cenário, a representação do associativismo pode entroncar-se

<sup>61</sup> Graça índias Cordeiro e António Firmino da Costa, "Bairros: contextos de intersecção", in Gilberto Velho (org.), *Antropologia Urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1999, p. 59.

<sup>62</sup> Cf. Helena Vilaça, "Território e identidades na problemática dos movimentos sociais", in *Sociologia...- Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. 3, 1994; Dominique Mehl, "Culture et action associatives", in *Sociologie du Travail*, n.º 1. 1982.

em temáticas relacionadas com a esfera da reprodução social, sobretudo quando equacionam o desenvolvimento local do Bairro e a sua consequente valorização perante o meio exterior; podemos então dizer que estas percepções se afastam de temáticas tradicionais do associativismo ligadas à esfera da reprodução social, esfera que era essencialmente agregadora de problemas de redistribuição e de conflitos classistas, protagonizados pelos tradicionais interlocutores das democracias representativas, os partidos e os sindicatos.<sup>63</sup>

**GRÁFICO 17. Razões da importância das associações no Bairro**



Se nos situarmos nas representações do tecido associativo local, existe uma reiteração clara da importância das actividades associativas, quer pelo desenvolvimento de actividades de ocupação de segmentos populacionais com maior vulnerabilidade à desinserção social, quer pela requalificação da imagem exterior do contexto de interacção em análise. Se aprofundarmos este vector, poderemos também apontar outras funções que justificam a importância do associativismo local, quer por parte dos inquiridos, quer por parte dos próprios representantes associativos locais. As associações afiguram-se como promotoras da animação sócio-cultural, proporcionando aos cidadãos uma outra via de participação na vida pública, são ainda elementos de agregação comunitária, possibilitando assim, o envolvimento das populações em torno de projectos colectivos.<sup>64</sup>

<sup>63</sup> Cf. Helena Vilaça e Paula Guerra, "O espaço urbano enquanto contexto específico de dinâmismos associativos: o caso das freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira", in *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. X, Série I, 2000, pp. 79-129.

<sup>64</sup> Cf. José Manuel Henriques, *Municípios e Desenvolvimento*, Lisboa, Ed. Escher, 1990.



*"Importantíssimo! Olhe, aqui no nosso Bairro, eu julgo que havia ali muita coisa, havia muita actividade que era preciso desenvolver e que não está a ser desenvolvida. Se calhar não é por culpa das pessoas que lá moram, se calhar é por falta de apoio. Era preciso... estão ali 80 ou 90 miúdos a funcionar se calhar por droga, se calhar podíamos ter ali outros tantos a funcionar noutras actividades de carácter desportivo. E os miúdos aderem muito ao desporto, ao futebol, especialmente, ao basquete, ao atletismo, ao ping-pong ou não sei quê... o que era preciso era dar-lhes condições para eles poderem desenvolver essas actividades. Por isso era muito importante o associativismo nos bairros, nos bairros e fora dos bairros. " (Associação Local)*

*"E essa juventude quem está a tentar recuperar somos nós.(...) As pessoas preocupam-se com isso? Não. Preocupam-se é com o viver deles, enriquecer o mais que podem, desgraçada da carne humana!" (Associação Local)*

*"É importante dentro de qualquer bairro da cidade. Porque é uma ligação com os moradores, os moradores podem se juntar aqui e discutir todos os assuntos do Bairro. (...) Não acontece, porque foi-nos retirado toda a potência de Bairro que nós tínhamos. (...) A política está a tentar retirar-nos tudo. (...) É um bocado difícil, mas tudo o que é trabalho é difícil. " (Associação Local)*

Todos os inquiridos que participam nas associações locais manifestam claramente que as associações desempenham importantes funções nas várias facetas da vida local. Em particular e relativamente aos que não participam, denota-se uma ligeira divergência de opinião, 83 (76,9%) realçam o papel desempenhado pelas associações no Bairro, em oposição 25 inquiridos (23,1%) não valorizam o contributo dado pelo movimento associativo local. Entre os que participam na qualidade de associados no tecido associativo do Bairro, não há qualquer dúvida sobre a importância das associações na vida do Bairro.

O número de anos de residência na casa aparece como uma variável discriminatória, pois, entre aqueles que apresentam já um certo grau de enraizamento no Bairro (residentes entre 10-19 anos) é significativo o número daqueles que não valorizam o papel e contributo das associações na vida do Bairro, mais concretamente, 6 respondentes (37,5%). Esta tendência estende-se ainda que com contornos menos acentuados aos residentes entre 20 a 29 anos (8 inquiridos, 19,0%) e aos residentes há 30 e mais anos (8 respondentes 18,6%).

Para além da avaliação da importância do associativismo na vida do Bairro, pareceu-nos pertinente saber qual a avaliação que os moradores faziam das actividades desenvolvidas por esse mesmo tecido associativo. As actividades desenvolvidas pelas colectividades existentes são apreciadas essencialmente com base em dois graus de uma escala de classificação: 59

inquiridos (48,4%) avaliam-nas como más e 58 inquiridos (47,5%) como razoáveis. Apenas 5 inquiridos (4,1%) as apreciam como «boas». Interessante é considerar o hiato existente entre uma opinião positiva face à importância do associativismo no Bairro e uma percepção menos positiva das actividades levadas a cabo pelas associações no Bairro.

QUADRO XXII. Avaliação das actividades das associações locais

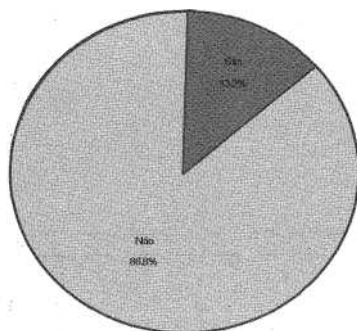
Actividades das associações locais	N.º de Respostas	% do Total da Amostra
«Muito boas» -	-	
«Boas»	5	4,1
«Razoáveis»	58	47,5
«Más»	59	48,4
Total	122	100,0

Se tomarmos em linha de consideração a avaliação das actividades das colectividades de acordo com o posicionamento no ciclo de vida dos sujeitos, verificamos que existem dois eixos centrais de posicionamento: por um lado, um conjunto mais extenso que abarca os grupos etários mais jovens, dos 18 aos 29 anos (5 indivíduos, 55,6%), dos 30 aos 39 anos (13 indivíduos, 59,1%) e dos 40 aos 49 anos (9 indivíduos, 50,0%) avaliam na sua maioria, as actividades das colectividades como razoáveis. Por outro lado, um segmento mais restrito que abrange os grupos etários entre os 50 e os 59 anos (11 inquiridos, 57,9%) e os 60 e os 69 anos (18 inquiridos, 60,0%) consideram maioritariamente «más» as actividades desenvolvidas pelas colectividades. Portanto, as actividades associativas tendem a ser avaliadas de forma relativamente mais positiva pelos segmentos etários mais jovens, o que poderá estar relacionado com o perfil de actividades desenvolvidas, nomeadamente de pendor desportivo, avivando a participação e o interesse dessas faixas etárias.

Analisando as actividades das colectividades tendo em linha de pensamento a dimensão do grupo doméstico, verifica-se que à medida que esse mesmo grupo é composto por mais elementos, se passa de uma avaliação negativa, como «má», para uma classificação de «razoável». Por exemplo: os inquiridos cujos grupos domésticos possuem entre 2 a 4 elementos atribuem uma avaliação negativa às actividades das colectividades, 38 respostas (59,4%); aqueles que possuem entre 5 e 7 elementos assinalam a avaliação de razoável, 28 inquiridos, 65,1%. Hipoteticamente, a maior composição das famílias poderá relacionar-se com a possibilidade de envolvimento e de interesse por parte dos seus diferentes elementos face à actividade associativa.

Depois de os residentes se terem posicionado sobre o contributo das associações na dinamização do Bairro em causa, bem como efectuado um exercício avaliativo acerca das actividades desses agrupamentos, procederemos à análise da participação dos habitantes inquiridos nas estruturas associativas. A apropriação de um território passa também pela emergência de grupos de interesses em prol da defesa de um ideal comum, que em última instância, poderíamos apelidar de melhoria da qualidade de residência (e de vida) no Bairro. Por isso, a filiação nas associações existentes no Bairro afigura-se como um indicador de um espaço para viver, e não, como acontece frequentemente, como um espaço para sobreviver. No Bairro do Cerco do Porto, a participação associativa, traduzida pela filiação nas associações do Bairro, é escassa, na medida em que só 18 pessoas (13,2%) se declaram como filiados nas associações existentes.

**GRÁFICO 18. Filiação nas associações existentes no Bairro**



Estendendo o associativismo como uma forma de dinamização e uma espécie de "prática contra-hegemónica pela qual os actores transformam regularmente as condições de reprodução das sociedades capitalistas industriais"<sup>65</sup>, importará saber, então, quais as razões que estão na base de uma participação associativa tão escassa. Para 51 dos respondentes (46,4%), a razão principal que ocasiona a sua não participação associativa prende-se com um desinteresse efectivo pelas actividades levadas a cabo pelas associações; poderemos, desta forma, induzir que existe um desajustamento entre os

<sup>65</sup> João S. Baptista e Rui Pena Pires, "Barbárie e civilização - o deporto nas sociedades modernas", in *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século - Actas do I Congresso Português de Sociologia*, Vol. II, Lisboa, Ed. Fragmentos, 1990, p. 168.

interesses gerais deste segmento populacional e as actividades efectivamente realizadas pelas associações<sup>66</sup>. Dentro da mesma linha explicativa, embora reportando-se mais aos actores do que às actividades, 12 inquiridos (10,9%) consideram que não existem associações dignas de importância no Bairro. Por seu turno, 15 pessoas (13,6%) declaram a sua falta de disponibilidade em termos de tempo na participação das actividades de cariz associativo, ao contrário, de 14 pessoas (12,7%) que denunciam desconhecer a existência sequer de associações neste espaço e de 8 pessoas (7,3%) que adicionam ao desinteresse pelas actividades desenvolvidas, também, o desconhecimento pela existência de associações.

As próprias associações locais, tal como podemos constatar nos seguintes fragmentos discursivos, assumem dificuldades de participação efectiva na dinâmica associativa por parte da população local apresentando argumentações que se centram na seguinte causalidade: inexistência de motivação para o trabalho voluntário, vivência num espaço pautado por comportamentos desviantes, presença de atitudes de individualismo e de acomodação, entre outras.

*"Acham que hoje é mais difícil ter um clube de futebol? MUITÍSSIMO mais difícil porque há muitas poucas pessoas para trabalhar. (...) Para a direcção, neste caso, sim... mas não é preciso só elementos da direcção, é preciso muita gente e nós temos, temos dificuldade em arranjar pessoal."* (Associação Local)

*"São activos, olhe normalmente encomendamos cerca de vinte contos de bagaço por mês ,ele vai todo! (...) o resto não fazem nada, o resto o que querem é que a gente venda a cerveja mais barata. "* (Associação Local)

*"Actualmente estamos reduzidos praticamente, e eu estou com um problema nesse sentido, uns pediram a demissão, outros vão embora. Por cansaço..."* (Associação Local)

*"Porque o problema disto tudo é que as pessoas acomodam-se, podia-se fazer muitas actividades desde que as pessoas não se acomodassem. As pessoas em princípio o queriam era uma casa, tiveram a casa agora já estão acomodadas, agora já não..."* (Associação Local)

*"O que acontece é que quando é para eleger uma direcção não aparece ninguém, não há ninguém que venha, um porque não tem vagar, outro porque não sabe e não sei que não sei que mais..."* (Associação Local)

---

<sup>66</sup> Cf. François Dubet e Didier Lapeyronnie, *Les Quartiers d'Exil*, Paris, Éditions du Seuil, 1992, pp. 43-46.

*"Nem sempre funciona a 100%. Vêm uns, não vêm outros, depois estão zangados, depois estão isto, depois não vão com a cara daquele e não há aquela união que nós desejávamos. "* (Associação Local)

*"Não querem vir, uns...Isto é assim, isto é a minha opinião, muitos não querem aceitar as direcções ...muitos porque não vêm porque não se sentem capazes, porque são...eu ia-lhes chamar parasitas e chamo mesmo, e há alguns aqui que são parasitas. "* (Associação Local)

**QUADRO XXIII. Razões pelas quais não participa nas associações do Bairro**

Razões pelas quais não participa nas associações do Bairro	N.º de Respostas	% do Total da Amostra
Desinteresse pelas suas actividades	51	46,4
Desconhecimento da sua existência	14	12,7
Desinteresse e desconhecimento	8	7,3
Inexistência de associações importantes	12	10,9
Falta de disponibilidade	15	13,6
Outra	10	9,1
<b>Total</b>	110	100,0

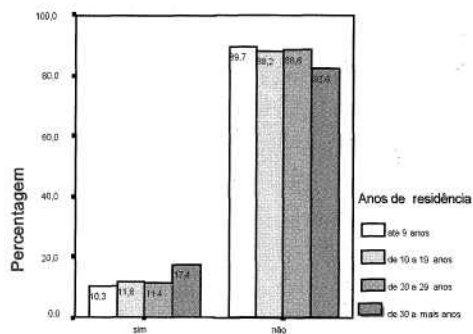
Se nos centrarmos nas associações que são objecto de filiação, é possível detectar que no conjunto dos 18 habitantes do Bairro que são associados, o Futebol Clube do Cerco emerge como a associação que reúne uma maior adesão, 8 inquiridos, 44,4%. O Centro de Dia do Bairro é assinalado por 3 pessoas (16,7%), seguindo-lhe o Clube de Pesca do Bairro do Cerco do Porto e a Comissão de Moradores do Bairro do Cerco do Porto, com 2 associados (11,1%), respectivamente. A idade parece ser uma das variáveis com alguma capacidade de discriminação na análise da participação dos inquiridos no tecido associativo do Bairro, denotando-se algumas clivagens entre os respondentes. Os indivíduos com idades compreendidas entre os 20-39 (5 inquiridos, 20,8%), entre os 40-49 (3 respondentes, 16,7%) e entre os 70-79 anos (4 inquiridos, 16,7%) apresentam níveis de participação assinaláveis. Em relação aos mais jovens (com idades compreendidas entre os 18-29 anos) é uma evidência a sua «desafeição» face ao movimento associativo sedado no Bairro, já que nenhum dos inquiridos se encontra filiado nas associações locais (10 indivíduos, 100,0%). Os indivíduos que se inserem no grupo de idades entre os 50-59 anos destacam-se pelo alheamento demonstrado face à acção das associações do Bairro, pois, apenas 1 (4,3%) participa no tecido associativo do Bairro.

Relativamente ao nível de instrução, regista-se uma linha de demarcação dos inquiridos evidenciada pela posse de credenciais escolares que ultrapassam o ensino secundário unificado. A partir deste nível de ensino nota-

se uma ausência de adesão ao movimento associativo localizado no microcosmos Bairro. Possivelmente as funções e as actividades promovidas por estas organizações não são suficientemente atractivas para os detentores de maiores níveis de escolarização. Estes, hipoteticamente, têm outras oportunidades de participação e estão inseridos em redes relacionais não confinadas ao espaço Bairro. Neste contexto, são os detentores de parcos recursos escolares que demonstram um maior grau de participação nas associações. Com efeito, 4 (30,8%) dos filiados em associações possuem o diploma do ensino secundário complementar, 2 (18,2%) sabem ler e escrever, mas não detêm um diploma escolar e 11 (13,4%) detêm o diploma do ensino básico primário. Não surpreendente é o facto de as mulheres apresentarem níveis de participação associativa marcadamente inferiores aos registados para os efectivos masculinos (6 respondentes do sexo feminino, 5,7% contra 12 efectivos do sexo masculino, 38,7%).

O número de anos de residência na casa influi, ligeiramente, nos níveis de adesão dos inquiridos às associações de Bairro. Quanto menor o tempo de residência na actual habitação menores são os níveis de participação. Entre os residentes há 9 e menos anos, apenas 3 indivíduos (10,3%) se encontram filiados em associações, enquanto que, esse valor sobe para 8 inquiridos (17,8%) entre os residentes há 30 e mais anos. Logicamente que, o grau de inserção local associado ao tempo de residência na casa e no Bairro condiciona e favorece a interiorização de predisposições favoráveis à participação nas associações locais.

GRÁFICO 19. Filiação nas associações existentes no Bairro segundo os anos de residência na casa



Como pudemos observar anteriormente existe um desfasamento e tensão entre a opinião e práticas ou comportamentos. Se por um lado, os inquiridos avaliam como importante o papel do associativismo no cenário do Bairro, por outro, tivemos oportunidade de verificar uma atitude de retraimento e de não

participação no tecido associativo local. Esta situação não deixa de levantar alguma preocupação, pois que vem reforçar mais uma vez a assunção de uma atitude passiva face à apropriação de um território. Neste panorama, poder-se-á questionar em que medida a implementação de projectos de requalificação social e urbana no contexto em análise poderão enraizar-se e tomar "parte" do quotidiano dos habitantes em análise, ameaçando estratégias de planeamento de cariz ascendente em que as populações sejam sujeitos e não meramente objectos de decisão. O cenário anteriormente apresentado despoleta ainda um conjunto de reflexões importantes no que diz respeito ao dinamismo das associações existentes e à consolidação de projectos que elas próprias têm para o Bairro. É importante registar neste sentido, a existência de pistas de intervenção mais ou menos consolidadas por parte das associações locais, o que denota a presença de potencialidades de intervenção por parte das lideranças associativas assumindo-se como «pedra de toque» para a implementação de uma estratégia e um programa de desenvolvimento comunitário.

*"Neste momento o que nós vamos fazer é uns concursos, uma bicicleta para pôr os miúdos a ler na CERPORTO o jornal, obrigá-los a ler um artigo sobre saúde(.i.) Este mês vai ser de outra forma, é sobre o tabaco e as doenças pulmonares, e as pessoas vão... depois temos que fazer um questionar iozinho... para os miúdos, dos 18 aos 14, responder - os pais não devem fumar em casa ou não sei quê ...(...)Tudo para as obrigar a ler. Eu apresentei uma proposta para fazermos um concurso sobre literatura, porque aquela zona tem uma memória." (Associação Local 1)*

*"O jornal? Nós queríamos que tivesse uma tiragem mensal, mas ainda não está à ter. E este mês falhou! Falhou, porque não é fácil fazer um jornal, sabe? Eu saio de casa a dizer - o que é que vamos pôr aqui? Uma notícia sobre o festival folclórico - Certo. Uma fotografia. Pronto, vamos pôr aqui mais uma notícia. Já dá para fazer 2 páginas. Mas o jornal tem 12 páginas, depois mais um editorial, depois mais um artigo sobre saúde e depois e o resto? E o resto? ...para ele sair mensalmente precisava de ter uma equipa que pudesse trabalhar para o jornal. " (Associação Local)*

*"É uma zona igual às outras, mas é uma zona com muitas carências e então nós, que actividades é que podemos desenvolver ali? Aqui no desporto... o desporto é uma coisa que pega muito nas crianças, e eu disse: ehpál nós aqui temos falta de actividades -porque ali só se faz a bem dizer o futebol - vamos pôr atletismo, vamos fazer desenvolver atletismo, voleibol e não sei quê, esses desportos que as pessoas... e o basquete, pegam bem nisso." (Associação Local)*

Não obstante a existência de projectos de intervenção vocacionados para o desenvolvimento e requalificação social do Bairro, não podemos descurar a centralidade das reivindicações do tecido associativo local face ao poder.

importa ainda referir que as associações evidenciam uma estratégia clara que vai no sentido de consolidar e diversificar a oferta local de actividades de índole recreativa, desportiva, ou mesmo, social; estando essa estratégia altamente vinculada aos apoios que possam ser disponibilizados por parte do poder local sob a forma de apoio material, apoio técnico, apoio logístico e mesmo, apoio financeiro. Parece-nos de importância assinalável a existência de ideias e projectos associativos neste contexto residencial na medida em que as associações podem prestar um importante contributo na "(re)criação de uma identidade de bairro na construção de uma imagem unitária do bairro para o exterior, no momento de confronto com outros bairros."<sup>67</sup>

*"À nossa, por exemplo, pôr-nos aqui técnicos, oferecer-nos serviços técnicos. (...) E um bom subsídio anualmente. (...) Um bom subsídio anualmente porque se calhar, em termos de logística, nós estaríamos aqui para gerir um subsídio que eles quisessem dar a esta zona. "* (Associação Local)

*"Não há recintos e a Câmara, porque a Câmara só quer investir em equipamentos pesados que não leva a lado nenhum. Ora eu pergunto como é que se pode fazer desporto sem haver treinos, por exemplo? Não podemos, não podemos..."* (Associação Local)

*"Acho que os ringues que existem nos bairros camarários deviam ser, por exemplo os que há em Campanhã deviam ser abertos à freguesia de Campanhã, independentemente deles estarem localizados nos bairros camarários ou independentemente deles estarem noutra sítio qualquer."* (Associação Local)

*"Para o futebol e os outros? Quer dizer, para eles é uma sede, é um ringue, é não sei quê, a Câmara dispõe ali de dinheiro e a prova é aquilo a realidade é esta, o futebol movimenta votos e eles o que estão interessados com isso é os votos. O clube da bola, o clube de futebol movimenta votos e os votos é o que lhes interessa, está a perceber? Eles não enganam ninguém, pelo menos a mim."* (Associação Local)

*"Devia dar apoios, apoios, não digo até monetários, monetários porque eu tive aqui, lembro-me de ter aqui uma reunião com 2 engenheiros que vieram da Câmara, ou arquitectos aqui, para fazer aqui um ringue que è muito necessário, muito, muito necessário. (...) Não podemos, temos de ir pedir-lhes, ou então até aqui do centro de formação, ou até nas escolas, mas temos de andar a escrever um ofício a pedir e tudo mais. E depois vamos pagar x por cada ano, isso é natural. Nós queremos um aqui para nós. "* (Associação Local)

---

<sup>67</sup> Graça índias Cordeiro e António Firmino da Costa, *Op. Cit*, p. 59.



### **8. Alguns eixos de síntese e pistas futuras de abordagem**

Neste contexto de análise verificou-se que a identificação com o Bairro enquanto local de residência é ainda uma referência espacial importante. As referências identitárias face ao Bairro constroem-se e reproduzem-se em função do gosto pelo Bairro e dos sentimentos de pertença face a esse mesmo espaço. A maior parte dos agentes sociais em presença gosta de viver no Bairro, e esse gosto reflecte-se num comportamento de habituação ou num gosto específico desenvolvido face à casa e ao bloco. O gosto pelo Bairro é algo que se intensifica à medida que o indivíduo progride no seu ciclo de vida. O desgosto face ao Bairro aparece associado à sobrevalorização das características sociais negativas do Bairro, ou seja, e por outras palavras, ao «mau ambiente generalizado» que se instalou no Bairro. Não deixa de ser importante assinalar, com efeito, que o Bairro emerge como um espaço inevitável, um espaço que se foi aprendendo a gostar «quase à força».

O gosto pelo Bairro conjuga-se com sentimentos de pertença face ao mesmo. Os que gostam sentem-se como parte integrante do Bairro e isso é assumido como um facto importante ou fundamental. Os sentimentos de pertença com frequência aliam-se a atitudes de resignação e à assunção do estigma, mas paralelamente não se deixa de fazer invocação às ligações afectivas estabelecidas com o Bairro e aos processos de identificação. Os sentimentos de não pertença ao Bairro, traduzem-se na assunção de um sentimento de identidade negativa face ao local de residência, manifesta na negação e recusa em aprofundar as suas vivências no local e nas relações de oposição face aos moradores do Bairro, na sua generalidade. A pertença ao espaço-bairro condiciona o desejo projectado na permanência e continuidade dos filhos nesse espaço, invocando-se como justificativa a proximidade afectiva, poderá antever-se, aqui, hipotéticos processos de reprodução social.

Entre os que têm uma posição desfavorável à continuidade dos filhos nesse espaço, o motivo apontado prende-se com o «mau ambiente social do bairro». Os mais jovens revelaram de forma maioritária que não querem a permanência dos filhos, bem como os indivíduos cujos grupos domésticos possuem mais de três filhos, deixando assim transparecer motivações no sentido da mudança, desejando-se para as gerações vindouras uma ruptura com o percurso residencial protagonizado pelos pais. Esta mesma tendência é contraditada pelos inquiridos com idades entre os 60 e os 79 anos, que residem no Bairro há vinte e mais anos, que gostam do Bairro e que não têm famílias aparentadas. São sobretudo razões de carácter instrumental e económico que justificam o facto de se continuar a viver no Bairro, mais concretamente a acessibilidade económica e as dificuldades de obtenção de outra casa. Estas

razões afiguram-se também como vantagens em se residir neste Bairro; entre as desvantagens, a posição hegemónica assinala a negatividade do ambiente que marca o Bairro.

Admitimos no quadro hipotético deste Estudo que os processos e estratégias subjacentes às (sobre)vivências e práticas de sociabilidade no Bairro desencadeados pelos moradores tendiam a ser pautados mais por uma lógica sócio-espacial individualizante do que por uma lógica sócio-espacial colectiva, deixando de lado, nos seus projectos, formas de participação social mais organizadas e localmente imbricadas. A adopção de atitudes de inércia e de ausência de protagonismo é um fenómeno transversal à globalidade dos indivíduos que foram inquiridos. O desinteresse face à participação e gestão conjunta da vida do Bairro pode ser confirmado pela percentagem insignificante de inquiridos que declara participar em reuniões de moradores nos seus blocos. As razões aventadas prendem-se com o individualismo das pessoas e com a inexistência de hábitos e rotinas ao nível da discussão e defesa de interesses comuns.

Paralelamente, os moradores revelam ainda um desinvestimento face às dinâmicas e estruturas associativas do Bairro. Vislumbra-se, neste contexto, um fenómeno de «desafiliação» associativa, dada a baixa taxa de adesão às associações, atingindo proporções alarmantes sobretudo junto dos que gostam de morar no Bairro. Esta desafeição é explicada com base no desinteresse efectivo pelas actividades promovidas pelas associações, mas a falta de disponibilidade e a inexistência de associações credíveis no Bairro, são ainda razões condicionadoras. É entre os residentes há 30 e mais anos que se encontra um maior nível de adesão às associações. Apesar deste afastamento face ao tecido associativo local, as associações são apreciadas como muito importantes para o Bairro, porque ajudam a resolver os problemas das pessoas, fomentam o convívio e inter-ajuda, e projectam uma boa imagem para o exterior. Nesta resposta evidencia-se uma mitigação entre o ser e o dever ser, a sua importância justifica-se não no plano das realizações efectivadas, mas das funções idealizadas. A avaliação das actividades desenvolvidas pelas colectividades gera alguma controvérsia, subdividindo-se as opiniões entre aqueles que as classificam de razoáveis e aqueles que as apreciam como más. A união entre moradores é classificada pela maioria como má, esta opinião não pode ser dissociada da tendência para o fechamento dos residentes em torno do espaço-casa, fenómeno que acentua uma lógica sócio-espacial individualista, em detrimento de uma de cariz comunitário.

No Bairro podemos encontrar uma pluralidade de formas de relacionamento: as tradicionais relações vicinais e de convivialidade, familiar

e face a face, até às relações de cariz mais anónimo e impessoal. A escolha do Bairro como contexto privilegiado na ocupação dos tempos livres é uma prática mais significativa entre os que gostam de aí viver. Os que gostam do Bairro tendem a localizar aí as suas relações de amizade, assumindo-se este como um lugar de segurança afectiva. Para estes a vizinhança é ainda uma das principais fontes de recrutamento de amizades. Por outro lado, a família é ainda um dos principais núcleos de estruturação das sociabilidades de Bairro.

No Bairro, os lugares de espacialização dos tempos livres localizam-se prevalentemente na residência, o que revela uma tendência para o isolamento e privatização do espaço doméstico, e a conseqüente perda de importância das estruturas associativas e espaços públicos. Esta situação traduz um maior fechamento do grupo familiar face ao exterior e uma maior afirmação da sua individualidade. Pode-se deduzir desta observação, um certo retraimento ao nível das práticas de ocupação dos tempos livres, na esfera privada e doméstica, paralelamente e em consequência é de admitir uma desvitalização do espaço público como cenário de interacção e comunicação.

A tendência para o fechamento dos indivíduos no fogo tem efeitos ao nível da diluição e enfraquecimento das relações de vizinhança, bem como na diminuição dos espaços apropriáveis exteriores ao fogo. A centralidade da casa está associada à tendência crescente e que vai no sentido da privatização das relações sociais. Neste contexto, as relações de vizinhança são qualificadas de razoáveis pela maior parte dos residentes inquiridos. A realização de festas e convívios enquanto momento de privilegiado de interacção colectiva, é classificada como má, percebido como um momento despoletador de conflitualidades internas.

Tendo por base os resultados da investigação que foi realizada, não poderemos deixar de apresentar algumas considerações finais acerca dos processos de requalificação social de espaços urbanos degradados, tendo como horizonte analítico o Bairro do Cerco. Como ponto de partida, parece-nos importante salientar, e dados os resultados alcançados, que o Bairro, ainda que se assuma como unidade básica de análise para a requalificação do tecido social, cultural e económico, assume uma dimensão muito limitada para a efectivação de um projecto de qualificação urbana mais alargado. A cidade é mais do que uma justaposição de bairros; assim, o Bairro do ponto de vista da integração social e urbana terá que ser integrado dentro de um projecto estratégico estruturante para a cidade, por forma a alcançar-se a necessária articulação entre a cidade e o urbano.

Neste exercício tomaremos como base analítica a requalificação do espaço envolvente de alguns bairros localizados no Vale de Campanhã,

nomeadamente, os bairros de Machado Vaz, do Cerco do Porto e do Lagarteiro. Esta iniciativa, levada a cabo pela Fundação para o Desenvolvimento do Vale de Campanhã, tinha como objectivo geral "a melhoria das condições sociais básicas, ao nível do espaço urbano e dos elementos ambientais (reabilitação urbana, requalificação funcional dos espaços...)"<sup>68</sup>-

No caso' concreto do Bairro do Cerco<sup>69</sup>, as acções de requalificação visaram a recuperação dos edifícios (reparação das coberturas, substituição das caixilharias, encerramento das lavandarias, pinturas exteriores) e da envolvente do Bairro do Cerco do Porto (instalação de um pequeno mercado de levante, instauração de espaços para a realização da feira semanal, colocação de um equipamento para a prática de desportos radicais e instalação de um espaço de cultura e de animação)<sup>70</sup>.

Esta estratégia de requalificação estética e funcional do Bairro, procurou, não só uma requalificação física, como uma mudança de atitude dos residentes face ao espaço habitado, implicando-os na concepção e desenvolvimento das melhorias operadas no Bairro. Em termos metodológicos, a intervenção assentou numa aposta em soluções de qualidade arquitectónica que restituíssem a dignidade ao espaço e que marcassem uma ruptura com anteriores conceitos e atitudes estéticas, uma reabilitação em extensão e profundidade que integrasse a requalificação exterior dos blocos habitacionais, uma renovação e reorganização dos espaços públicos e das estruturas de apoio à animação, lançamento de acções de animação do espaço público do Bairro através do incremento de um programa lúdico e cultural para a «praça central» deste espaço e a criação de um esquema de manutenção dos espaços e jardins da responsabilidade de uma empresa de inserção de jardins e ofícios criada no seio das acções da Fundação para o Desenvolvimento do Vale de Campanhã.

Obviamente que a inclusão de metodologias de participação no urbanismo e no planeamento em geral poderá desvendar potencialidades de envolvimento de uma população historicamente excluída de qualquer tipo de

---

<sup>68</sup> Fundação para o Desenvolvimento do Vale de Campanhã, *URBANDo Vale de Campanhã. Relatório Final*, Porto, Fundação para o Desenvolvimento do Vale de Campanhã, 2001, p. 32.

<sup>69</sup> A intervenção de requalificação do Bairro foi levada a cabo nos inícios de 1999 através da Fundação do Vale de Campanhã (Programa URBAN) contando também com o apoio, financeiro da Câmara Municipal do Porto.

<sup>70</sup> Cf. Fundação Para o Desenvolvimento do Vale de Campanhã, "Renovação do Bairro do Cerco do Porto", in *Port'Oriente*, n.º 2, 1998.

decisão. Contudo, parece-nos importante e dadas a conclusões apuradas no decorrer da nossa investigação que se tenham em linha de conta a pluralidade e heterogeneidade de situações de exclusões e de estigmatização, diferenciadamente vividas e sentidas nos quotidianos, admitindo que "a regra é a da heterogeneidade das situações de exclusão, recuperáveis umas, inelutáveis no curto prazo outras, criadoras de rupturas de identidade por perda de laços e sociabilidades comunitárias algumas, deslizantes e conformadas outras ainda."<sup>71</sup>

Configura-se, então, como pressuposto orientador de qualquer intervenção a efectuar, a auscultação das aspirações, gostos, motivações e interesses de toda a população residente do Bairro, de forma a evitar processos de distanciamento da população face aos poderes estabelecidos. Também parece importante referir que qualquer estratégia de requalificação deverá assumir as condições sociais estruturantes da população em presença, dando particular enfoque à sua persistência enquanto matizadoras da apropriação e vivência social do território. Neste campo, não será despidendo observar no momento presente o Bairro do Cerco enquanto espaço esteticamente renovado, mas onde se evidenciam as condições plurais de exclusão e de estigmatização sociais, herdadas e reproduzidas.

### Referências Bibliográficas

- AA. VV., "Banlieues...Intégration ou explosion?", in *Panoramiques*, Vol.II, n°12, 1993.
- AA. VV., "Coesão urbana e reabilitação urbana", in *P Encontro dos Programas URBAN e Reabilitação Urbana*, Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território - Secretaria de Estado da Habitação e Comunicações, Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional, Porto, 9, 10 e 11 de Dezembro de 1996.
- AA. VV., "Intervenção Urban no Vale de Campanhã. Uma solidariedade concreta pensada e realizada por todos", in *P Encontro dos Programas URBAN e Reabilitação Urbana*, Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território - Secretaria de Estado da Habitação e Comunicações, Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional, Porto, 9, 10 e 11 de Dezembro de 1996.
- AA. VV., *Demain la Ville - Rapportpresente au Ministre de l 'Emploi et de la Solidarité par Jean-Pierre Sueur - Maire d 'Orléans*, Tome I, Paris, La Documentation Française, 1998.
- Agra, Cândido da, *Entre Droga e Crime. Actores, Espaços, Trajectórias*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998.
- Almeida, J. Ferreira de e Outros, *Exclusão Social. Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editora, 1992.

---

<sup>71</sup> J. Ferreira de Almeida, "Integração social e exclusão social: algumas questões", in *Análise Social*, Vol. XXVIII, n.º 123-4, 1993, p. 833.

- Almeida, J. Ferreira de, "Integração social e exclusão social. Algumas questões", in *Análise Social*, vol. XXVIII, n.º 123-4, 1993.
- Amaro, Rogério Roque, "A inserção económica de populações desfavorecidas, factor de cidadania", in *Sociedade e Trabalho*, n.º 8/9, 2000, pp. 33-40.
- Angotti, Thomas, *Metropolis 2000, Planning, Poverty and Politics*, Nova Iorque, Routledge, 1993.
- Ascher, François, *Metapolis - acerca do futuro da cidade*, Oeiras, Celta Editora, 1998, p. 141.
- Auge, Marc, *Los "No Lugares" - espacios dei anonimato. Una Antropologia de Ia Sobremodernidad*, Barcelona, Gedisa Editorial, 1995.
- Azevedo, Maria José, "Renovação urbana - Contributos para uma reflexão sobre práticas de intervenção na requalificação urbana da cidade do Porto", in *Colóquio A Política das Cidades*, Lisboa, Conselho Económico e Social, 1997, pp. 351-363.
- Baptista, A. Mendes e M. Albina Martinho, *Programas URBAN e REABILITAÇÃO URBANA - revitalização de áreas urbanas em crise*, Lisboa, Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional, 1997.
- Baptista, João S., e Rui Pena Pires, "Barbárie e civilização - o deporto nas sociedades modernas", in *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século - Actas do I Congresso Português de Sociologia*, Vol. II, Lisboa, Ed. Fragmentos, 1990.
- Baptista, Luís V. , *Cidade e Habitação Social. O Estado Novo e o Programa das Casas Económicas em Lisboa*, Oeiras, Celta Editora, 1999, p. 10.
- Bourdieu, Pierre (dir.), *La Misère du Monde*, Paris, Ed. Seuil, 1993.
- Bourdieu, Pierre, *Contrafogos*, Oeiras, Celta Editora, 1998.
- Bourdieu, Pierre, *La Distinción. Critério y Bases Sociales dei Gusto*, Madrid, Taurus, 1998.
- Bourdieu, Pierre, *Meditações Pascalianas*, Oeiras, Celta Editora, 1998.
- Bourdieu, Pierre, *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel, 1989.
- Bourdieu, Pierre, *Razões Práticas - sobre a teoria da acção*, Oeiras, Celta Editora, 1997.
- Bourdin, A., e M. Hirschhonn, *Figures de Ia Ville: autour de Max Weber*, Paris, Ed. Aubier, 1985.
- Câmara Municipal do Porto e Pelouro da Habitação, *Habitação Social no Porto*, Câmara Municipal do Porto e Pelouro da Habitação, Acção Social e Protecção Civil da Câmara Municipal do Porto, 1999.
- Câmara Municipal do Porto, *Porto de Encontro*, n.º 9, 2000
- Câmara Municipal do Porto, *Programa MED-URBS AEDIFICARE Bordeaux-Casablanca-Porto - Terceiro Seminário Técnico Internacional*, Casablanca, Câmara Municipal do Porto, 1993.
- Câmara Municipal do Porto/Direcção dos Serviços do Plano de Melhoramentos, *Plano de Melhoramentos*, 1956-66, Porto, Direcção dos Serviços do Plano de Melhoramentos, 1966.
- Câmara Municipal do Porto/Gabinete de Planeamento Urbanístico, *Plano Estratégico do Vale de Campanhã*, Porto, Câmara Municipal do Porto e Gabinete de Planeamento Urbanístico, 1993.
- Câmara Municipal do Porto/Gabinete de Planeamento Urbanístico, *Porto - Projecto Cidade Nova. Ratificação do Plano Director Municipal*, Porto, Câmara Municipal do Porto e Gabinete de Planeamento Urbanístico, 1993.
- Câmara Municipal do Porto/Pelouro da Habitação, Acção Social e Protecção Civil, *Intervenção URBAN-Vale de Campanhã*, Porto, Câmara Municipal do Porto, 1994.
- Capucha, Luís, "Territórios da pobreza, onde é preciso voltar", in *Sociedade e Território*, n.º 30, 2000, pp. 8-15.
- Cardoso, Ana, e Manuel Pimenta, "A pobreza nos bairros degradados de Lisboa: alguns elementos de caracterização", in *Sociedade e Território*, n.º 10/11, 1989.

- Castel, Robert, *Les Métamorphoses de la Question Sociale*, Paris, Ed. Fayard, 1995.
- Centro de Estudos de Desenvolvimento Regional e Urbano, *Estudo de Avaliação Intercalar do Programa de Iniciativa Comunitária URBAN - Relatório Final*, Lisboa, Direcção Geral do Desenvolvimento Regional, 1998.
- Champagne, Patrick e Outros, *Iniciação à Prática Sociológica*, Petrópolis, Editorial Vozes, 1998.
- Champagne, Patrick, "A ruptura com as pré-construções espontâneas ou eruditas", in Patrick Champagne e Outros, *Iniciação à Prática Sociológica*, Petrópolis, Editorial Vozes, 1998, pp. 171-227.
- Champagne, Patrick, "La construction médiatique des «malaises sociaux»", in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n° 90, 1991, pp. 64-75.
- Champagne, Patrick, "La dernière différence", in Pierre Bourdieu (dir.), *La Misère du Monde*, Paris, Seuil, 1993, pp. 135-154.
- Comissão das Comunidades Europeias, *Desenvolvimento Urbano Sustentável na União Europeia. Um Quadro de Acção*, Bruxelas, Comissão das Comunidades Europeias, 1998.
- Conde, Idalina, "Cenários de práticas culturais em Portugal", in *Sociologia - Problemas e Práticas*, n.º 23, 1997. Cordeiro, Graça índias e António Firmino da Costa, "Bairros: contextos de intersecção", in Gilberto Velho (org.), *Antropologia Urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1999, pp. 58-79.
- Costa, A. Firmino da, *Sociedade de Bairro. Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Oeiras, Celta Editora, 1999.
- Costa, A. Firmino da, *Sociologia*, Lisboa, Difusão Cultural, 1992.
- Costa, Alfredo Bruto da, *Exclusões Sociais*, Cadernos Democráticos, Lisboa, Gradiva, 1998.
- Costa, António Firmino da, e Manuel João Ribeiro, "Construção social de um objecto de reabilitação. Notas sobre o caso de Alfama", in *Sociedade e Território*, n°10/II, 1989, pp. 85-95.
- Coulon, Alain, *A Escola de Chicago*, S. Paulo, Papirus Editora, 1995.
- Dias, Júlio, "Tendências das políticas europeias quanto aos modelos de habitação social", in *Sociedade e Território*, n.º 20, 1994, pp. 91-100.
- Dubet, François e Didier Lapeyronnie, *Les Quartiers d'Exil*, Paris, Édition Le Seuil, 1992.
- Dubet, François, "Les figures de la ville et de la banlieue", in *Sociologie du Travail*, n° 2, 1995.
- Durán, Maria-Angéls, *La Ciudad Compartida. Conocimiento, Afecto y Uso*, Madrid, Consejo Superior de los Colegios de Arquitectos de Espana, 1998.
- European Union, *Regional Policy, Urban Success Stories - Building a better tomorrow in deprived neighbours*, Bruxelas, European Commission, 2000.
- Fernandes, António Teixeira, "As sociedades e a qualidade de vida: tendências actuais", in A. Teixeira Fernandes, *Poder Autárquico e Poder Regional*, Porto, Basílica Editora, 1997.
- Fernandes, António Teixeira, "Conflitualidade e movimentos sociais", in *Análise Social*, Vol. XXVIII, n° 123-124, 1993.
- Fernandes, António Teixeira, "Espaço social e suas representações", in *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras do Porto*, vol.II, Série I, 1992, pp. 61-99.
- Fernandes, António Teixeira, "Etnicização e racização no processo de exclusão social", in *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras do Porto*, vol.V, Série I, 1995, pp. 7-67.
- Fernandes, António Teixeira, "Formas e mecanismos de exclusão social", in *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras do Porto*, vol. I, Série I, 1991, pp. 9-66.

- Fernandes, António Teixeira, "Poder autárquico e poderes difusos", in *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras do Porto*, vol. III, Série I, 1993, pp. 7-33.
- Fernandes, António Teixeira, *O Conhecimento Sociológico - a espiral teórica*, Porto, Basílica Editora, 1983.
- Fernandes, Luís e Cândido da Agra, *Uma Topografia Urbana das Drogas*, Lisboa, Edição do Gabinete de Planeamento e Coordenação do Combate à Droga/Centro de Ciências do Comportamento Desviante, 1991.
- Fernandes, Luís, *O Sítio das Drogas - Etnografia das drogas numa periferia urbana*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998.
- Ferreira, António Fonseca, "A febre imobiliária 'ataca' em Lisboa e noutras zonas", in *Sociedade e Território*, n.º 10/11, 1989.
- Ferreira, António Fonseca, "PIMP - Realojamento tardio, lento e desastrado", in *Sociedade e Território*, n.º 10-11, 1989, pp. 67-69.
- Ferreira, António Fonseca, "Usos e apropriação do alojamento em Telheiras", in *Colóquio Viver (n) a Cidade*, Lisboa, GES-LNEC e CET-ISCTE, 1990, pp. 65-72.
- Ferreira, António Fonseca, *Por uma Nova Política de Habitação*, Porto, Edições Afrontamento, 1987.
- Freitas, Maria João, "Pensar os espaços domésticos em contextos de realojamento", in *Sociedade e Território*, n.º 25-26, 1998, pp. 150-161.
- Freitas, Maria João, e Paula Castro, "Vale do Areeiro. Reflexões acerca de uma realidade multiétnica", in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento, Actas do II Congresso Português de Sociologia*, Lisboa, Editorial Fragmentos/APS, 1993, pp. 960-979.
- Freitas, Maria João, *Satisfação Residencial e Atitudes face ao Realojamento - Estudo de uma amostra de indivíduos residentes no bairro do Relógio*, Lisboa, LNEC, 1990.
- Fundação Para o Desenvolvimento do Vale de Campanhã, *Azulejaria Comunitária - um Projecto na reedificação do Bairro do Cerco do Porto*, Porto, Col. Aprendizagens em Movimento, Fundação Para o Desenvolvimento do Vale de Campanhã, 1999.
- Fundação Para o Desenvolvimento do Vale de Campanhã, *O Vale de Campanhã e suas Associações*, Porto, Fundação Para o Desenvolvimento do Vale de Campanhã, 1997.
- Fundação para o Desenvolvimento do Vale de Campanhã, *Port'Oriente*, n.º 0, 1997.
- Fundação Para o Desenvolvimento do Vale de Campanhã, *Port'Oriente*, n.º 1, 1997.
- Fundação Para o Desenvolvimento do Vale de Campanhã, *Port'Oriente*, n.º 2, 1998.
- Fundação para o Desenvolvimento do Vale de Campanhã, *URBAN do Vale de Campanhã. Relatório Final*, Porto, Fundação para o Desenvolvimento do Vale de Campanhã, 2001.
- Goffman, Erving, *Estigma - notas sobre a manipulação da identidade social deteriorada*, Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1982.
- Grafmeyer, Yves e Issac Joseph (orgs.), *L'École de Chicago. Naissance de l'Ecologie Urbaine*, Paris, Editions Aubier Montaigne, 1979.
- Gros, Marielle, *Espaço Residencial e Modo de Vida — Contributos da Sociologia para a Reabilitação de uma Área Urbana Degradada — Dissertação de Doutoramento*, Aveiro, Departamento de Ambiente e Ordenamento, 1998, doc. policopiado.
- Guerra, Isabel, "As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas", in *Sociedade e Território*, n.º 20, 1994.
- Guerra, Isabel, "Coesão social e regeneração urbana", in Câmara Municipal do Porto, *Contributos para a Formatação de Novas Intervenções de Regeneração Urbana*, Porto, Câmara Municipal do Porto, 2000, pp. 61-66.



- Guerra, Isabel, "Grupos sociais, formas de habitat e estrutura do modo de vida", in *Sociedade e Território*, n.º 25/26, 1998.
- Guerra, Isabel, "Viver na periferia", in *Sociedade e Território*, n.º 18, 1993.
- Guerra, Paula, *A Cidade na Encruzilhada do Urbano. Algumas modalidades de relação e um estudo de caso acerca do processo de recomposição do tecido urbano portuense na década de 90*, Porto, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002, doe. policopiado.
- Guerra, Paula, "Recomposição espacial e social do tecido urbano portuense - o Bairro Cerco do Porto enquanto espaço de análise", in *III Congresso Português de Sociologia - Práticas e Processos de Mudança Social*, Lisboa, Celta Editora/APS 1996, 2000, CD-ROM, pp. 1-10.
- Guerra, Paula, "Produção versus utilização do espaço: lógicas inconciliáveis? — Intervenção nas Noites de Sociologia do Porto VI", in *Sociologia — Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, I Série, vol. VI, 1996, pp. 243-246.
- Guerra, Paula, "Tecido urbano actual: continuidade ou descontinuidade?", in *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras do Porto*, I Série, Vol.II, 1992, pp. 145-175.
- Jedy, Henri-Pierre e Outros, *Imaginaires d'Insécurité*, Paris, Librairie des Méridiens, 1993.
- Jodelet, Denise (dir.), *Les Représentations Sociales*, Paris, PUF, 1994.
- Lauwe, Paul-Henri Chombart de, "Appropriation de l'espace et changement social", in *Cahiers Internationaux de Sociologie*, Vol. LXVI, 1979.
- Ledrut, Raymond, *Sociologia Urbana*, Rio de Janeiro/São Paulo, Forense, 1971.
- Lefebvre, Henri, *Le Droit à la Ville*, Paris, Éd. Anthropos, 1968 e 1972.
- Leite, Alfredo e David Pontes, "Investimentos da Câmara do Porto dificilmente evitam insegurança. O medo dos bairros maus", in *Público Local*, 12 de Outubro de 1997.
- Lenoir, Remi, "Objeto sociológico e problema social", in Patrick Champagne e Outros, *Iniciação à Prática Sociológica*, Petrópolis, Editorial Vozes, 1998, pp. 59-106.
- Lins, Daniel (org.), *Cultura e Subjectividade. Saberes Nómades*, Campinas, Papirus Editora, 2000.
- Machado, Fernando Luís, "As práticas de sociabilidade em Queluz Ocidental", in *Sociedade e Território*, n.º 3, 1985, pp. 90-99.
- Machado, Paulo e Outros, *Ecologia Social da Musgueira 3 - Análise sociológica e da evolução sociodemográfica e habitacional da Musgueira Sul (1981-1987)*, Lisboa, LNEC, 1991.
- Mehl, Dominique, "Culture et action associatives", in *Sociologie du Travail*, n.º 1, 1982.
- Mela, Alfredo, *Sociologia das Cidades*, Lisboa, Editorial Estampa, 1999.
- Menezes, Marlucci e Outros, *Bairro Casal Ventoso - Elementos para uma Caracterização Sócio-Ecológica*, Lisboa, LNEC, 1992.
- Partido Socialista, *Porto, pensar a cidade - Candidatura de Fernando Gomes à Câmara Municipal do Porto*, Porto, Partido Socialista, 1993.
- Paugam, Serge (dir.), *L'Exclusion: L'État des Savoirs*, Paris, Editions La Découverte, 1996.
- Paugam, Serge, *La Disqualification Sociale. Essai sur la Nouvelle Pauvreté*, Paris, PUF, 1991.
- Perista, Heloísa, *A Pobreza no Feminino na Cidade de Lisboa*, Lisboa, Caritas, s.d..
- Pinto, José Madureira, "A sociedade urbana", in *Colóquio A política das Cidades, Lisboa, Conselho Económico e Social*, 1997, pp. 361-363.
- Pinto, José Madureira, "Considerações sobre a produção social de identidade", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 32, 1991.
- Pinto, José Madureira, "Solidariedade de vizinhança e oposições de classe em colectividades rurais", in *Análise Social*, n.º 66, 1991.

- Pinto, Teresa Costa, "A apropriação do espaço em bairros sociais: o gosto pela casa e o desgosto pelo Bairro", in *Sociedade e Território*, n.º 20, 1994.
- Pinto, Teresa Costa, "Modelos de habitat, modos de habitar: o caso da construção clandestina do habitat", in *Sociedade e Território*, n.º 25-26, 1998, pp. 32-44.
- Quedas, Maria João, "Expectativas habitacionais e coexistência espacial de grupos étnicos: inquérito à população mal alojada do concelho de Loures", in *Sociedade e Território*, n.º 20, pp. 55-62.
- Queiroz, Maria Cidália e Marielle Gros, "Das condições de exclusão às condições de solidariedade", in *Cadernos de Ciências Sociais*, n.º 15/16, 1996, pp. 5-40.
- Rémy, Jean e Lilianne Voyé, *Cidade: rumo a uma nova definição?*, Porto, Edições Afrontamento, 1994.
- Rémy, Jean e Lilianne Voyé, *Ville, Ordre et Violence*, Paris, PUF, 1981.
- Roman, Joel (ed.), *Ville, Exclusion et Citoyenneté - Entretiens de la Ville II*, Paris, Ed. Esprit, 1993.
- Schoonbrodt, Rene, *Sociologie de L'Habitat Social - Comportement des habitants et architecture des cites*, Bruxelas, Éditions des Archives D'Architectur Moderne, 1979.
- Silva, A. Santos e J. Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento, 1996.
- Silva, Manuela e Outros, *Pobreza Urbana em Portugal*, Lisboa, CRC-Departamento de Pesquisa Social- Caritas, 1989.
- Socza, Luís e Outros, *Ecologia Social da Musgueira 2. Metodologia de Construção de um Questionário de Aplicação em Larga Escala para o Estudo de Redes Sociais, Dinâmica Familiar e Espaços e Tempos de Acção*, Lisboa, LNEC, 1987.
- Soulet, Mark-Henry, *Da Não-Integração. Tentativas de Definição Teórica de um Problema Social Contemporâneo*, Coimbra, Quarteto Editora, 2000.
- Sousa, Virgínia, "A Intervenção URBAN na cidade do Porto", in *Fórum de Projectos Educativos do Vale de Campanhã, Pensar a Escola, Construir Projectos*, Porto, Fundação Para o Desenvolvimento do Vale de Campanhã, 1998.
- Vilaça, Eduardo e Isabel Guerra, "Degradação do parque habitacional", in *Sociologia - Problemas e Práticas*, n.º 15, 1994.
- Vilaça, Helena e Paula Guerra, "O espaço urbano enquanto contexto específico de dinâmismos associativos: o caso das freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira", in *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. X, Série I, 2000, pp. 79-129.
- Vilaça, Helena, "As associações de moradores enquanto aspecto particular do associativismo urbano e da participação social", in *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras do Porto*, vol IV, Série I, 1994, pp. 49-96.
- Vilaça, Helena, "Território e identidades na problemática dos movimentos sociais", in *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. III, Série I, 1993, pp. 51-71.
- Xiberras, Martine, *As Teorias da Exclusão - para a construção do imaginário do desvio*, Lisboa, Instituto Piaget, 1996.

ANEXOS

**QUADRO I. O «gosto» pela vivência no Bairro segundo o grupo etário do inquirido**

O «gosto» pela residência no Bairro	Grupos etários													
	18-29 anos		30-39 anos		40-49 anos		50-59 anos		60-69 anos		70-79 anos		80 e mais anos	
Sim	4	40,0	12	50,0	11	61,1	16	69,6	24	68,6	20	83,3	1	50,0
Não	6	60,0	12	50,0	7	38,9	7	30,4	11	31,4	4	16,7	1	50,0
Total	10	100,0	24	100,0	18	100,0	23	100,0	35	100,0	24	100,0	2	100,0

**QUADRO II. Sentimentos de pertença face ao Bairro segundo o grupo etário do inquirido**

Sentimentos de pertença face ao Bairro	Grupos etários													
	18-29 anos		30-39 anos		40-49 anos		50-59 anos		60-69 anos		70-79 anos		80 e mais anos	
Não pertence ao Bairro	4	50,0	10	41,7	1	5,6	1	4,5	6	17,6	4	17,4	-	-
Pertence ao Bairro mas não atribui importância	2	25,0	6	25,0	9	50,0	7	31,8	14	41,2	10	43,5	1	50,0
Pertence ao Bairro e isso é importante	2	25,0	4	16,7	8	44,4	14	63,6	10	29,4	8	34,8	1	50,0
Pertence ao Bairro e isso é fundamental			4	16,7					4	11,8	1	4,3		
Total	8	100,0	24	100,0	18	100,0	22	100,0	34	100,0	23	100,0	2	100,0

**QUADRO III. Razões que levam as pessoas a continuar a morar no Bairro segundo o lugar de classe do grupo doméstico do inquirido**

Razões que levam as pessoas a morar	Lugar de classe do grupo doméstico do inquirido (n = 128)																			
	BP		PBIC		PBTEI		PBE		PBEP		PBIP		O1		PBPA		OP		OA	
no Bairro	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Acessibilidade económica 100,0	-	-	1	100,0	2	66,7	1	86,7	4	57,1	1	85,7	6	90,0	5	62,5	6	75,0	1	
Rotina e hábito 100,0	1	100,0	-	-	1	33,3	5	33,3	3	42,9	5	35,7	2	40,0	4	50,0	4	50,0	1	
Relações familiares	1	100,0	-	-	-	-	7	46,7	3	42,9	8	57,1	2	37,1	5	62,5	4	50,0	-	-
Dificuldades de obtenção de outra casa			1	100,0	2	66,7	1	73,3	7	100,0	1	71,4	4	67,1	5	62,5	7	87,5		
Permanência dos filhos na escola							2	13,3	2	28,6	1	7,1	7	10,0	1	12,5				
Gostar do Bairro	1	100,0	-	-	1	33,3	1	6,7	1	14,3	4	28,6	24,3	2	25,0			-	-	
Outra	-	-	1	100,0	1	33,3	1	6,7	1	14,3	1	7,1	9	12,9	2	25,0	3	37,5	-	-

**QUADRO IV. Razões que levam as pessoas a continuar a morar no Bairro segundo o lugar de classe do grupo doméstico do inquirido**

Razões que levam as pessoas a morar no Bairro	Lugar de classe do grupo doméstico do inquirido (n = 128)																			
	BP		PBIC		PBTEI		PBE		PBEP		PBIP		OI		PBPA		OP		OA	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Acessibilidade econômica			1	100,0	2	66,7	1	86,7	4	57,1	1	85,7	6	90,0	5	62,5	6	75,0	1	100,0
Rotina e hábito	1	100,0	-	-	1	33,3	5	33,3	3	42,9	5	35,7	2	40,0	4	50,0	4	50,0	1	100,0
Relações familiares	1	100,0	-	-	-	-	7	46,7	3	42,9	8	57,1	2	37,1	5	62,5	4	50,0	-	-
Dificuldades de obtenção de outra casa			1	100,0	2	66,7	1	73,3	7	100,0	1	71,4	4	67,1	5	62,5	7	87,5		
Permanência dos filhos na escola							2	13,3	2	28,6	1	7,1	7	10,0	1	12,5				
Gostar do Bairro	1	100,0	-	-	1	33,3	1	6,7	1	14,3	4	28,6	1	24,3	2	25,0			-	-
Outra	-	-	1	100,0	1	33,3	1	6,7	1	14,3	1	7,1	9	12,9	2	25,0	3	37,5	-	-

**QUADRO V. Preferências de amizade do inquirido no Bairro segundo os anos de residência na casa**

Preferências de amizade no Bairro	Anos de residência na casa (n = 121)							
	até 9 anos		de 10 a 19 anos		de 20 a 29 anos		de 30 a mais anos	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Familiares	8	30,8	3	23,1	25	67,6	25	55,6
«velhos amigos»/ /vizinhos	6	23,1	2	15,4	7	18,9	13	28,9
Amigos «feitos» no Bairro	9	34,6	5	38,5	17	45,9	15	33,3
«pessoas simpáticas»	14	53,8	6	46,2	10	27,0	8	17,8
«pessoas educadas»	11	42,3	4	30,8	13	35,1	17	37,8
«quase ninguém»	3	11,5	1	7,7	8	21,6	10	22,2
Vizinhos próximos	18	69,2	9	69,2	22	59,5	35	77,8
Toda a gente	2	7,7	1	7,7	2	5,4	2	4,4
Outros	1	3,8	-	-	-	-	2	4,4

**QUADRO VI. Local preferencial para passar os tempos livres segundo o grupo etário do inquirido**

Local preferencial dos tempos livres	Grupos etários													
	18-29 anos		30-39 anos		40-49 anos		50-59 anos		60-69 anos		70-79 anos		80 e mais anos	
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
No Bairro	2	20,0	9	37,5	11	61,1	12	52,2	21	60,0	17	70,8	2	100,0
Fora do Bairro	5	50,0	10	41,7	1	5,6	5	21,7	6	17,1	-	-	-	-
Dentro e fora do Bairro	3	30,0	5	20,8	6	33,3	6	26,1	8	22,9	7	29,7		
Total	10	100,0	24	100,0	18	100,0	23	100,0	35	100,0	24	100,0	2	100,0

**QUADRO VH. Local preferencial para passar os tempos livres segundo o grau de escolaridade do inquirido**

Local preferencial dos tempos livres	Grau de escolaridade													
	N.º	ler/	ão sabe	ler/	Sabe	E	básico	sec	undári	S	icundário	/T	S	perior
	er	/escreve	r	escrever	pi	imário	uru	o	ficado	t	plementa	r	u	
No Bairro	18	72,0	7	63,6	48	58,5	1	7,7	—	—	—	—		—
Fora do Bairro	1	4,0	-	-	16	19,5	7	53,8	2	66,7	1	100,0		-
Dentro e fora do Bairro	6	24,0	4	36,4	18	22,0	5	38,5	1	33,3			1	100,0
Total	25	100,0	11	100,0	82	100,0	13	100,0	3	100,0	1	100,0	1	100,0

**QUADRO VIII. Local preferencial para passar os tempos livres segundo o local de trabalho do inquirido**

Local preferencial dos tempos livres	Local de trabalho do próprio									
	Freguesia Campanhã		Concelho Porto		Grande Porto		Residência		Outro	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
No Bairro	12	70,6	31	58,5	5	27,8	2	66,7	3	75,0
Fora do Bairro	1	5,9	9	17,0	5	27,8	-	-	-	-
Dentro e fora do Bairro	4	23,5	13	24,5	8	44,4	1	33,3	1	25,0
Total	17	100,0	53	100,0	18	100,0	3	100,0	4	100,0

**QUADRO IX. Locais preferenciais de compras por parte do inquirido**

Locais preferenciais de compras no Bairro	N.º de Respostas	% do Total da Amostra
Mercearia	54	62,8
Mercearia e talho	7	8,1
Mercearia e padaria	4	4,7
Não específica	21	24,4
Total	86	100,0
Locais preferenciais de compras fora do Bairro	N.º de Respostas	% do Total da Amostra
Hipermercados	37	34,6
Supermercados	5	4,7
Casas comerciais de S. Roque	24	22,4
Casas comerciais das Corujeira	10	9,3
Casas comerciais da Baixa	21	19,6
Casas comerciais no Grande Porto	6	5,6
Outros	4	3,7
Total	107	100,0

**QUADRO X. Local preferencial de realização de compras segundo o grupo etário do inquirido**

Local preferencial de realização de compras	Grupos etários													
	1 a	8-29 anos	3 a	3-39 anos	4 a	0-49 anos	5 a	0-59 anos	6 a	3-69 anos	70-79 anos	80 e mais anos		
No Bairro	1	10,0	4	16,7	3	16,7	3	13,0	7	20,0	10	41,7	1	50,0
Fora do Bairro	7	70,0	9	37,5	6	33,3	7	30,4	15	42,9	6	25,0	-	-
Dentro e fora do Bairro	2	20,0	11	45,8	9	50,0	13	56,5	22	37,1	16	33,3	1	50,0
Total	10	100,0	24	100,0	18	100,0	22	100,0	35	100,0	24	100,0	2	100,0

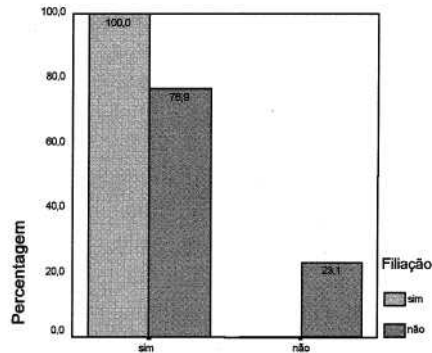
**QUADRO XI. Local preferencial de realização de compras segundo o grau de escolaridade do inquirido**

Local preferencial de realização de compras	Grau de escolaridade										
	Não sabe ler/escrever	Sabe ler/escrever	Básico primário	Secundário unificado	Secundário incompleto	Médio	Superior				
No Bairro	1	44,0	14	17,1	1	7,7	-	-	-	-	-
Fora do Bairro	6	24,0	2	18,2	7	39,0	2	66,7	1	100,	-
Dentro e fora do Bairro	8	32,0	6	54,5	36	43,9	5	38,5	1	33,3	1
Total		100,0	1	100,0	82	100,0	13	100,0	3	100,0	1

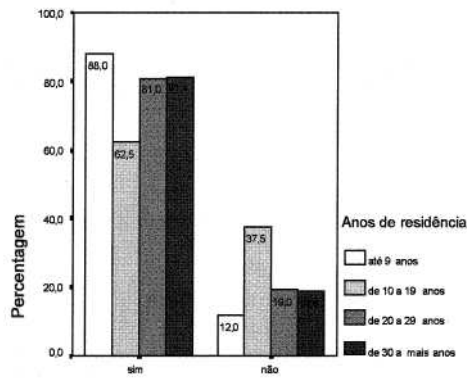
**QUADRO XE. Local preferencial de realização de compras segundo o local de trabalho do inquirido**

Local preferencial de realização de compras	Local de trabalho do inquirido									
	Freguesia Campanhã		Concelho Porto		Grande Porto		Residência		Outro	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
No Bairro	7	41,2	11	20,8	3	16,7	-	-	-	-
Fora do Bairro	5	29,4	19	35,8	7	38,9	2	66,7	3	75,0
Dentro e fora do Bairro	5	29,4	23	43,4	8	44,4	1	33,3	1	25,0
Total	17	100,0	53	100,0	18	100,0	3	100,0	4	100,0

**GRÁFICO 1. Importância das associações na vida do Bairro segundo a filiação dos inquiridos nas associações existentes no Bairro**



**GRÁFICO 2. Importância das associações na vida do Bairro segundo os anos de residência na casa**



**QUADRO XIII. Avaliação das actividades das colectividades segundo o grupo etário do inquirido**

Avaliação das actividades das colectividades	Grupos etários													
	18-29 anos		30-39 anos		40-49 anos		50-59 anos		60-69 anos		70-79 anos		80 e mais anos	
	N.	%	N.	%	N.	%	%	N.	%	N.	%	N.	%	
«Muito boas»														
«Boas»	1	11,1	-	-	2	11,1	1	5,3	1	3,3			-	-
«Razoáveis»	5	55,6	13	59,1	9	50,0	7	36,8	11	36,7	12	52,2	1	100,0
«Más»	3	33,3	9	40,9	7	38,9	11	57,9	18	60,0	11	47,8	-	-
Total	9	100,0	22	100,0	18	100,0	17	100,0	30	100,0	23	100,0	1	100,0

**QUADRO XIV. Avaliação das actividades das colectividades segundo a dimensão do grupo doméstico do inquirido**

Avaliação das actividades das colectividades	Dimensão do grupo doméstico								
	1 elemento		de 2 a 4 elementos		de 5 a 7 elementos		mais de 8 elementos		
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	
«Muito boas»	-	-	-	-	-	-	-	-	-
«Boas»	-	-	2	3,1	3	7,0	-	-	-
«Razoáveis»	1	16,7	24	37,5	28	65,1	5	55,6	-
«Más»	5	83,3	38	59,4	12	27,9	4	44,4	-
Total	6	100,0	64	100,0	43	100,0	9	100,0	-

**QUADRO XV. Filiação nas associações existentes no Bairro segundo o grupo etário do inquirido**

Filiação nas associações existentes no Bairro	Grupos etários													
	18-29 anos		30-39 anos		40-49 anos		50-59 anos		60-69 anos		70-79 anos		80 e mais anos	
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
Sim	-	-	5	20,8	3	16,7	1	4,3	5	14,3	4	16,7	-	-
Não	10	100,0	19	79,5	15	83,3	22	95,7	30	85,7	20	83,3	2	100,0
Total	10	100,0	24	100,0	18	100,0	23	100,0	35	100,0	24	100,0	2	100,0

**QUADRO XVI. Filiação nas associações existentes no Bairro segundo o grau de escolaridade do inquirido**

Filiação nas associações existentes no Bairro	Grau de escolaridade													
	Não sabe ler/escrever		Sabe ler/escrever		Básico primário		Secundário unificado		Secundário complementar		Médio		Superior	
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
Sim	1	4,0	21	18,2	11	13,4	4	30,8	-	-	-	-	-	-
Não	24	96,0	9	81,8	71	86,6	9	69,2	3	100,0	1	100,0	1	100,0
Total	25	100,0	11	100,0	82	100,0	13	100,0	3	100,0	1	100,0	1	100,0